

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA - PPGH**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS**

**FLAVIANE MÔNICA CHRIST**

**Memórias, projetos e lutas na formação histórica do Sindicato dos Trabalhadores  
Rurais de São Miguel do Iguaçu/PR (1970-2009)**

Marechal Cândido Rondon

2010

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA - PPGH**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS**

**FLAVIANE MÔNICA CHRIST**

**Memórias, projetos e lutas na formação histórica do Sindicato dos Trabalhadores  
Rurais de São Miguel do Iguaçu/PR (1970-2009)**

Trabalho apresentado à Banca Examinadora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Marechal Cândido Rondon, como exigência para obtenção do Título de Mestre em História sob orientação do Prof. Dr. Rinaldo José Varussa.

Marechal Cândido Rondon

2010

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DO OESTE DO PARANÁ - UNIOESTE**  
**CAMPUS DE MARECHAL CÂNDIDO RONDON**  
**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU EM HISTÓRIA - PPGH**  
**ÁREA DE CONCENTRAÇÃO HISTÓRIA, PODER E PRÁTICAS SOCIAIS**

**FLAVIANE MÔNICA CHRIST**

**Memórias, projetos e lutas na formação histórica do Sindicato dos Trabalhadores  
Rurais de São Miguel do Iguaçu/PR (1970-2009)**

Dissertação de Mestrado, apresentada como pré-requisito para a obtenção do título de Mestre pelo Programa de Pós Graduação *Stricto Sensu* em História da Universidade Estadual do Oeste do Paraná, campus de Marechal Cândido Rondon.

Marechal Cândido Rondon, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Prof. Dr. Rinaldo José Varussa (Orientador – UNIOESTE)

---

Prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi (UNIOESTE)

---

Prof. Dr. Vagner José Moreira (UNIOESTE)

---

Prof. Dr. Paulo César Inácio (UFG – Campus Catalão)

*Aos meus pais, Elemar e Rosângela.*

## AGRADECIMENTOS

Ao orientador, professor Dr. Rinaldo José Varussa pelo profissionalismo e pela disponibilidade. Ele sempre esteve presente nesse processo de pesquisa e de maneira decisiva fez com que entendesse que sempre se pode melhorar.

Aos meus pais, Elemar e Rosângela Christ, que além da vida, deram-me todo o suporte, inclusive financeiro, para que essa pesquisa fosse realizada.

Ao atual presidente do sindicato, Claudio Aparecido Rodrigues, que sempre dispôs as informações e as fontes para que este trabalho fosse realizado, e por entender a importância da pesquisa histórica.

À auxiliar administrativa e financeira do sindicato, Claudia Rodrigues, que sempre esteve disposta a ajudar com as mais diferentes documentações. À auxiliar administrativa do sindicato, Maria Neli dos Reis, por apoios constantes, facilitando a localização dos entrevistados. E a todos que, de alguma forma, possibilitaram acesso as fontes, como a Jurema M. Kessler no INCRA de São Miguel do Iguaçu.

Ao seu Otomar José Felipe Antonio, Maria Madalena Barros, André Izalino Cardoso, David Hermes Depiné, Eloi Faccio, Werner Fuchs, Orestes Vieira Jesus, Santa de Jesus, Terezinha Boza de Lima, Iracema Lisboa, Francisco Machado Mota, Acelino Nienow, Marlene Aparecida de Oliveira, Bacilio Pelenz, Benedito Rodrigues, Claudio Aparecido Rodrigues, Miguel Isolar Sávio, Aloiso José Weber que se dispuseram a falar sobre as experiências de vida, que foram definitivas para a elaboração desse trabalho.

À profa. Dra. Geni Duarte por acreditar na primeira ideia para a pesquisa ainda na graduação, atitude que fez com que confiasse no projeto.

Ao prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi por acompanhar e fazer parte desse trabalho desde o início sempre de maneira marcante.

À profa. Dra. Aparecida Darc de Souza por apontamentos feitos na banca da graduação que permitiram avançar.

Ao prof. Dr. Vagner José Moreira e ao prof. Dr. Paulo César Inácio pela leitura do texto e considerações na banca de qualificação e de defesa.

Ao prof. Dr. Paulo Porto Borges pelo convite para a reunião no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, atitude que fez com que anos depois esse trabalho surgisse.

E à Dra. Liliam Faria Porto Borges por ensinar os primeiros passos na análise da sociedade de classes.

À profa. Clasi Maria Schio pela correção final do texto.

Aos alunos e professores do mestrado, turma de 2008, pelas discussões e comprometimento assumido. Em especial a Iraci Urnau pela atenção.

A todos os professores, não só do curso de História, mas também da faculdade de Jornalismo pelo compromisso e exigências que possibilitaram aprender e dar continuidade aos estudos.

Ao avô José e a avó Emilia que sempre me receberam durante o levantamento das fontes, em São Miguel do Iguaçu, com aquela “comida de vó”. E à tia Rejane M. C. Ghellere que incentivou e auxiliou no levantamento de fontes.

Às amigas de longa data Ariel Tavares e Diangela Menegazzi pela amizade sincera, que possibilitou em avaliações deste trabalho que fizeram avançar.

Ao Leozil Ribeiro de Moraes Júnior pela vivência, parceria e por, naqueles minutos finais, incentivar e fazer acreditar que tudo iria dar certo.

Isso tudo são evidências de que essa pesquisa não é um trabalho individual, mas uma obra coletiva.

Obrigada!

## RESUMO

Este trabalho discute o processo de fundação e organização do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu/PR. O objetivo principal é entender quais as concepções que nortearam a atuação de diversos grupos desde a fundação daquela organização. Para a constituição desta investigação, priorizou-se posições expressas nas narrativas de trabalhadores e membros de outras instituições, como a Igreja Católica, atuantes nesse processo, constituindo diversas memórias perante esse vivido. Neste processo, e durante a década de 1980, o trabalho buscou estabelecer as disputas sindicais, por projetos diferentes, que se colocavam no centro do debate, a partir do qual uma oposição sindical chega à liderança do movimento, num momento de participação dos sem-terra, e de propostas de reforma agrária, construídas por trabalhadores no sindicato, bem como reivindicações por melhores atendimentos médicos, por políticas agrícolas, por leis trabalhistas e melhores condições de trabalho. Nas últimas décadas (1990 e 2000), o destaque ficou para a aposentadoria dos boias-frias e para as políticas públicas de desenvolvimento da agricultura familiar.

Palavras-Chave: sindicato, trabalhadores rurais, organização.

## **ABSTRACT**

### **Memories, projects and fights in the historical formation of the Union of the Agricultural Workers of São Miguel of the Iguaçu/PR (1970-2009)**

This work argues the foundation process and organization of the Union of the Agricultural Workers of São Miguel of the Iguaçu/PR. The main objective is to understand which the conceptions that to guide the performance of diverse groups since a foundation of that organization. For the constitution of this inquiry one prioritized express positions in the narratives of workers and members of other institutions, as the Church Catholic, operating in this process, constituting diverse memories before this lived. In this process, and during a decade of 1980, the work searched to establish the syndical disputes, for different projects, that if placed in the center of the debate, from which a syndical opposition arrives at the leadership of the movement, at a moment of participation of the without-land, and proposals of agrarian reform, constructed for workers in the union, as well as claims for better medical atendimentos, agricultural politics, working laws and better conditions of work. In the last few decades (1990 and 2000), the prominence was for the retirement of the buoy-colds and the public politics of development of familiar agriculture.

Word-Key: agricultural union, workers, organization.

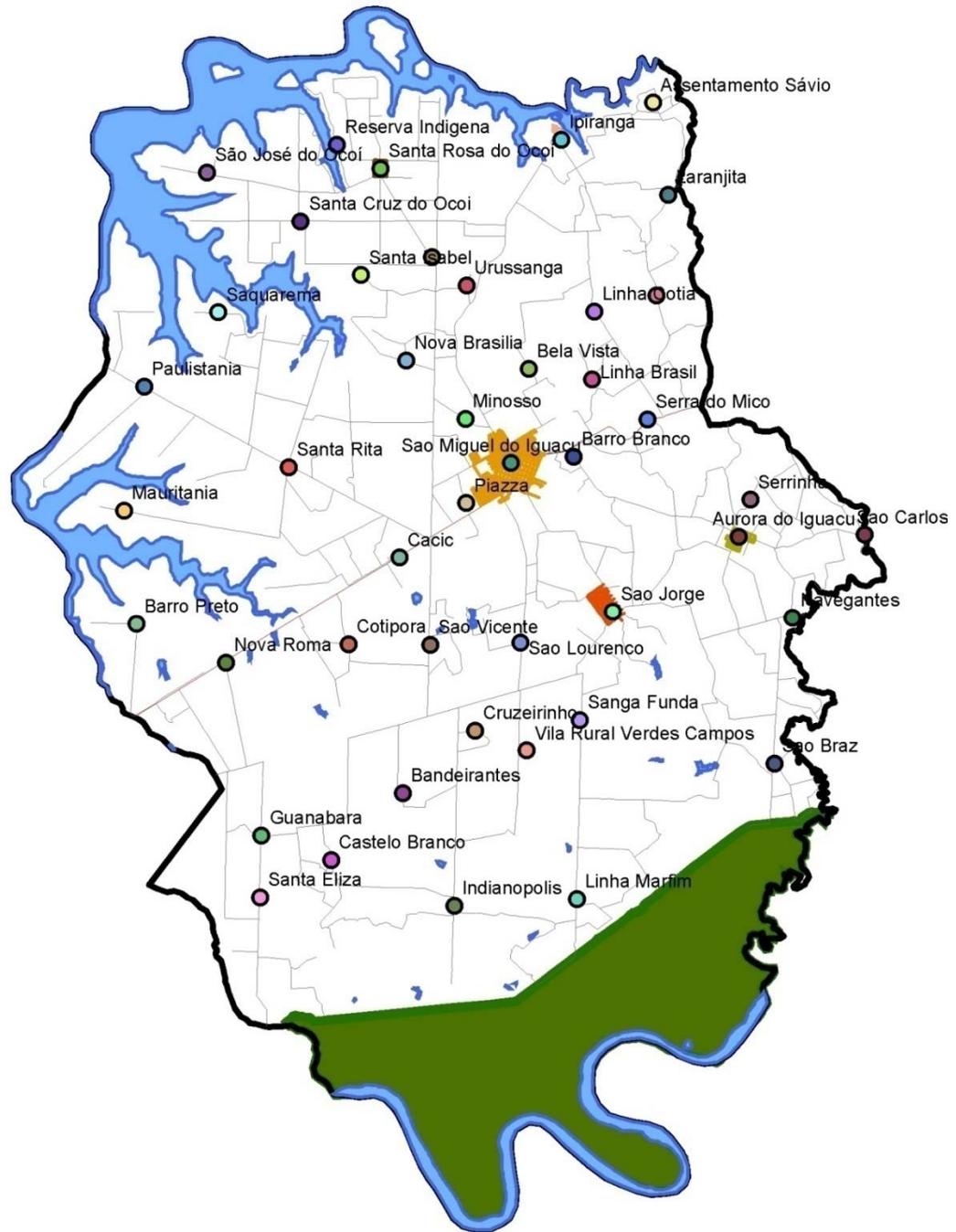
## **LISTA DE ILUSTRAÇÃO**

1. Imagem 1 - Localidades rurais no município de São Miguel do Iguaçu/PR 7

## SUMÁRIO

<b>LISTA DE ILUSTRAÇÕES .....</b>	<b>9</b>
<b>APRESENTAÇÃO .....</b>	<b>8</b>
<b>CAPÍTULO I</b>	
1. ALGUMAS MEMÓRIAS, DIVERSAS HISTÓRIAS: FORMAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR (1970) .....	20
<b>CAPÍTULO II</b>	
2. PERSPECTIVAS DIVERGENTES EM LUTA NA COMPOSIÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS (1980) .....	61
<b>CAPÍTULO III</b>	
3. SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO STR NA ATUALIDADE: DILEMAS, TRAJETÓRIAS E HORIZONTES (1990 -2009).....	109
<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>	<b>146</b>
<b>FONTES</b>	
Fontes escritas.....	150
Fontes orais .....	154
<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS .....</b>	<b>156</b>

IMAGEM 1- Localidades rurais no município de São Miguel do Iguçu/PR



Fonte: Arquivo da Prefeitura Municipal/2009

## APRESENTAÇÃO

Entender o presente requer conhecer o passado, que é também interpretado nas suas relações com o presente. Desconsiderar isso, é deixar de pensar a história numa relação dinâmica passado, presente e futuro. É pensar o passado como algo dado, morto, quando no cotidiano se experimenta um passado vivo, cheio de sentidos e significados, constituindo-se daquilo que foi e na expectativa do que está por vir.

O que é o presente, senão, o momento de vivenciar juntamente passado e futuro. E o que é a História senão tudo isso, respaldada em intensas e dinâmicas lutas e lutas de classes. Essa perspectiva de mundo, dos homens em ação, fez com que se voltasse para a problemática que envolve a luta dos trabalhadores. É, a partir disso também que se busca estudar o Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs) de São Miguel do Iguaçu (SMI).

A delimitação do local deu-se pela minha vivência. Nascida em São Miguel do Iguaçu e desde muito cedo, ainda na década de 1960, avôs maternos e paternos, vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul resolveram criar os filhos no oeste paranaense. A partir disso, a família estabeleceu-se no local. Viveu-se até 1998 naquele município, quando fez-se a mudança para Cascavel.

Contudo, foi em 2002, quando estive no STR, participando de discussões sobre a candidatura para presidente da República do Luiz Inácio “Lula” da Silva, que sindicalistas falaram sobre apoiar aquele que já havia estado ali no sindicato, na década de 1980. Isso chamou a atenção. Pois o que haveria acontecido naquela “pacata” cidade do interior naquele passado não muito distante?

Então, ainda na graduação, quando da necessidade de realizar uma pesquisa histórica, logo questões voltaram-se para esse vivido. Naquele momento, em 2007, a pesquisa resultou no trabalho de conclusão de curso: “Sindicalismo Rural e a Luta pela Terra: São Miguel do Iguaçu, anos 70 e 80”, orientado pelo prof. Dr. Antônio de Pádua Bosi. E por considerar que havia a necessidade de um estudo mais aprofundado sobre as relações sociais que se foram estabelecendo, pois são raros os estudos sobre dimensões da realidade são-miguelense, revolveu-se ampliar a pesquisa para desenvolver na pós-graduação.

E assim, o STR, de São Miguel do Iguaçu, surgiu novamente como problemática de estudo, tendo um amplo recorte temporal, desde a formação na década de 70 até 2009. Houve, então, a tentativa de entender como o STR foi construído por diferentes sujeitos e experiências ao longo de sua história.

Foi esta “versão” da história, que possibilita entender as relações sociais, a partir das experiências, realizada neste trabalho. Como afirma Thompson:

Os homens e mulheres também retornam como sujeitos, dentro desse termo [experiência] – não como sujeitos autônomos, “indivíduos livres”, mas como pessoas que experimentam suas situações e relações produtivas determinadas como necessidades, interesses e como antagonismos...<sup>1</sup>

Não se age totalmente impulsionado por uma estrutura dominante, decidiu-se, pois, quais ações tomar, dentro de algumas possibilidades, porém, as posições assumidas são ações dos humanos, os homens autores de sua própria história. E relatos do vivido, enfatizados com a realização de entrevistas, ajudam nessa compreensão, como enfatiza Portelli:

... uma história de vida é algo vivo. Sempre é um trabalho em evolução, no qual os narradores examinam a imagem do seu próprio passado enquanto caminham. A dificuldade que entrevistados (e narradores) muitas vezes encontram em finalizar uma entrevista mostra sua compreensão de que a história que estão contando é aberta, provisória, parcial.<sup>2</sup>

O autor trata do movimento e do conteúdo provisório da história, que muda, na medida em que novas experiências vão sendo vivenciadas, e outras que acabam por cair por completo no esquecimento humano. É assim, uma tentativa de captar os sentidos dados ao passado, no caminhar entre o presente e o futuro.

Essa relação passado, presente e futuro não se “descolam” nas narrativas orais. O sujeito, ao rememorar não separa os tempos históricos na composição da narrativa, e, falar, recordar o passado, aquilo que já ocorreu, é um processo de atribuição de sentidos e significados, tendo em conta o presente vivido, por vezes, projetando ações, pensamentos e objetivos para o futuro, aquilo que ainda está por vir, como destacam Déa Fenelon, Heloísa F. Cruz e Maria do Rosário Peixoto:

---

1 THOMPSON, E. P. O termo ausente: experiência. In: A Miséria da Teoria. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. p 182.  
2 PORTELLI, Alessandro. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário (org). Muitas Memórias Outras Histórias. SP: Olho D’Água, 2004. p 298.

Propomos a construção de um olhar político, segundo o qual o tempo presente é uma dimensão que nos impulsiona, não importando o tema escolhido ou o tempo histórico (mesmo remoto) em que situamos a nossa investigação. E mais: orienta-se para o futuro, já que nossa perspectiva é a de transformar este presente e nossa inspiração é a vontade de buscar a utopia.<sup>3</sup>

São nessas complexas relações com o tempo, que se busca entender como os homens vão constituindo-se e organizando o espaço sindical. Como se voltam ao passado, vislumbrando alternativas para transformar o presente, na luta por outro futuro.

Diante disso, passa-se a entender as memórias como práticas sociais, que não se manifestam somente através da fala, mas de formas diversas, como enfatizam os autores:

A busca de explorar outras dimensões das fontes nos conduziu, por exemplo, a problematizar todo discurso plástico como produtor de memória e, conseqüentemente, constituinte/instituinte do viver contemporâneo; a considerar a imprensa espaço articulador de projetos políticos e formador de opinião, e também de desnudar sua pretensa universalidade passa por decifrar o jogo de linguagem por meio do qual produz a memória...<sup>4</sup>

Pode-se analisar como as memórias vão sendo construídas através dos discursos jornalísticos, políticos, diante de fotografias, atas, cartas e outras diferentes fontes. Mesmo que essas não sejam originalmente produzidas para o trabalho do historiador, como são as entrevistas, elas possuem potencialidade diante das investigações do passado, expressando disputas pela memória.

Contudo, acredita-se que é no ato de relatar que as experiências vão adquirindo sentido, para os sujeitos. Por isso, a ênfase da pesquisa sobre o STR é dada ao trabalho com os relatos orais. E assim, é no embate das memórias, que histórias vão sendo construídas, com a participação do pesquisador:

Que nossa história seja autêntica, lógica, confiável e documentada como deveria ser um livro de história. Mas que contenha também a história dialógica da sua formação, experiência daqueles que a fazem. Que demonstre como os próprios historiadores crescem, mudam e tropeçam através da pesquisa e no encontro como os sujeitos. Falar sobre o 'outro' como sujeito está longe de ser suficiente, se não nos enxergarmos entre outros e se não colocarmos o tempo em nós mesmos e nós mesmos no tempo.<sup>5</sup>

---

3 FENELON, Déa R. CRUZ, Heloísa F. e PEIXOTO, Maria do Rosário. Introdução. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário (org). Muitas Memórias Outras Histórias. SP: Olho D'Água, 2004. p 12.

4Idem, ibidem, p 10.

5PORTELLI, Alessandro.,op. cit., 2004. p 313.

O historiador é que assume a direção da narrativa histórica construída conjuntamente com os outros sujeitos. As escolhas, posições dele – historiador –, são definidas pelas experiências, até mesmo aquelas vividas no momento da entrevista. Demonstrar acertos, erros e acima de tudo, limites é o que Portelli defende, como sendo a “história dialógica da sua formação”. Essa transformação deve aparecer no trabalho, uma vez que ela é parte constituinte do fazer historiográfico.

No sentido, de ampliar os limites, o diálogo com outros pesquisadores, ainda que diferem da problemática de pesquisa, tornaram-se fundamentais para entender aspectos de como trabalhar com as narrativas orais, que não são fatos dados, mas processos em construção, como destaca Yara Aun Khoury ao afirmar que “o esforço é de compreender como as pessoas se apropriam do passado e usam o passado, no campo complexo das disputas dentro das quais se constituem”.<sup>6</sup>

Nesse caminhar para o entendimento das entrevistas orais, enfatiza-se como os sujeitos se colocam diante do vivido e como buscam reinterpretar o passado na sua relação com o presente, na construção da classe. Num primeiro momento, as entrevistas foram realizadas com os sindicalistas que estavam há mais tempo ligados ao sindicato, na tentativa de responder a problemática que, em parte, viria a constituir o primeiro capítulo, sobre a formação e os primeiros anos do STRs. Diante disso, os primeiros nomes foram indicados pelo atual presidente do sindicato<sup>7</sup>.

Depois, ao longo das entrevistas, verificou-se que outros elementos se apresentavam, notadamente, ligados à diversidade de situações e posições que formaram o sindicato. Com isso, surgiram outras possibilidades de entrevistas, bem como as atas e o livro de presenças, os quais deram indicativos de quem teria participado de tais processos.

Nestas entrevistas, outros personagens, para além dos pequenos proprietários, se apresentaram-se, por vezes, de forma a silenciá-los. Diante disso, partiu-se para as entrevistas que visassem estabelecer a atuação dos boias-frias, arrendatários e assalariados permanentes. E, assim, a pesquisa seguia na tentativa de abarcar as diferentes perspectivas sindicais que buscaram, ao longo da história, fazer-se representar no sindicato.

---

6 KHOURY, Yara Aun. Muitas memórias, outras histórias: cultura e sujeito na história. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário (org). Muitas Memórias Outras Histórias. SP: Olho D' Água, 2004. p 133.

7 Ao longo dos 38 anos foram presidentes do STRs: Ivo Adamante de 23/04/1972 a 31/07/1983; Miguel Isolar Sávio de 01/08/1983 a 31/07/1992; José Evaldt Raupp de 01/08/1992 a 31/07/2005; Claudio Aparecido Rodrigues desde 01/08/2005.

Mas, outros documentos também são base de análise, como as atas tanto do sindicato dos trabalhadores quanto dos padrões, livros de presenças, fichas, panfletos, livro tombo da Igreja e outros documentos do sindicato, do INCRA, do IBGE. Manteve-se a grafia original nos documentos, quando citados na dissertação.

Assim, o STR é parte do pequeno município de São Miguel do Iguazu, no oeste do Paraná. Segundo dados do IBGE, em 2009, este município tinha uma população 26.451 habitantes e uma área territorial era de 851,301 km<sup>2</sup>.<sup>8</sup>

A posse da terra, conforme a relação de certificado de cadastro de imóveis rurais do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MBA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)<sup>9</sup> era a seguinte: 22 grandes propriedades<sup>10</sup>, 117 médias propriedades, 832 pequenas propriedades, 1.239 minifúndios<sup>11</sup>. Ou seja, 2.071 são minifúndios e pequenas propriedades em uma área total de 36.967,5000 hectares (ha) e apenas 139 propriedades, médias propriedades e grandes propriedades, representam 23.050,9000 hectares (ha). Dados que apontam a centralização de grandes extensões de terra entre poucos proprietários.

A ênfase está na produção, nas quase, monoculturas de soja e milho, seguidas em menor escala pelo trigo, amendoim, arroz, aveia, feijão, café, mandioca, laranja, banana e outros. Quanto à pecuária, no município produz-se aves de corte em efetivo dos rebanhos 1.843.724 cabeças, de galinhas poedeiras são 65.325 cabeças, suínos são 56.050 cabeças e de bovinos 26.254 cabeças. De vacas ordenhadas são 8.200 cabeças que produzem 25.510 mil litros de leite, em 2008.<sup>12</sup>

---

8 Em 1970 a área total do município era de 1.208,047 km<sup>2</sup>, com uma população de 38 mil habitantes. Dois processos fizeram com que esses números reduzissem. Primeiro o alagamento das terras pela Hidrelétrica de Itaipu, anos de 1980, e na década de 1990, quando o município de Itaipulândia se emancipou de São Miguel do Iguazu.

9INCRA, Relação de certificado de cadastro de imóveis rurais do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MBA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) 2003/2004/2005. Documento com 188 páginas, localizado no Incra de São Miguel do Iguazu.

10Em São Miguel o minifúndio equivale a 1 módulo fiscal = até 17,9 ha. Pequena propriedade – de um a quatro módulos fiscais = de 18 até 71,9 ha. Médias propriedades – de quatro a 15 módulos fiscais = 72 até 269,9 ha. Grande proprietário – acima de 15 módulos fiscais = mais 270 ha. E menos de dois hectares são considerados lotes urbanos. A quantidade de terra que define os módulos fiscais muda de município para município de acordo com a qualidade da terra, a produtividade e outros.

11Os latifúndios representam uma área de 9.295,9000hectares (ha). As médias propriedades = 13.755,9000 hectares (ha). Já as pequenas são 832 pequenas propriedades = 25.666.7000 hectares (ha). Os minifúndios são 1.239 em um total de 11.300,8000 hectares (ha). E 15 não-classificadas = 20,0000 hectares (ha). Vale destacar que 2,4 hectares representam uma área de um alqueire.

12IBGE, Produção da Pecuária Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

Esses dados representam algumas mudanças da produção agropecuária de São Miguel do Iguçu, se comparados com os anos de 1970. Em 1974, os são-miguelenses cultivavam hortelã, milho, soja, feijão, trigo e café e na pecuária a criação de bovinos e suínos,<sup>13</sup> ou seja, ocorreu, ao longo das últimas décadas, a introdução da comercialização de aves de corte e de leite, em grande escala, diferentemente do passado, quando essas eram atividades de subsistência das famílias<sup>14</sup>.

Quanto às desigualdades sociais não diferem muito de outros municípios. Há uma relevante diferença social entre pobres e ricos, só que diferente do que ocorre em muitas cidades, em São Miguel, são os ricos que residem no “morro”, local conhecido como “morro dos ricos”. Foi nesse local que antigamente as primeiras casas foram construídas.

O processo de ocupação, organizado pelo Estado e por empresas privadas, começou em 1948<sup>15</sup>. No momento em que o governo de Getúlio Vargas incentivou a “Marcha para o Oeste”, a Colonizadora Pinho e Terras Ltda, liderada por Alfredo Paschoal Ruaro, que já tinha explorado a região de Toledo e Marechal Cândido Rondon, comprou as terras e começou a estimular a vinda de famílias do sul para São Miguel do Iguçu, através da então Colonizadora Gaúcha<sup>16</sup>.

O local ficou conhecido por Gaúcha, quando ainda pertencia ao município de Foz do Iguçu. Só no ano de 1961, foi emancipado e recebeu o nome de São Miguel do Iguçu.

Mesmo após os primeiros compradores de terras do sul do país terem dado início à vinda para as terras do oeste, na metade do século XX, no local, já era possível verificar a presença humana. Paraguaios, argentinos e muitos indígenas, que habitavam principalmente as áreas próximas ao rio Ocoí, eram vistos com frequência pelos novos moradores.

Conforme entrevistas realizadas<sup>17</sup> com os primeiros migrantes do sul, moradores do município, para elaboração do livro “São Miguel do Iguçu Estórias e Histórias”, a presença de “caçadores”, “bugres” ou até mesmo os paraguaios são referenciados, como, por exemplo, o sr. Aurelio Martello<sup>18</sup>, que nasceu em Antônio Prado, Rio Grande do Sul, veio para a Gaúcha, em 1950. Ele comprou terras, no distrito de Barro Branco, e ali montou um armazém e um alambique e trabalhando como caminhoneiro. Conforme a entrevista publicada, Aurélio

---

13 LIVRO Tombo 1, do ano de 1958 à 2000. Paróquia São Miguel, de São Miguel do Iguçu, p 8.

14 Na indústria, nos anos 60 e 70, predominava a atividade extrativista na madeira e sua industrialização: serraria, beneficiamento e marcenaria.

15 PAGOT, Ferdinando Felice. São Miguel do Iguçu: Estórias e Histórias. Projeto Memória São Miguel do Iguçu. Secretaria Municipal de Cultura e Esportes. 2000. p 37.

16 Idem, ibidem, p 37.

17 Idem, ibidem, p 73 a 365.

18 Idem, ibidem, p 100.

vinha de Cascavel: “Com uma carga de biscoitos e refrigerantes, atolou na Serra do Mico. Por uma semana ficou sem abandonar o caminhão, já que a carga poderia ser roubada por bugres que viviam na região”.

Nessa passagem, como em várias outras, é possível identificar outros moradores que não somente aqueles que mudavam por meio das empresas colonizadoras. Aqueles que já residiam na região eram algumas vezes descaracterizados, vistos como estranhos, que faziam bagunça, brigavam, ou eram ladrões. Como na passagem, da entrevista de Fortunato Antônio Sachetti e de Maria Carradore Sachetti, o casal que veio de Criciúma, chegou ao distrito de São Jorge, no ano de 1960, onde se dedicou ao comércio:

... um pequeno armazém que atendia aos poucos moradores locais e os trabalhadores, principalmente paraguaios e argentinos, que faziam a retirada de madeira e erva-mate da região. (...) Apesar de rudes, os trabalhadores da mata sempre a respeitavam e muitos deles, já na entrada entregavam-lhe as armas que portavam, ‘por educação.’<sup>19</sup>

Nessa sociedade, que viveu processos de ocupação, organizada por empresas privadas de colonização, que definiram estratégias de ocupação do espaço, como a de trazer pessoas de regiões do sul do país para morar na “Gaúcha”, ajuda entender alguns aspectos dos processos históricos, vivido pelos homens, que não muito mais tarde, cerca de 10 anos, organizariam o Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Isso porque, nessa constituição sindical, apresentam-se diferentes sujeitos, e não só os vindos de Santa Catarina e Rio Grande do Sul. E assim, não dá para entender a formação sindical, separada das contradições sociais, e essas iniciam-se muito antes da fundação do sindicato em 1972.

Assim, este trabalho está organizado em três capítulos. No primeiro, analisa-se a participação da Igreja Católica, através da atuação do padre Aloisio José Weber e as noções dele que nortearam a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. Considera-se nesse processo a aproximação com o Sindicato Rural Patronal, e procura-se entender as experiências dos trabalhadores, pois esse processo adquiriu (continua a adquirir) sentidos e significados específicos na vida de cada um.

No segundo capítulo, examina-se como as disputas internas do movimento sindical, em alguns casos, representam projetos de empresas de saúde e partidos, externos ao sindicato, e, ainda, como o STR teve, ao longo dos anos de 1980, um envolvimento com a luta dos sem-terra do município (bóias-frias, arrendatários, parceiros, assalariados, meeiros, pequenos

---

<sup>19</sup>Idem, *ibidem*, p 187.

proprietários, desempregados, pescadores, doméstica, agregado, aposentado, vendedor, servente), propondo até mesmo um projeto de reforma agrária. E ainda, como, os pequenos produtores encaminham lutas para desenvolver as políticas agrícolas, junto com as reivindicações dos assalariados permanentes e bóias-frias que se constituem (e continuam a se constituir) no STR.

Já, no terceiro capítulo, pesquisa-se a rotina de trabalho no STRs nas últimas décadas de 1990 a 2000. E, diante disso, como que as diversas situações dos trabalhadores (assalariados, arrendatários, bóias-frias, parceiros, pequenos proprietários) buscam fazer-se representar ou não nessa entidade. Enfatiza-se os processos de aposentadorias dos bóias-frias, as dificuldades enfrentadas, nas relações de trabalho e na vida sindical, pelos assalariados permanentes e as políticas públicas para o desenvolvimento da agricultura familiar. A partir das experiências busca-se entender como os “trabalhadores rurais” constroem-se como classe.

## CAPÍTULO I

### **ALGUMAS MEMÓRIAS, DIVERSAS HISTÓRIAS: FORMAÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS DE SÃO MIGUEL DO IGUAÇU/PR (1970)**

Os trabalhadores ligados ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STRs) de São Miguel do Iguaçu (SMI), Bacilio Pelenz, Benedito Rodrigues, Eloi Faccio, Ivo Adamante, Miguel Isolar Sávio, afirmam que a instituição foi organizada no início da década de 1970. Isso também é constatado na ata de fundação do STRs:

Aos vinte e três dias do mês de abril de 1972 (Hum mil novecentos e setenta e dois), reuniram-se no Salão Paroquial, na cidade de São Miguel do Iguaçu, em Assembléia Geral, os trabalhadores rurais que assinaram o livro de presença cujos nomes irão constar no “Registro de Associados”, a fim de deliberarem sobre a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, constatando-se a presença de 203 (duzentos e três) trabalhadores rurais.<sup>20</sup>

A assembleia reuniu os trabalhadores, no espaço físico da Igreja Católica do município. E, de acordo com as assinaturas do livro de presença, Plinio Bortoluzzi, Bacilio Pelenz, Ivo Damian Luiz, Dino Perico, Beijamim Benatti, José Arno Fank, Mario Zimmer, Arno Stranger foram alguns dos trabalhadores que participaram da fundação, bem como autoridade máxima local o prefeito municipal, Ferdinando Felice Pagot (Arena)<sup>21</sup>, o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do município de Medianeira, Aluísio Brandt, e do INCRA, Vitorino Barbieiro. Eram representantes da sociedade e do meio rural que davam incentivos e legitimidade ao processo. Dino Francisco Ghellere, pequeno

---

20 ATA de assembleia de fundação. Sindicato dos Trabalhadores Rurais, São Miguel do Iguaçu, 23 de abr. de 1972. Arquivada no STRs.

21 O prefeito era Aliança Renovadora Nacional (Arena) e de acordo com a Lei de Segurança Nacional, durante o período ditatorial os prefeitos das áreas de fronteiras eram nomeados. Registro no Livro Tombo 1, do ano de 1958 à 2000, da Paróquia São Miguel, de São Miguel do Iguaçu, p 10, Ferdinando Felice Pagot (in memoriam) foi indicado pelo então governador Paulo Pimentel. Natural do Rio Grande do Sul, comerciante e fazendeiro, foi o terceiro prefeito de São Miguel do Iguaçu. Exerceu o cargo de 17 de fevereiro de 1970 a 13 de maio de 1974. De acordo com as atas do Sindicato Rural Patronal, o prefeito tinha ampla participação nas Assembleias realizadas pelos empregadores rurais.

proprietário, secretariou a sessão<sup>22</sup>, dando oficialmente início às atividades sindicais dos trabalhadores do campo em São Miguel do Iguçu<sup>23</sup>.

Contudo, antes desse ato inaugural, no município, já havia discussões entre os trabalhadores, para que um órgão de defesa da classe fosse organizado. Atividades denominadas de acordo com ata de fundação como “reuniões preparatórias para a fundação”<sup>24</sup>, capazes de demonstrar “as vantagens que o sindicato traria à classe dos trabalhadores rurais”<sup>25</sup>.

Para o primeiro secretário do STRs, sr. Miguel Isolar Sávio, 60 anos quando da entrevista, natural de Araranguá, Santa Catarina, casado e pequeno proprietário na época, e que participou ativamente no sindicato até 1992, era no momento da entrevista técnico da divisão de ação ambiental na Itaipu Binacional. Foi o padre Aloisio José Weber, da diocese de Toledo, que começou o trabalho de sindicalização no interior do município. E isso, segundo o sr. Miguel, deu-se devido às condições sociais em que a população estava vivendo:

No fim dos anos 60, trabalhei na agricultura primitiva que nós tinha na época, com muito sacrifício, né? Porque tinha que derrubar a mata virgem, e naquela época não existia mecanização de tipo algum, se quer motosserra, era tudo na foice, no machado. Aonde não existia incentivo do governo nenhum, como existe hoje [2007]. É... enfim, a coisa era muito precária e primitiva em tudo... tudo. Não só na produção como em qualquer outra coisa.<sup>26</sup>

Conforme a visão do sr. Miguel, depois da aquisição da terra, o processo de preparação para a agricultura era muito incerto. A derrubada da mata, com base na força de trabalho, sem qualquer tecnologia mecânica que pudesse auxiliar era visto como precária, pois tinha que ser realizada com machado, foice e sem o incentivo do governo. Compara, numa relação passado e presente da agricultura, aquilo que é atrasado, “primitivo”, e a atual produção agrícola mecanizada. Esse processo é enfatizado no relato do sr. Miguel:

---

22 Não foi o Sr. Dino Francisco Ghellere, quem escreveu a primeira ata, mas o Padre Weber, que esteve na assembleia. Apesar de em nenhum momento seu nome ser citado em tal ata, nem mesmo no Livro de Presença.

23 O sindicato seguia estrutura deliberada pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), por isso depois de quase dois anos da primeira assembleia recebeu a Carta Sindical. Foi reconhecido sob o n° 333605/72 no dia 20 de fevereiro de 1974, sendo a partir disso uma instituição com registro nacional.

24 ATA de assembleia de fundação. Sindicato dos Trabalhadores Rurais, São Miguel do Iguçu, 23 de abr. de 1972. Arquivada no STRs.

25 Idem, ibidem.

26 SÁVIO, Miguel Isolar. Entrevista concedida em 08 de junho de 2007. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguçu/PR.

A gente trabalhava na agricultura primitiva, e depois começou a surgir com a colonização. Com a população tendo crescido muito, e a base nossa era quase que só agricultura, comércio praticamente não existia, indústria menos ainda. Salvo as serrarias que existia. E começou a se agravar os problemas no campo. Surgiu à idéia de se organizar a categoria para enfrentar os problemas que existia. De repente, no município surgiu um padre de Toledo chamado Aloisio Weber e começou fazer reuniões comunitárias no interior do município e começou a despertar o interesse e a consciência da população sobre o sindicato. O trabalho que o sindicato poderia desenvolver. O que ele poderia contribuir para minimizar e resolver muitos problemas que nós tinha na época. E foi numa dessas reuniões, que a gente começou a questionar o padre sobre a atuação do sindicato, que a gente foi convidado a entrar na diretoria, em 1972.<sup>27</sup>

Uma das dificuldades, apontada pelo entrevistado, era a do crescimento da população e de como resolver a questão da terra, uma vez que as famílias, com um número grande de filhos, não teriam espaço, para dar continuidade ao modo de vida, já que as propriedades eram pequenas. Juntou-se a isso, a falta de alimentos, no momento em que os modernos meios de produção não estavam disponíveis a todos os homens do campo, para o cultivo do solo e ampliação da plantação. Assim, a possibilidade de ficar sem a terra e de a família passar fome fez com que vislumbrasse um processo de transformação.

Para o sr. Miguel, na busca por “minimizar” esses problemas foi necessária a organização dos trabalhadores e isso ocorreu devido à “conscientização” realizada pelo padre Weber.

O entrevistado afirma que o padre Weber, não fazia parte da paróquia local, mas que surgiu “de repente”. Através da construção da narrativa é possível apontar que o padre aparece quase como um “messias”, que chega sem avisar para “salvar” a população dos males vividos. E foi esse “salvador” quem levou a maioria dos trabalhadores os conhecimentos sobre como se formar em sindicato, para reivindicar os direitos dos trabalhadores, isso durante os encontros realizados nas comunidades.

O eclesiástico trabalhou nos municípios pertencentes à diocese de Toledo, que estava dividida em três setores administrativos: Toledo, Cascavel e Foz do Iguaçu. Somente a partir de 1978, é que Foz do Iguaçu e Cascavel se tornaram dioceses<sup>28</sup>.

---

27 SÁVIO, Miguel Isolar. Entrevista concedida em 08 de junho de 2007. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

28 MEZZOMO, Frank Antonio. Memória dos Movimentos Sociais no Oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano van de Ven, Werner Fuchs. Campo Mourão: Ed. Da FECILCAM, 2009, p 65.

O padre Weber<sup>29</sup>, com 83 anos quando entrevistado, explica que atuou no ano de 1971 em 250 comunidades da região oeste do Paraná, incluindo o município de São Miguel do Iguaçu<sup>30</sup>, dando palestras sobre sindicalismo rural. Os cursos versavam sobre dois conteúdos: sindicalismo e cooperativismo. Nas palavras de padre Weber:

O sindicalismo é mais para reivindicação de direitos e tudo mais, e o cooperativismo é mais para favorecer a produção. (...) Eu podia perfeitamente trabalhar só com sindicalismo, mas não adiantava orientar o agricultor no sentido de ser um sindicato organizado, se ele não sabia como ele podia se organizar para produzir melhor, e ter mais lucro na sua produção. Aí a gente aproveitava as duas coisas.<sup>31</sup>

Lutar e lucrar não eram questões que se opunham, mas que se completavam. A organização sindical só teria sentido se junto a essa formação os trabalhadores pudessem visualizar o aumento da produtividade. Pensava o sindicato, mas perante a ampliação do cultivar à terra, ou seja, perante um desenvolvimento do meio rural. Ele dá detalhes sobre as estratégias utilizadas para chamar a atenção dos trabalhadores durante as palestras sobre a organização sindical:

A união faz a força. Eu escrevia sempre na pedra assim: ‘A união faz a força’. Eu mandava eles ler. A união faz a força. Não está escrito lá. Olha bem que tá faltando um rabinho ali no ‘ce’. Então, a união faz a força. Quando é uma pequena coisa que faz a diferença. Assim, como na frase, um pequeno rabinho ali faz a diferença no sentido da frase. Faz a força ou faz a força. Então eu argumentava que tinha que se unir e realmente reivindicar aqueles seus direitos.<sup>32</sup>

Se reutilizando do símbolo, a força sem o “rabinho” era capaz de denunciar o fracasso, enquanto a força, na escrita completa, mudaria todo um plano de ação e de organização. E a grafia na pedra aponta para aquilo que ficaria sempre marcado, como de fato foi a fundação do sindicato. Uma força que mesmo diante das mudanças ao longo da história, permanece até os dias de hoje em 2009. Também, é possível identificar a força com um recurso por muito utilizado pela Igreja Católica para acabar com seus opositores, os hereges. Assim, não se

---

29 Realizei duas entrevistas com o padre Aloisio José Weber. Uma no dia 24 de julho e outra no dia 18 de setembro de 2009.

30 Durante pesquisa no Livro Tombo 1, do ano de 1958 à 2000, da Paróquia São Miguel, de São Miguel do Iguaçu, nenhum registro foi encontrado sobre esse trabalho desenvolvido pelo padre Weber.

31 WEBER, Aloisio José. Entrevista concedida em 18 de setembro 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ, no centro de Foz do Iguaçu/PR.

32 Idem, ibidem.

enquadrar no sindicalismo cristão, era assumir a fraqueza ou mais radicalmente até mesmo a morte.

Diante disso, informar e educar sobre o que era sindicato, ajudavam aproximar as pessoas de tal instituição, como o padre Weber descreve:

Aí a gente procurou explicar que o sindicato é um movimento de união de agricultores ou operários aonde eles reivindicam seus direitos, e aquilo que eles mais precisam. Para direito, então. Evidentemente que funcionava. Se você tem mais direitos ou menos direitos é muito importante. A gente argumentava pra eles e mostrava que outros municípios já tinham o seu sindicato. Eles já tinham ouvido falar em sindicalismo, mas tinham a impressão de que sindicalismo era um movimento comunista, porque em Cascavel, em Céu Azul e Guairá era os três municípios onde os presidentes tinham sido presos naquele tempo, o movimento do exército, da ditadura militar. Então, todo movimento que se fazia parecia que era uma espécie de revolução. Eu esclarecia que não era absolutamente não era isso, que não precisava ter medo. Que os direitos, a lei existia i era nesse sentido que tinha que se organizar e o governo não tinha nada que interferir e proibir o movimento. (...) Então, eu tive que começar o movimento sozinho ali na diocese de Toledo. Não tinha um nome específico, mas era organizando sindicatos.<sup>33</sup>

O padre Weber busca demarcar sua posição referente a diferentes aspectos em torno da problemática: formação do STRs. Ter mais ou menos direito, é ter mais ou menos condições de sobrevivência, o que não significa transformar os modos de viver em sociedade. Ao contrário, delimita lutas no interior do próprio viver a propriedade, ou seja, desde que não fosse uma luta revolucionária, o governo não poderia impedir que o combate acontecesse, porque a aplicação das leis não poderia ser negada, ao contrário, era preciso que fosse garantida.

Na opinião do padre, a organização dos trabalhadores rurais na região não acontecia, porque o governo via os trabalhadores sindicalizados como subversivos, e esses eram presos quando exerciam atividades de liderança<sup>34</sup>. A perseguição aos “comunistas” não era uma ação exclusiva da ditadura militar, mas foi durante esse período que um forte aparato policial e

---

33 Idem, *ibidem*.

34 Conforme Silva (2006), em Cascavel desde o início da década de 60 a União Geral dos Trabalhadores (UGT), que reunia trabalhadores urbanos e rurais, estava organizada e tinha como líder o comunista Durval Hoff. E diante de uma matéria intitulada “A luta por um Sindicato”, do Jornal O Paraná de 21 de maio de 1976, aponta para o processo de criação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Cascavel, que data então de 30 de março de 1969, só que o presidente do sindicato na época, Nicanor Silveira Schumacher diz “foi muito difícil no começo o trabalhador rural acreditar no sindicalismo, visto que antes da Revolução era anarquizado e não oferecia garantias ao trabalhador. Naquela época tivemos um Sindicato Rural [dos trabalhadores], que foi fundado antes da Revolução que teve seu presidente foragido quando essa se deu...”. Ou seja, aponta para a prisão como afirma o padre Weber.

ideológico, tentou acabar com qualquer tipo de manifestação que pudesse ter alguma conotação vista como “fora da ordem”, como “subversiva”. Nos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, isso não foi muito diferente. No norte do Paraná, há indicativos de que os militares desmantelaram grande parte dos sindicatos com uma posição mais de esquerda. Com as prisões e as mortes dos sindicalistas, ligados ao Partido Comunista Brasileiro (PCB), a Igreja Católica, na sua versão mais conservadora, teria assumido os trabalhos sindicais dos trabalhadores rurais<sup>35</sup>.

Aqui no oeste, essa tradição “comunista”, no espaço rural, parece não ter sido tão representativa junto aos trabalhadores, como o ocorrido no norte do Paraná. Mesmo assim, para o padre Weber, havia a necessidade de se contrapor a tal prática, pois só assim, os trabalhadores passavam a entender que era sindicato não era “subversão”.

A forma como organiza sua narrativa, também ajuda a entender que o “medo” não era somente das pessoas, mas também dele, que busca esclarecer como suas atitudes no passado, não se colocavam contra o que acreditava ser a Igreja, ou seja, não possuía nenhuma relação com os “comunistas”.

O comunismo então... Depois o governo assumiu a ditadura... Como é que eu vou dizer... o governo vai se intrometer em todas as atividades do agricultor, digo... porque o comunismo tinha naquele tempo é comum, então vai fazer com que todas as terras sejam comuns, i tudo seja comum, i tudo mais, e perdem o seu direito de propriedade. Essa era a impressão que eles tinham. (...) Isso influenciou muito, porque comunismo era aquilo longe da Igreja, porque comunismo não admitia Deus, então... porque era tudo praticamente católico. Hoje em dia tem bastante crente, mas naquele tempo a maioria era bastante católicos, i o catolicismo influenciava isso.<sup>36</sup>

A questão comunista, como aponta, é que viabilizaria terra comum a todos. Mas, enquanto uma autoridade se posicionar contra a propriedade privada era ver-se em oposição a todo um aparelhamento social e eclesiástico, o que significa dizer que para o padre Weber a formação dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais era uma tentativa, na sua visão, de a Igreja de se contrapor à ação subversiva e comunista.

Outra problemática, apresentada pelo padre, é de que o catolicismo tinha mais facilidade de influenciar as decisões no passado, quando a religião era predominante na

---

35 SILVA, Osvaldo Heller da., op. cit., 2006. p 275.

36 WEBER, Aloiso José. Entrevista concedida em 18 de setembro 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ, no centro de Foz do Iguaçu/PR.

região, e como isso, em 2009, modificou-se. Com o aumento do número de evangélicos nas últimas décadas, o catolicismo perdeu fiéis e parte de seu poder de intervenção.

No passado, a disputa colocava-se contra o comunismo. Em 2009, o debate conexo com outras crenças, relaciona passado e presente como momentos do vivido. Essa dimensão da memória é problematizada por Yara Aun Khoury:

Ao recordarem experiências passadas, que talvez sobrevivam apenas em suas lembranças, vão se identificando e situando no presente, no qual nos indagamos sobre dimensões e níveis de avaliação crítica que todos nós temos, cada um tem da realidade vivida.<sup>37</sup>

Um presente e um passado ou um passado e um presente que se interconectam o tempo todo durante a entrevista mas não só. Buscar referências no presente para re-significar o passado, que também sofre alterações devido às relações vividas no aqui e agora. É nessa intensa conexão que as problemáticas ajudam a entender que história o entrevistado vai construindo. Nesse caso específico, a visão de um passado saudosista que não voltará jamais.

Contudo, ainda, ao discutir os conteúdos das palestras, sobre cooperativismo, padre Weber destaca:

Não, não vinha juntas eu colocava juntas, mas não para as regiões aqui onde já existia a cooperativa, onde o agricultor bastava entrar então como sócio na cooperativa. Só que o material agrícola era do produtor e não dá cooperativa. Normalmente, pelo menos no Brasil é isso, não é a cooperativa que assume todas as despesas de trator, i colhedeira, i tudo mais. Mas, para a reforma agrária seria isso. A forma que o governo entregaria esses elementos todos, as máquinas tudo, i ficaria dono das coisas. Mas, depois cobraria do produtor uma determinada taxa para o custo da produção.<sup>38</sup>

Ao relatar sua experiência, apresenta como distintos os significados para a cooperação. Diferentes das cooperativas necessárias para efetivação da reforma agrária, nesse caso, a terra e os equipamentos seriam do governo, e os trabalhadores rurais pagariam para produzir. Durante as palestras sobre sindicalismo, incentivava os participantes a serem sócios de cooperativas que já existiam na região.

---

37 KHOURY, Yara Aun., op. cit., 2004. p 136.

38 WEBER, Aloiso José. Entrevista concedida em 18 de setembro 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ, no centro de Foz do Iguaçu/PR.

Havia no oeste e sudoeste do Paraná, o Projeto Iguazu de Cooperativismo. Conforme documento publicado por Roberto Marin<sup>39</sup> havia esforços por parte de entidades do governo para desenvolver essas organizações na região: “A Coordenadoria Regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária, INCRA, no Paraná, o Departamento de Assistência ao Cooperativismo no Paraná, DAC, e a Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná, Acarpa, todos interessados diretamente no movimento cooperativista no Estado”<sup>40</sup>.

O que interessava, naquele momento da constituição dos sindicatos, segundo padre Weber, era que os homens do campo se tornassem sócios das cooperativas que já estavam em funcionamento. E ao demarcar formas diferentes para o cooperativismo, permite considerar que a formação do sindicato não tinha como objetivo a luta pela terra e a reforma agrária, pois até mesmo a noção de cooperativismo era apresentada como distinta para os dois momentos.

Apesar de “idealizar” uma nova forma de produzir, no real incentivava um modelo pronto, em funcionamento, pois o trabalho que realizava, não era de colocar em ação o que desejava, mas deveria seguir aquilo que os superiores da Igreja Católica visualizavam para a organização dos trabalhadores, na região oeste do Paraná no início da década de 1970.

E para além dos conteúdos e das posições tomadas frente à orientação, é também necessário entender como padre Weber projetou as ações, e como esse trabalho de orientação sindical foi beneficiado pelo aparato institucional religioso:

Bom, primeiramente eu entrei em contato com as paróquias, com todas as paróquias, pedindo que eles marcassem o número de capelas importantes que eles tinham. Para saber o quanto, por exemplo, que eu tinha que ficar ... quantos dias numa paróquia e quantos dias na outra paróquia. Porque as que eram pequenas tinham... apenas cinco, seis capelas que interessavam, outras tinha dez, doze capelas. Então, primeiramente eu mandei todo esse programa pra eles. Depois eu organizei, dia tal e tal eu vou estar na paróquia tal e tal, do outro dia tal e tal eu vou estar na outra paróquia. Então, eu atendia sempre duas capelas por dia. Duas comunidades por dia. Ia de manhã celebrava a missa, fazia a palestra em umas duas horas e depois almoçava e de tarde ia pra outra comunidade. Depois do almoço fazia a missa, e falava também na outra comunidade, e a noite eu voltava pra casa. E assim, eu passava paróquia por paróquia, fiz naquele ... eu visitei 250 comunidades. (...) É que

---

39 DIRETRIZES básicas do Projeto Iguazu de Cooperativismo. Curitiba, 19 de dezembro de 1970. In: MARIN, Roberto. Lar na História: os 40 anos da Cooperativa Agroindustrial Lar. Cascavel: Gráfica Tuicial, 2005. p 53-57.

40 Idem, ibidem. p 53.

a gente contava em cada reunião, a gente contava e anotava. (...) Eu atendi naquele ano 35 mil pessoas.<sup>41</sup>

Destacar a logística, como tudo foi planejado demonstra a organização. Saber delimitar as datas, a quantidade de locais e como seria a abordagem, significava parte do sucesso na empreitada. Diante disso, surge a estimativa de 35 mil pessoas atendidas, o que representaria uma média de 140 pessoas por comunidade, já que foram realizadas 250 palestras.

Apesar de os números não serem os de fato, mas expressivos para a época, é possível entender que ao ressaltar o número de trabalhadores que participaram do processo, o padre Weber, enfatizou como tais acontecimentos eram relevantes e tinham apoiadores importantes.

No Paraná, essas ações eram viabilizadas através das paróquias e dos sindicatos dos trabalhadores que já estavam fundados. Assim, descreve padre Weber:

Sim, sim, o padre punha o carro à disposição. Eu podia visitar. I ele já tinha avisado as comunidades as datas que eles teriam as palestras, pois eu já tinha mandado pra eles todo o esquema. Digo, amanhã de manhã eu vou estar lá. ‘Vocês que programam duas capelas mais próximas, uma de manhã outra de tarde, depois outro dias outras duas capelas mais próximas’. E assim, trabalhávamos. E eu fui muito bem tratado, não posso me queixar. E também onde já existia o sindicato, o sindicato dos trabalhadores rurais, por exemplo, em Céu Azul e Cascavel, os presidentes dos sindicatos também me favoreciam. Me davam ajuda, me... Inclusive ajuda financeira, para eu pagar as despesas que eu tivesse. Os sindicatos me ajudavam. (...) Pra ajuda a promover porque isso ajudava eles, pois incentivava os agricultores a serem sócios. (...) Ela [a igreja] que ajudava na alimentação, eu não pagava nada por hospedagem, i tudo i o carro era da paróquia, não precisava pagar.<sup>42</sup>

O início do trabalho ocorreu pelo levantamento do número de comunidades a serem atendidas e essas ajudaram na mobilidade dentro de cada município. Nos locais onde os STRs já existiam, a viabilidade deu-se devido à parceria das paróquias com os sindicatos. Isso não era visto como problema, pois ambos saíam ganhando. Ele porque conseguiria, de maneira mais plena, concretizar o plano na realidade vivida e os sindicatos aumentariam significativamente o número de sócios. Em São Miguel, foi a paróquia que financiou e ajudou nos trabalhos. Vale ressaltar que a Igreja local tinha uma aproximação muito grande com a

---

41 Idem, ibidem.

42 Idem, ibidem.

classe dominante agrária local<sup>43</sup> e com a diocese de Toledo, centro de poder político/religioso, da região oeste do Paraná.

Ao relatar que “eu fui bem tratado”, denuncia que não foi assim com todos aqueles que estavam ligados aos STRs. Não é coincidência que ao dar continuidade à estrutura de sua narrativa ele elenca dois locais, Céu Azul e Cascavel, que, como apontou anteriormente, foram alguns dos sindicatos que sofreram repressões e tiveram seus presidentes presos pela ditadura militar.

O padre Weber não tinha como base de seu trabalho denúncias da exploração do trabalho. E a organização do STRs não era vista como a saída para esses problemas. Era muito mais uma tentativa de dar continuidade, sem sobressaltos, ao modo de vida dos trabalhadores, garantido sua religiosidade do que a tentativa de vislumbrar transformações sociais.

E assim, que o trabalho era realizado pelo padre Weber, e a secretária Maria Madalena Friedrich.

A única pessoa que trabalhava comigo era a minha secretária, que saía comigo fazer palestras também, com as senhoras. Quando eu ia para uma comunidade ela falava para as senhoras, os assuntos de saúde e educação. E eu falava para os homens. Não colocaram outro ajudante.<sup>44</sup>

Apesar das paróquias e dos sindicatos viabilizarem a realização dos eventos, as palestras estavam centralizadas, principalmente nas ações do padre e na secretária. Atendiam homens e mulheres separadamente com enfoque além do sindicalismo para questões de saúde e educação. Havia uma separação entre gêneros, como se no sindicato pudessem participar somente os homens, e as mulheres deveriam dar conta dos afazeres domésticos e desenvolver a propriedade rural.<sup>45</sup> Enfatizar que não colocaram ajudantes, amplia a noção de quão necessário era o trabalho de organizar os sindicatos, e como encaminhavam esses processos:

---

43 Conforme registro no Livro Tombo, na época da construção da Matriz, no ano de 10 de junho de 1969, os lotes n° 5, 13, 14,15 da quadra n° 27, foram doados pela Colonizadora Gaúcha Ltda. p 15. E ainda, algum dos primeiros sócios da colonizadora, Arlindo Mosé Cavalca e Benevenuto Verona, foram também fundadores do Sindicato Rural Patronal.

44 WEBER, Aloiso José. Entrevista concedida em 18 de setembro 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ, no centro de Foz do Iguaçu/PR.

45 Nos anos 2000, o movimento sindical começou a rever isso. As mulheres juntamente com os jovens passaram a ter demandas específicas nos sindicatos. O movimento que se denominava Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STR) agora se define como Sindicato dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais (STTR). Ganhou um “T” a mais.

A gente tinha documentação do que que eles tinham que fazer, fazer o encaminhamento junto a área estadual pra depois convocar a assembléia, depois eleger uma diretoria i tudo mais, a gente falava pra eles e orientava.(...) Então, a gente ajudava só a orientar, porque além do sindicalismo a gente mostrava pra eles as vantagens que eles tinham, pois depois vinha a assistência social, médicos e hospitais, que eles faziam convênios com o Ministério para que o agricultor ser atendido gratuitamente nos hospitais. Já um trabalho que eu tinha começado no Rio Grande do Sul e tinha feito bastante.

Durante as palestras havia alguns encaminhamentos de ordem jurídica, de como fundar uma instituição de classe. E, naquele momento, já recebiam orientações de como a associação poderia ajudar no acesso à saúde. O sindicato mais do que lutar por melhorias nas relações de trabalho, apresentava vínculos com a saúde e aposentadorias. Eram a base do trabalho desenvolvido no RS e que no oeste buscou retomar.

Mas, quando se questiona se todos os trabalhadores rurais, moradores das comunidades compareciam as reuniões, ele destaca:

Não, não, não era todos. Mas, a grande maioria acho que compareciam porque o padre tem muita influência. Quando o padre falava então, quando o padre pediu... ‘Vamos lá deve ser uma coisa nova’. Então por curiosidade muitos fossem...(…) Alguns evidentemente achavam que aquilo... ‘Será que é realmente?’. Mas, se o padre fala, eles eram muito crédulos no padre. Isso é evidente. Hoje em dia talvez não seja tão fácil, mas naquele tempo eles estavam muito crédulos no padre, o que o padre fala. I depois enviado pelo bispo... ainda mais tinha autoridade para falar. Depois é uma coisa organizada, planejada tal dia vou estar lá, tal dia lá... isso... Eles davam bastante crédito nesse sentido, não tinha dificuldade de discutir muito.<sup>46</sup>

Apesar de negar que todos os trabalhadores rurais participassem, afirma que a credibilidade do padre frente a essas populações entusiasmou e ajudou na decisão para adesão ao plano. Para ele, a simbologia que o padre exercia, ou melhor, a influência, incentivou números consideráveis de pessoas a participarem do movimento, pois, no passado, atender os moradores no meio rural era bem mais fácil, para a instituição que representava. Em 2009, acredita que não é mais como era há 40 anos, quando “eram muito crédulos no padre”. O poder que exerciam se transformou com o passar dos anos, juntamente com o modo de viver desses homens e mulheres do campo.

---

46 WEBER, Aloiso José. Entrevista concedida em 18 de setembro 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ, no centro de Foz do Iguaçu/PR.

Contudo, mesmo lá, no passado, havia, no interior da Igreja, disputas que dificultavam a adesão dos eclesiásticos ao projeto de fundar sindicatos. Apesar do padre Weber ter vindo do Rio Grande do Sul, a pedido do bispo da diocese de Toledo, no início dos anos de 1970, para realizar o “movimento em favor dos agricultores”, quando chegou no município, não obteve apoio de todos os sacerdotes:

O bispo Bento [o bispo da região na época era Dom Armando Círio] me pediu para eu ir lá na assembléia que eles tinha no fim do ano, e apresentar o plano. Então, eu fui lá e fiz a palestra e eles acharam que não era necessário, porque a Emater [Instituto Paranaense de Assistência Técnica e Extensão Rural na época Associação de Crédito e Assistência Rural do Paraná - Acarpa] estava fazendo já esse trabalho de fundar os sindicatos. Mas no meio da turma tinha dois. Um que era da catedral de Toledo, um padre novo, [Raul Cavaliere] adepto das coisas novas, e um outro [Eugênio Hentz] que já conhecia o meu trabalho no Rio Grande. Então, no dia seguinte, eles começaram a colocar fermento no meio da massa. E mudaram a opinião deles, dizendo não, o que a Emater faz é o sindicato dos empregadores, e esse aqui é o sindicato dos trabalhadores, que nós não temos, temos que fundar aqui. Então, com isso foi então votado e eles aceitaram.<sup>47</sup>

A primeira dificuldade encontrada para aplicação do plano de orientação sindical foi no interior da própria Igreja, quando padres se colocaram contra, ao afirmar que a Acarpa/Emater já realizavam esse trabalho e que não havia necessidade de entrar na disputa.

A tensão e o conflito colocavam-se entre tendências no interior da própria instituição cristã, isso porque, na opinião de padre Weber, os padres da diocese não conseguiam distinguir o sindicato patronal, do sindicato dos trabalhadores, pois, ele atuaria junto aos trabalhadores rurais e não com os patrões. E foi essa distinção, que fez com os padres depois de conversas, enfim, votassem a favor do projeto para que a Igreja Católica, através do padre, fundasse STRs. Contudo, esse processo de organização dos homens do campo obedecia a uma orientação do bispo e em geral da Igreja Católica, que já havia realizado trabalhos parecidos em outras regiões.

Naquele tempo havia muito desconhecimento porque era uma coisa nova que começou praticamente em 62, 63. Mas, não se tinha organizado muito, pelo menos aqui no Paraná. Então, era importante. E essa desconfiança de que sindicato era uma coisa comunista, que era um movimento fora da Igreja. Então, por isso foi o melhor motivo é preciso esclarecer porque não dá para trabalhar se eles não têm clareza do que é o verdadeiro sindicalismo. O sindicalismo não olha religião, não olha raça, não olha nada. Olha o

---

47 Idem, *ibidem*.

interesse daquela classe que são os pequenos agricultores. Que tem o dos trabalhadores rurais, e o sindicato rural, que é dos empregadores. E o sindicato dos empregadores eles eram organizados pela Emater [Acarpa]. Eles, especificamente, tinham recebido orientações da direção superior para que fundassem o sindicato dos empregadores, e que colocassem todo mundo no sindicato. Então, eles mesmos não tinham clareza do que que era o Sindicato dos Trabalhadores Rurais.<sup>48</sup>

O entrevistado valoriza as diferenças, e justifica a distinção entre o sindicato de patrões e de empregados através da noção de classe, pois não é a religião e nem a raça que define quem pertence a um ou a outro sindicato, mas a própria idéia de que são classes economicamente distintas.

Nesse sentido, ressalta a perspectiva de sindicato, e esse capaz de atender o “interesse daquela classe”. Ou seja, busca resolver os problemas dos trabalhadores rurais, isso não significa comunismo, nem mesmo algo fora da Igreja. Ao contrário, expressa o discernimento do que é um sindicato. E assim, estrutura sua narrativa entre o “conhecido”, que era o trabalho que era realizado e o “desconhecido” – o comunismo e o trabalho da Acarpa/Emater.

A Igreja deveria levar adiante o sindicalismo em contraposição aos comunistas, e, também, ao trabalho de um órgão do governo, isso não tanto em relação às ações, uma vez que ambos estavam formando sindicatos, mas quanto aos sujeitos atendidos. Enquanto o padre Weber atendia os trabalhadores, o governo sindicalizava fazendeiros. Ao exaltar a trajetória e o trabalho desenvolvido pela Acarpa, o autor Odilio Sepulcri afirma:

Dentro dessa estratégia de organização rural, a Acarpa participou, a partir de 1967, da organização de vários sindicatos rurais nos municípios em convênio com a FAEP [Federação da Agricultura do Estado do Paraná], contribuindo para a organização sindical que, na época, estava dando os seus passos iniciais na agricultura.<sup>49</sup>

Para o autor, a Acarpa juntamente com a Federação Patronal, organizou os empregadores em sindicato. Em São Miguel do Iguçu, o Sindicato Rural Patronal foi fundado pelos fazendeiros com orientação da Federação do Estado da Agricultura do Paraná (FAEP)<sup>50</sup>. A Acarpa se fazia presente em algumas atividades desenvolvidas, como consta na ata de posse da segunda diretoria.

---

48 Idem, *ibidem*.

49 SEPULCRI, Odilio. Estratégias e Trajetórias Institucionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Emater-PR). Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005. p 75.

50 Conforme a primeira ata, do dia 12 de maio de 1968, o trabalho foi presidido pelo delegado regional da Federação do Estado da Agricultura do Paraná, Ernesto Dall Aglio.

Estiveram ainda presentes ao ato o senhor Luiz Scarpari, Juiz de Paz, o senhor Paulo Doro de Oliveira, extensionista da Acarpa, [grifo meu] Dr. Ernino Ghellere, veterinário local, Antonio Simões de Araújo, presidente do Sindicato Rural de Cascavel, Antonio Cageiano, presidente do Sindicato Rural de Imbituva e membros da diretoria da FAEP e outras pessoas convidadas.<sup>51</sup>

Assim, padre Weber crítica esse trabalho, pois os homens da Emater “não tinham clareza” e colocavam todos - fazendeiros e trabalhadores - na instituição patronal, mesmo quando as necessidades frente a essa organização eram conflitantes. Mais do que considerar essas diferenças, a Emater, como órgão federal, seguia as orientação do governo, de conglomerar todos numa mesma instituição. O padre Weber posiciona-se:

Mas, eles faziam o quê? Através da própria direção nacional eles tinham que organizar o sindicato, mas só o sindicato dos empregadores, e não dos outros. Então, como eles como favorecia financeiramente ter maior número de sócios, então eles iam no pequeno proprietário e diziam que: ‘Você também tem que entrar no nosso sindicato, hoje você não tem um empregado, mas no fim da safra você pode ter, aí você é um empregador’. E a lei diz claramente que o pequeno proprietário embora tenha periodicamente algum funcionário para ajudar na lavoura não se torna empregador, porque são dois sindicatos, duas linhas bem diferentes. (...) Porque o grande é aquele que sempre tem... continuamente tem um funcionário em sua lavoura, ele mesmo muitas vezes não trabalha, mas tem empregados, então é do sindicato dos empregadores. Agora, o pequeno proprietário que às vezes só tem uma semana, ele precisa de um para trabalhar, para roçar uma roça ou para lavrar, ele pertence ao sindicato dos pequenos proprietários. Ele tem uma área pequena. Então, ele não precisa continuamente do empregado.<sup>52</sup>

Ao elaborar como sua prática se diferencia daquela exercida pelo outro, justifica seu trabalho de iniciação de uma nova frente de organização no oeste paranaense, a dos pequenos proprietários, vistos como aqueles que eram enganados perante a “lei” pelos fazendeiros.

As relações, estabelecidas pelo padre Weber, permeiam o direito e as noções de pertencimento, desse ou daquele sindicato. E esse pertencer não é tão simples, pois definir-se entre o sindicato patronal ou dos trabalhadores, requer aspectos outros, que não só o de possuir terra, mas as relações sociais estabelecidas a partir disso, como, no caso, a

---

51 ATA do Sindicato Rural Patronal. São Miguel do Iguçu, 16 de mai. de 1971. Arquivada no Sindicato Patronal.

52 WEBER, Aloiso José. Entrevista concedida em 18 de setembro 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ, no centro de Foz do Iguçu/PR.

necessidade de ter continuamente um empregado, e ainda ter a possibilidade de “ele mesmo muitas vezes não trabalha”.

Diante disso, o “verdadeiro sindicalismo” tinha um sentido específico de classe, e por isso, o sindicato dos trabalhadores havia de ser distinto do de patrões. Um sindicato diferente do outro, e que por isso precisava de orientações distintas para a formação. Mesmo colocando-se como crítico ao trabalho, realizado pela Acarpa/Emater, é possível verificar que as ações sindicais do padre Weber, não se distanciavam muito das organizadas pelo governo. Destaca essas diferenças apenas na tentativa de dar ênfase ao trabalho que havia desenvolvido, ou seja, ambos queriam formar sindicatos, para que não ocorresse qualquer iniciativa de transformação social. Orientavam apenas mudanças pontuais, no relato do padre:

Para os pequenos terem a sua defesa e se saber se tornar independentes contra os grandes exploradores, dos grandes fazendeiros, que não tem essa mentalidade. O que querem é aumentar seu poderio. E os pequenos têm que defender-se e sobreviver sobre seu pedacinho de terra, pequeno e tudo mais.<sup>53</sup>

A perspectiva apresentada era de que o sindicato dos trabalhadores deveria atender os pequenos proprietários. As outras categorias, como meeiros, assalariados, posseiros e até mesmo boias-frias, não aparecem na fala, e não fazem parte dos trabalhadores que precisavam se organizar. Apesar de ver nos patrões uma suposta oposição de classe, a preparação sindical não era para o enfrentamento. Ao contrário, era uma tentativa de manter o pequeno produtor na terra, para continuar a formar a Igreja, a comunidade. Assim, a classe para o padre tem um significado econômico e porque não dizer religioso:

No campo, geralmente não tem essa mistura de religiões. E um conhece bem o outro. Por exemplo, lá na comunidade de São Miguel, você ia pra comunidade pergunta: ‘Quem é fulano de tal e tal?’ Todo mundo se conhece. Na cidade, você pergunta. Ou quem é o teu vizinho lá? ... ‘Ah, não sei’. Quem é que vive no prédio aqui? ‘Ah, não sei’. O pessoal não quer relação com o outro. Querem ficar livres e independentes. Este é o grande problema do trabalho na cidade. Ninguém quer se envolver na vida do outro. (...) No interior, não tem muita diferença, todo mundo é agricultor, tem a mesma atividade. Então, é mais fácil você reunir essas pessoas do que na cidade. Você tem advogado, você tem médico, tem enfermeiro, tem isso, tem aquilo. Como é que eles vão se reunir e pensar da mesma forma? Os interesses são diferentes, totalmente diferentes. E isso no interior não existe. (...) A gente não pode obrigar. Cada um procura viver a religião de acordo com que ela tem lá por dentro. A gente procura orientar no sentido de procurar formar

---

53 Idem, ibidem.

comunidade, porque a Igreja é comunidade. Não adianta fazer coisa diferente, assembleia. Igreja significa comunidade.<sup>54</sup>

Enquanto agente eclesial, o padre Weber avalia a atuação no campo, facilitada no sentido do desenvolvimento da comunidade. Ele concebe aquele espaço como local de atuação para a união de um grupo, em que todos possuiriam modos de vida comuns, de trabalho, de crença, de valores, em oposição à cidade, que se tornara o local das dificuldades, pois além das diferentes profissões, havia também as diferentes crenças. Ambos os aspectos tornam-se problemas na hora de convocar essas pessoas para traçarem um objetivo comum, que é a formação da comunidade cristã.

A manutenção do homem no campo seria a forma mais fácil de manter viva a Igreja, mas não seria qualquer homem do campo. O ideal seriam os pequenos proprietários, pois, com a divisão de grandes extensões de terras dos latifundiários o número de pessoas que permaneceriam no campo seria maior, e a influencia da religião católica também cresceria.

Juntando a isso, a dignidade de viver na roça sem exploração, com tempo livre para se dedicar à religião, ajudava na criação do “tipo ideal”. Havia casos, em que os grandes proprietários que moravam nas cidades, possuíam em suas terras números pequenos de trabalhadores, o que diminuía numericamente a possibilidade de seguir o catolicismo. Esses são alguns dos aspectos do latifúndio que não interessavam ao projeto de Igreja, do padre Weber.

Em 2009, o padre trabalhava na diocese de Foz do Iguaçu, atendia aos hospitais do município, a paróquia da comunidade de Três Lagoas, e realizava tarefas distintas daquelas realizadas no passado. Limitava-se a celebrar missas na cidade.

Os homens do campo deixaram de ser seu foco de atuação, ainda na década de 1970, quando largou essa atividade, pois acreditava que já tinha tornado os “sindicatos fortes”, para entre 1972 a 1974 realizar cursos para lideranças em Toledo, e também para participar de “cursinhos e outros movimentos da Igreja”.

Mas, naquele período, ele havia preparado-se especificamente, para desempenhar o papel de organizador dos trabalhadores rurais. Padre Weber tinha, então, passado pela formação da Igreja, estudado Filosofia e Teologia na Ordem Religiosa dos Jesuítas<sup>55</sup>.

---

54 Idem, ibidem.

55 A direção da Ordem Religiosa dos Jesuítas, no oeste do Paraná, retoma ao fim dos anos 40 início dos anos 50, para não dizer século XVII, quando das missões jesuítas.

Entretanto, foi em cursos de pós-graduação fora do Brasil que se especializou em educação rural.

Eu me formei. Em 61 e 62 eu estive em Costa Rica e participei de um curso de pós-graduação sobre educação rural, especialização da Emater. Já ouviu falar em Emater... Então esse trabalho que eles fazem. Eu acompanhei o curso de pós-graduação em Costa Rica e depois no ano seguinte eu voltei e participei do curso de reforma agrária na Colômbia, organizado pela FAO [Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação]. Lá em Costa Rica era pela Organização dos Estados Americanos [OEA], que tinha a escola lá e de toda a América tinham alunos lá. No meu curso eram, dois da Argentina, eu do Brasil, um do Haiti, um da Colômbia e um de Costa Rica. Era muito fácil, a gente tinha um professor à disposição qualquer... Era de segunda até sexta-feira o dia inteiro aula, era período integral.<sup>56</sup>

No início da década de 60, antes do golpe militar, padre Weber deixou o Brasil para se especializar na Costa Rica, e, um ano mais tarde, passou pela Colômbia, onde presenciou um curso sobre reforma agrária. A formação foi antes dos anos ditatoriais e a prática aconteceu durante os governos militares.

Luiz Flávio Carvalho Costa, ao analisar as orientações na formação sindical, afirma que “a Igreja, desde o começo dos anos 60, já dava mostras de sua disposição em se fazer presente entre os trabalhadores rurais”<sup>57</sup>, pois, havia por parte da Igreja interesse em atuar na orientação dos trabalhadores rurais, por isso o investimento em formação nessa área. E, nesse sentido, o golpe militar não interferiu de modo a acabar totalmente com esse movimento da Igreja. Ao contrário, no Paraná foi o momento em que a “hierarquia católica iria manter ainda por um longo tempo sua influência e sua ascendência sobre sindicalismo rural”<sup>58</sup>.

Por tudo isso, a formação pedagógica era importante. Padre Weber dá detalhes sobre o conteúdo do curso na Costa Rica:

Então, a gente teve esse curso que preparou assim... de como hoje em dia saber traduzir ou passar para o agricultor as novas técnicas. Quase um curso de pedagogia, mas, era um curso de sociologia. (...) Até eles diziam: ‘Como você hoje em dia consegue passar novas técnicas para o agricultor’. Então eles faziam, por exemplo, você quer passar uma experiência... então você faz uma experiência com um grupo pequeno. Por exemplo, você quer planta soja. Então, com esse grupo, com um novo sistema, você faz um canteiro e faz esse plantio e os agricultores não podem periodicamente ver aquela

---

56 WEBER, Aloiso José. Entrevista concedida em 24 de julho de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ, no centro de Foz do Iguaçu/PR.

57 COSTA, Luiz Flávio Carvalho. op. cit., 1996. p 91.

58 SILVA, Osvaldo Heller da., op. cit., 2006. p 294.

experiência como se desenvolve e o resultado final. Então, primeiramente você tem que fazer uma motivação com o agricultor. Então, a motivação maior é sempre eles enxergar os resultados daquilo que está sendo passado. Isso é uma técnica muito importante, porque o agricultor se convence quando ele vê. Porque se ele não... só pela teoria ele às vezes fica na dúvida de como ele vai reagir.<sup>59</sup>

O entrevistado não apreendeu só sobre técnicas agrícolas, mas como repassar isso aos homens do campo, de maneira a fazê-los entender e acreditar nos conhecimentos apresentados, para gerar mais renda da produção. O aprender para ensinar requeria entender os princípios das técnicas de motivação e descobrir a intensa relação entre teoria e prática, compreendendo que o público alvo não quer apenas saber, mas precisa ver como as coisas se transformam.

Já o conteúdo do curso, na Colômbia, era basicamente sobre reforma agrária, uma questão nada natural. Quando questionado sobre qual a posição da FAO<sup>60</sup> sobre a reforma agrária na década de 60, o padre Weber retoma a fala de um professor:

Bom, eles tinham suas idéias sobre a divisão de terra i tudo e desapropriação. Eles diziam, o professor disse, olha a melhor lei da reforma agrária é a do Brasil é bem especificada só que vai ser difícil de aplicá-la, por causa da interferência dos grandes agricultores, da política i tudo mais. Mas, se não eles diziam que realmente a reforma tal como era apresentada na legislação era melhor que eles conheciam, pois eles haviam participado da reforma agrária da Itália, da Coréia do Sul, e assim, eles conheciam bem as dos outros países e como tava aqui no do Brasil também. (...) A maneira de como avaliar a produtividade da área i podiam dizer não essa área é improdutiva então, essa pode ser desapropriada e pode ser dividida. Agora evidentemente tudo isso tem seu ponto negativo, pois se ela é improdutiva é preciso saber os fatores do por que ela é improdutiva. Por que ela pode ser improdutiva? Por exemplo, para a agricultura, mas ela pode ser produtiva para gado leiteiro ou gado de corte. Então, tudo isso precisa ser calculado, agora justamente no momento tem esse problema que o governo tá querendo dar uma lei, querendo exigir que aquela área produza tanto desse produto, de soja, de milho ou de gado. Eu não sei. Eu acho um pouco exagerado a forma do governo pensar nesses termos. Agora, se o sujeito, por exemplo, tem uma área que não está produzindo realmente porque ele não tem interesse, só pra valorizar, aí tá outro problema. Aí o governo pode interferir se é apenas só para especular.<sup>61</sup>

---

59 WEBER, Aloiso José. Entrevista concedida em 18 de setembro 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ, no centro de Foz do Iguaçu/PR.

60 A Organização das Nações Unidas para a Agricultura e a Alimentação (FAO) é uma organização internacional, que foi criada em 16 de outubro de 1945, no pós-guerra. Ligada as Nações Unidas tem com o objetivo de garantir a produção agrícola de alimentos, e a ordenação da exploração dos recursos naturais do mundo.

61 Idem, ibidem.

Limita-se a posição de que a reforma agrária deve ser pensada a partir da lei, e que deve atingir as áreas improdutivas. Contudo, para ele, é preciso rever quais áreas seriam destinadas a tal reforma, uma vez que o critério para demarcar se é ou não produtiva são complexos, pois uma terra destinada para plantação de soja ou para as pastagens possuem produtividades diferentes e ambas estão sendo utilizadas com fins distintos. Assim, as terras que estão paradas, somente a espera do aumento de preço, sem qualquer trabalho, é que devem ser avaliadas para a possível reorganização do espaço rural.

Quanto à reforma agrária, em 1963, para OEA<sup>62</sup> ele afirma:

Eles achavam que era interessante porque com isso podia se aproveitar melhor terras que estavam sendo simplesmente ali para valorizar. Então, podiam ser utilizadas pra produzir, realmente mais. E tinha muito disso na América do Sul, e tinha uns grandes proprietários que tinham milhões de hectares de terras, mas não aproveitavam. Então, nesse sentido, a reforma agrária então podia fazer com que muitos pequenos proprietários, ou que não eram pequenos proprietários podiam conseguir sua área de terra.<sup>63</sup>

Para OEA, na visão do padre Weber, a reforma agrária não passava pela democratização total das terras, nem mesmo das grandes propriedades. Deveria ser realizada com terras que estivessem “ali para valorizar”, dentro do mercado especulativo. Demonstra uma visão crítica quanto a grande propriedade, mas não era contra a propriedade em si.

A questão da reforma agrária, como destaca Sandra Maria Castanho, tinha passado por um amplo debate social, entre as décadas de 50 e 60, chegando ao Parlamento, em 1961, aproximadamente 219 projetos de reforma para o sistema agrário brasileiro<sup>64</sup>. As principais disputas, a diferentes concepções ocorriam entre o PCB, as Ligas Camponesas e a Igreja Católica.

Enquanto o PCB defendia, durante o governo João Goulart, uma reforma agrária, conquistada através da legislação, as Ligas Camponesas lutavam pela reforma agrária radical, eram contra qualquer luta por leis, queriam o fim da propriedade latifundiária<sup>65</sup>. Já a Igreja

---

62 A Organização dos Estados Americanos (OEA) foi fundada em 30 de abril de 1948. É parte das Nações Unidas, e foi organizada com objetivo de promover o desenvolvimento sem guerras.

63 WEBER, Aloiso José. Entrevista concedida em 18 de setembro 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ, no centro de Foz do Iguaçu/PR.

64 CASTANHO, Sandra Maria. Políticas e lutas sociais no campo. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá – Curso de História. Maringá, 2006. p 168.

65 Idem, ibidem, p 178.

Católica, com sua ala mais conservadora, visava desmobilizar os movimentos sociais mais radicais de luta pela terra, defendia a reforma agrária, mas sem atacar a propriedade privada.<sup>66</sup>

Padre Weber pareceu não se distanciar dessa posição, assumida pela instituição da qual era parte, a Igreja:

Eu sempre orientei, digo. E no Paraguai também teve problema. Eu orientava assim: 'Se vocês necessitam de terra organizem-se e pressionem o governo para o governo tomar medidas as necessárias'. Mas, não individualmente, vocês como grupo, fazem tudo. E com que direito vocês invadem a terra dos outros? Desde que você não tem terra, você tem direito a terra, mas não tem o direito de tirar do outro que tem a terra. Isso o governo tem que fazer o governo tem que desapropriar e então distribuir. (...) Mas, não tirar aqueles que têm terra, tirar à terra a força.<sup>67</sup>

O entrevistado coloca-se contra a ocupação de terras, afirmando que as pessoas que se utilizam dessa prática não possuem nenhuma lei a seu favor. Não há direito que garanta terra para quem invade a propriedade do outro. A distribuição de terras deve acontecer, mas não de forma violenta e com a utilização da força. Defende, também, que a reforma agrária é necessária desde que mediada e controlada pelo governo e destaca:

A reforma agrária, a lei brasileira, é a melhor do mundo praticamente. Mas o que acontece é que não se executa, porque o governo não pega firme, para... porque desapropriou uma fazenda aí o sujeito já entra no processo. Daí esse processo vai correndo, dez, vinte, trinta anos, e nunca resolvem o problema. Se o governo diz: 'Olha desapropriou essa área porque ela é improdutivo'. Tá, ela vai servir pra reforma agrária. Então aqui vão instalar os agricultores, dá 50 famílias, 100 famílias.<sup>68</sup>

Diante de sua experiência, afirma que se colocada em prática a lei brasileira, sobre reforma agrária, o problema do acesso à terra seria solucionado. Mas, o grande problema, na sua visão, é a morosidade do poder judiciário, pois permite que o latifundiário entre com recursos a várias instâncias jurídicas superiores, atrasando em décadas a desapropriação de terras improdutivas, que poderiam ser utilizadas pela produção familiar. Apesar dessas reflexões fazer parte também do passado, o entrevistado posiciona-se diante de conflitos sociais pela terra em 2009.

---

66 Idem, ibidem, p 194.

67 WEBER, Aloiso José. Entrevista concedida em 18 de setembro 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ, no centro de Foz do Iguaçu/PR.

68 Idem, ibidem.

Não, não se tratava muito de reforma agrária [na ditadura], nesse sentido. Porque os agricultores não estavam organizados. Hoje em dia [2009] tem o Movimento dos Sem-Terra (MST), esse Movimento Sem-Terra (MST) é que começou a mexer com o problema no Rio Grande, Santa Catarina, Paraná. Foi por isso. Mas ainda a gente dúvida que é um movimento que quer beneficiar o agricultor ou apenas quer ser um meio de se aproveitar para ganhar dinheiro, pois eles ganham bastante dinheiro por parte do governo, das ONGs, mas que não está sendo aplicado em agricultura. Está sendo aplicado em coisas que a gente não sabe... escusas. Por isso que tem agora, foi instalado, como que se chama essa sindicância do governo federal e deputados querem fazer uma investigação mais profunda a respeito do dinheiro, que tá recebendo, pra ver se realmente aquele dinheiro está sendo bem aplicado.<sup>69</sup>

A memória militante do padre Weber tenta desvencilhar-se da tendência que problematiza a concentração de terras na atualidade. Duvida das ações do MST e busca descaracterizar o movimento, pois acusa-os de corruptos (“... um meio de se aproveitar para ganhar dinheiro”) e de se distanciarem do meio rural (“... mas que não está sendo aplicado em agricultura”). Ao negar o movimento dos trabalhadores, valoriza a concepção de seu mundo, e da instituição religiosa/política que representa. Fala isso, não só do passado, mas das relações e das posições assumidas no presente. A questão do tempo na narrativa é problematizada por Portelli: “Os historiadores alienam os episódios em sequências sintagmáticas lineares, enquanto que os narradores orais se movem entre eles para adiante e para trás em forma de associações mentais.”<sup>70</sup>

Na busca por definir qual projeto defende, o entrevistado não se limitou a um período, ou há um tempo histórico, caminhou entre o passado e o presente, de forma a explicitar qual sua posição perante o assunto. Não isolou, analisou como um processo histórico, e trouxe para a reflexão outras vivências que não somente aquelas da década de 60.

Reforma agrária e desenvolvimento agrícola fizeram parte da formação do padre e da atividade sindical que buscou colocar em prática, que se distancia do movimento dos sem-terra. Ele tinha também como alternativa estudar na Europa e dedicar-se aos operários urbanos, porém, decidiu-se pela América Latina e pelo trabalho com os homens do campo, muito também pela vivência da infância com a família, de Venâncio Aires, no Rio Grande do Sul (RS), que era de pequenos proprietários e experimentava a dificuldade do campo e da

---

69 Idem, *ibidem*.

70 PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado da Representação Histórica. A Batalha de Evarts e a Batalha de Crummies (Kentucky: 1931- 1941). *História & Perspectivas*, Uberlândia (39): 181-217 jul.dez.2008. p 196.

cidade, uma vez que o pai também exercia atividades na construção civil para moradores urbanos.

Diante dessa experiência, optou por desenvolver, por meio da Igreja Católica, atividades com os homens do campo. E isso começou ainda no Rio Grande do Sul, quando trabalhou para Frente Agrária Gaúcha (FAG)<sup>71</sup> e na Secretária de Agricultura, no governo estadual, enquanto parte do partido de situação da ditadura, o Arena, atividades que duraram entre 1964 e 1970, como descreve:

Porque eu sempre acompanhei essa vida de agricultor. E durante meus tempos de estudo também tinha feito muito estudo sobre a agricultura, nos tempos livres, de como se plantava, como melhorava a terra e tudo isso. Tinha lido muitos livros, então me interessei por esse setor. E quando eu discutia com os agricultores sobre sindicalismo eu mostrava pra eles a importância de melhorar. E quando eu tinha feito esses cursos na Colômbia e na Costa Rica, o governo do Rio Grande do Sul me contratou para então começar a promover. Então, a gente fazia as semanas ruralistas. Ficava a semana inteira com esse grupo de técnicos para promoção de todas as sementes selecionadas, conservação do solo, curva de nível, animais selecionados e tudo essas coisas que a gente precisava para a modernização da agricultura. Então, nesse sentido trabalhei sete anos...<sup>72</sup>

É possível identificar na narrativa do padre, a sua participação ativa no projeto de modificação das práticas agrícolas, conceituada, por ele mesmo, como de “modernização da agricultura”, que estava sendo implementada pelo governo. Desde a década de 50, as classes dominantes, através da ideologia desenvolvimentista, definiam o campo como lugar de métodos atrasados, de fraca produtividade e de miséria dos trabalhadores, por isso precisava de intervenção<sup>73</sup> do Estado, na maneira de produzir e na produção das relações de trabalho<sup>74</sup>.

Maria Aparecida de Moraes Silva critica esse processo, denominando-o como “modernização trágica”, compreendida pelos processos de expropriação, exploração-dominância e exclusão”,<sup>75</sup> ou seja, a modernização, que segundo a autora, expropriou os trabalhadores duplamente das condições objetivas de sobrevivência relacionadas ao mundo

---

71 De acordo com Silva (2006), A Frente Agrária Gaúcha (FAG) foi um movimento organizado, em 1961, pela ala conservadora da Igreja Católica, no Rio Grande do Sul, que tinha como objetivo conquistar representação frente aos trabalhadores rurais, não deixando espaço para a atuação de setores de esquerda.

72 WEBER, Aloiso José. Entrevista concedida em 24 de julho 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ, no centro de Foz do Iguaçu/PR.

73 SILVA, Maria Aparecida de Moraes. Errantes do Fim do Século. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. p 62.

74 Idem, ibidem, p 63.

75 Idem, ibidem, p 20.

exterior, da terra, do roçado, e das subjetivas, efetivadas pelas práticas de exploração dos trabalhadores imposta em seguida.<sup>76</sup>

Na prática, no sul do país, as semanas ruralistas foram um dos meios para convencer os trabalhadores a participarem desse projeto, mesmo que nem todos fossem contemplados com tais políticas, como não foram. Mesmo assim, os trabalhadores rurais precisavam participar para que a tal modernização fosse levada adiante.

E depois o conhecimento, os problemas que surgiam, eu acompanhei sempre. Minha formação de filosofia e teologia foi acompanhado pelas leituras e tudo mais sobre os problemas que o agricultor enfrentava de modernização e necessidades. Porque o agricultor não acreditava muito nos técnicos. Ele achava que o técnico tava na cidade, só fazia as coisas, não conhecia nem distinguir batata doce de batata inglesa e assim por diante. Então, eu tenho que esclarecer isso: ‘Que um técnico não é um cara burro, mas, é uma pessoa inteligente’. Então, para essas semanas ruralistas, eu convocava sempre especialistas no ramo. Então, nas palestras, eles faziam as perguntas e às vezes perguntavam: ‘Ah, eu tenho um animal doente tá, tá...’. Ele ia lá e verificava o que que era ou ‘eu tinha uma planta infestada que não produz’. Ele ia lá e olhava e depois para as reuniões ele trazia e mostrava. Então era bem interessante isso aí.<sup>77</sup>

O padre argumenta que os técnicos tinham dificuldades de inserção entre os trabalhadores rurais e sua autoridade de padre frente a essas populações era utilizada para dar credibilidade ao discurso e às novas práticas agrícolas. Suas atividades não eram somente de aproximar os técnicos dos trabalhadores rurais, trabalhos realizado por ele através do governo estadual do RS, mas também o de ajudar a fundar sindicatos no sul, isso via FAG, funções que exercia paralelamente:

Porque eu como funcionário do governo eu tinha o meu programa. E na Frente Agrária eu tinha mais o programa mais de organizar o agricultor, no sentido de organizar em sindicato, e isso tudo mais. Na Frente Agrária era isso. E por parte do Estado era mais a promoção do agricultor, em que nós reuníamos o agricultor e fazíamos palestras sobre técnicas então se aplicava mais aquilo que eu tinha aprendido em Costa Rica.<sup>78</sup>

A promoção da agricultura, bem como a organização dos sindicatos eram ações que não estavam desvinculadas do processo de “modernização”, pelo qual passava o meio rural

---

76 Idem, ibidem, p 20.

77 WEBER, Aloiso José. Entrevista concedida em 24 de julho 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ, no centro de Foz do Iguaçu/PR.

78 Idem, ibidem.

brasileiro. Assim, o padre Weber teve uma prática na FAG de fundação de sindicatos com os trabalhadores rurais que deu continuidade no oeste do Paraná.

No Rio Grande do Sul, eu trabalhei nas dioceses de Santa Cruz do Sul. Fiz esse mesmo trabalho que eu fiz aqui, fundando sindicatos e tudo mais. Depois passei para a diocese de Santa Maria também fazia esse mesmo trabalho. E aí então os bispos aqui de Santa Catarina [deve ser Paraná] era Maringá, Palmas e Toledo que tinha pedido ao meu superior, um padre que pudesse trabalhar nesse sentido. Então, eles me ofereceram aqui. Então, vou ver onde é melhor... Maringá era uma mentalidade diferente daquela dos gaúchos, que é muito nortista. Palmas, eu não tinha conhecimentos que tipo que era. Agora, Toledo eu já tinha conhecimento que era mais gaúchos e catarinenses, então a mentalidade e o tipo de trabalhar era mais semelhante ao do Rio Grande do Sul. Então, eu vim pra cá.<sup>79</sup>

Ao falar do trabalho, cita o sul do país, como se ao lembrar do Rio Grande do Sul no tempo presente, fosse capaz de reportá-lo aos momentos vividos em sua terra natal. Assim, surge também o critério de escolha da região de Toledo, por acreditar que aqui encontraria pessoas muito parecidas com as do RS. Assim, sua mudança para o oeste deu-se devido à necessidade de avanço das atividades sindicais.

É que tinha acontecido é que no norte do Estado. Em Maringá, tinha também um padre assumido era Frente Agrária Paranaense. Então, ele começou com o trabalho, fazia as palestras i tudo mais. E no fim sempre passava o chapéu para tirar despesas das suas viagens i tudo isso. I um momento desses quando ele tinha bastante dinheiro na caixa... ele fugiu. Largou o sacerdócio, i fugiu com o dinheiro, isso deu uma péssima impressão para todo o movimento. Quando eu cheguei no Paraná eu falei com o bispo se eu podia começar a Frente Agrária Paranaense, ele disse: 'Não, não, não me fale em Frente Agrária que tem péssimo conceito aqui'. Então, a gente não deu nome foi movimento em favor dos agricultores.<sup>80</sup>

A intenção do padre era dar um nome similar aqui no Paraná: Frente Agrária Paranaense (FAP). Conforme Silva, a FAP foi formada, no norte do Paraná, entre 1961 e 1964, pela ala conservadora da Igreja Católica com a ajuda das organizações patronais, de direita. Isso ajudou a Frente a obter uma forte atuação em oposição aos comunistas, que tinham fundado 86 sindicatos na região. “Após o golpe de estado de 1964, a FAP será pouco a pouco substituída pela Federação dos Trabalhadores da Agricultura do Paraná, controlada agora pela mesma corrente política”. Assim, conforme a análise do padre Weber, o movimento

---

79 Idem, ibidem.

80 Idem, ibidem.

já tinha sido iniciado e não havia dado certo, devido à corrupção, que acabara com a credibilidade que tal organização necessitava ter frente aos trabalhadores rurais. Por isso, não teve uma nomenclatura específica, seria um trabalho em “favor dos agricultores”, como define. E a Igreja Católica, a partir disso, entrava na disputa pela organização dos STRs no oeste.

Atendia Foz [do Iguaçu] até Guaraniaçu a Guairá [uma área de aproximadamente 22.840 km<sup>2</sup>]. Todo esse espaço tinha umas acho 40 a 50 paróquias. Comecei no mês... acho que no mês de abril os trabalhos e fiz primeiro em Toledo. Em Toledo, tinha 800 sócios, já estava fundado, e no fim do ano, já tinha 2.800, onde foi muito vantajoso. (...) Depois fiz para outros municípios: Medianeira, Céu Azul, Matelândia, Ramilândia, Serranópolis, São Miguel do Iguaçu. Depois, para Marechal Cândido Rondon fiz ali palestras porque ali tive problemas até onde queriam me prender. Achavam que eu era subversivo, porque naquele tempo o governo era muito contra essas questões de sindicalismo e tudo, achavam que quem trabalhava com isso...<sup>81</sup>

Diferentes municípios receberam a visita do padre. O trabalho atendeu grande parte da população dos trabalhadores rurais do oeste. Na maioria dos lugares, o trabalho foi bem aceito, como em Toledo, quando conseguiu ampliar o número de sindicalizados e em São Miguel do Iguaçu quando ajudou a fundar o STRs. Nesses locais não teve problemas com os patrões:

Não, não porque não era pra estragar, para terminar com o sindicato deles. Eu respeitava o sindicato deles, eu respeitava o sindicato deles só orientando o sindicato dos empregadores é isso, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais é isso. Aqui tem uma divisão bem clara conforme a lei.<sup>82</sup>

Argumenta que seu trabalho seguia as leis e que, por isso, não teve que enfrentar os sindicatos patronais, exceto no município de Marechal Cândido Rondon, onde foi visto como subversivo pela classe dominante agrária, como ele relata:

Então me prenderam de noite. Era o presidente do sindicato, presidente da cooperativa, gerente da rádio. Eles vieram me procurar. Eu estava fazendo uma palestra de noite numa Igreja Evangélica, e quando terminei me disseram que tinha três pessoas que queriam falar comigo. ‘Onde vamos?’ ‘Vamos lá na rádio’. Tá. Fui lá na rádio e disseram: ‘O senhor se arranca daí

---

81 WEBER, Aloiso José. Entrevista concedida em 24 de julho 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ, no centro de Foz do Iguaçu/PR.

82 Idem, ibidem.

o quanto antes, amanhã não queremos mais ver você por aqui. O senhor só está transtornando a cabeça dos agricultores'. Que toda semana vinha agricultor aqui perguntar o que que tinha que fazê, se eles podiam entrar nesse sindicato. Porque lá só existia só o sindicato dos empregadores, o Sindicato Rural, e eles levavam todos os pequenos lá para dentro também, dizendo que embora o trabalhador hoje não tenha empregado no tempo da safra, ele tem empregado, então, ele ficou empregador. E ali nesse sentido é bem claro o pequeno proprietário, mesmo que em época de safra ou de plantio tenha um empregado, ele não passa para a categoria dos empregadores. (...) Eu comecei a trabalhar lá e me apresentei ao governo, ao exército, justamente depois dos incidentes de Marechal Cândido Rondon. Me apresentei e disse: 'Estou fazendo isso, isso e isso. Estou aqui a serviço da Igreja, do bispo. Eu faço questão que de vez em quando vocês mandem algum espião para escutar minhas palestras, para escutar bem o que estou falando, que venham até disfarçado, não em fardas militares. Se não vão dizer ele mudou de tom de falar porque vinha um militar lá'. Eu dizia claramente: 'Não tenho medo de dizer tudo o que estou dizendo porque se eu tenho que criticar o governo eu critico, mas se eu tenho que elogiar o governo também eu elogio'. E eu nunca mais tive problema. Nunca mais me incomodaram.<sup>83</sup>

O sentido principal contido e expresso na fala do padre Weber, é de que a classe dominante, de Marechal Cândido Rondon, era ignorante e alinhada com a ditadura. Ao mesmo tempo, desvincula-se de qualquer envolvimento com o comunismo, localizando-se numa terceira posição: a da Igreja, que crítica, mas que não rompe com os militares.

Os desdobramentos dos fatos, na perspectiva dada pelo padre Weber, é que os problemas com o governo ocorreram, até o momento em que ele se apresentou ao exército, e deixou claro qual trabalho realizava. Após isso, a problemática com a repressão e a censura do governo deixou praticamente de existir. Assim, a fala perpassa caminhos, apresenta disputas e confrontos com militares, mas antes de conhecerem qual era sua posição. Parece que ao esclarecer ao outro quais eram seus objetivos, ele esclarece para si mesmo, durante a entrevista, que não era contra o governo. A posição contrária era muito mais dos empregadores do que do governo. Então, o exército soube do trabalho desenvolvido, garantiu que não o veriam como "subversivo".

Em São Miguel do Iguazu, o sindicato patronal não adotou a mesma postura de Marechal Cândido Rondon, de repressão de suas atividades.

Acho que é financeiro que então com isso o sindicato [de Marechal Cândido Rondon] tinha muitos recursos. Pagava o agrônomo i se faltasse dinheiro eles... 'Como que eles iam pagar o agrônomo?' Eu tenho impressão que foi isso aí em parte. É problema financeiro, econômico... (...) Apesar de ser

---

83 Idem, ibidem.

diferente acho que não... porque realmente em São Miguel não sei se o sindicato dos empregadores não tem muitos sócios lá...? Talvez tenha aquecido porque muita pequena propriedade foi absorvida pela grande propriedade. Então, talvez com isso tenha prejudicado o pequeno no sentido de que ele perdeu a sua terra e ele teria que ir embora i tudo mais, porque muita gente imigrou daí também, depois...<sup>84</sup>

A questão que o entrevistado coloca para enfatizar os conflitos existentes, é a econômica. Ele acredita que a disputa ocorria devido aos recursos arrecadados pelo sindicato patronal, via associação dos pequenos proprietários. Afirma que o sindicato patronal de São Miguel deveria ser autosuficiente, não necessitando dos pequenos como sócios. Por isso não ocorria coerção. Contudo, diante das experiências vividas pelos trabalhadores é possível identificar outras atitudes, tomadas pelo Sindicato Patronal Rural, frente ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais em São Miguel do Iguaçu, como se verificará a partir de agora.

A disputa sindical, entre patrões e empregados, em São Miguel do Iguaçu, pode ser problematizada nas experiências vividas pelo primeiro presidente do sindicato o sr. Ivo Adamante<sup>85</sup>, que ficou 11 anos no cargo, de 1972 a 1983, ano que se desligou da vida sindical, depois de perder a eleição para o então secretário, Miguel Isolar Sávio. Natural do município de Urussanga, Santa Catarina, tinha 65 anos quando da entrevista. Era pequeno proprietário aposentado, casado, cinco filhos, tinha o estudo primário e faleceu em 2007.

No período da gravação da entrevista estava com a saúde debilitada, em fase terminal. Por isso, entre fazer o registro e respeitar o momento vivido pelo entrevistado, decidiu-se pela conversa. O sr. Ivo recebeu em sua casa, mas ficou um clima tenso, pois os filhos ali presentes queriam resguardar o pai, o que era completamente compreensível.

Diante disso, a conversa não durou o tempo necessário, mas algumas questões tiveram uma abordagem importante: a constituição do STR e o movimento sindical. A entrevista foi concedida dia 09 de junho de 2007.

Sr. Ivo Adamante era uma pessoa que possuía aspectos de liderança, “porque ele mais se destacava na reunião, com o interesse, e, depois, ele foi atrás”<sup>86</sup>, afirmou padre Weber, durante questionamentos sobre a decisão de escolher o sr. Ivo para assumir a presidência do STR. Na visão do padre, ele foi importante para dar prosseguimento ao trabalho de

---

84 Idem, ibidem.

85 Além do presidente Ivo Adamante, a primeira diretoria eleita era composta pelo secretário, Miguel Isolar Sávio, o tesoureiro, Domingos Scarpari. Para membros do conselho fiscal: Dino Francisco Ghellere, Arno Afonso Welter e Waldemar Faccio.

86 WEBER, Aloiso José. Entrevista concedida em 18 de setembro 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ, no centro de Foz do Iguaçu/PR.

organização, desde o dia das palestras realizadas nas comunidades até o dia da fundação do STRs, pois “são líderes, líderes da comunidade, que então apareciam, porque sempre em toda comunidade tem algum que é mais mandão, com mais coragem de ir em frente, então eles se organizavam”<sup>87</sup>.

Sr. Ivo Adamante já tinha participado das palestras, no interior, e dava continuidade as ações. Ele descreve sobre a formação do STRs e reforça a atuação do padre Weber:

Eu morava aqui uns oito quilômetros... aí no dia da fundação... me procuraram para eu ser o presidente... eu não queria, né? ...mas o prefeito e o padre fizeram muita força aí fiquei... Aí começou... (...) Surpresa até parece... Ah... ali surgiu meio de ninguém esperava que ia sair o sindicato naquele dia...e no fim tinha um padre...Weber, lá de Toledo. Ele deixou tudo armado, daí botou a diretoria provisória... (...) Aí depois foi criando... foi aumentando o movimento aí... de doença, i arrendamento, i a destoca veio. Aí foi engrenando, né? Mas aí a diretoria... que ajudou.<sup>88</sup>

Diante disso, a fala do primeiro presidente apresenta algumas contradições, entre um movimento que surge repentinamente, sem uma discussão anterior (“surpresa até parece”) e algo que já vinha sendo organizado (“ele deixou tudo armado”). Acredito que essa contrariedade que o sr. Ivo aponta deu-se devido à ligação que tinha assumido com o Sindicato Rural Patronal<sup>89</sup>, pois havia se filiado a esse sindicato, no dia 19 de março de 1972, um mês antes da fundação do STR, uma vez que em São Miguel do Iguaçu o patronal já estava fundado desde 1968<sup>90</sup>. De acordo com a ata do sindicato dos empregadores:

A seguir, foi apresentada proposta para admissão de novos associados nas pessoas dos senhores Liberal Cambuzzi, Leonel Antonio Pereira, José Aoncavila Ferreira, Otavio Pedro de Macedo, Pedro Pereira, André Sartori, Avelino Antonio Machado e Ivo Adamante [grifo meu], sendo a proposição sido aceita pelos presentes.<sup>91</sup>

---

87 Idem, ibidem.

88 ADAMANTE, Ivo. Entrevista concedida em 09 de junho de 2007. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência dele na Rua Getúlio Vargas, em São Miguel do Iguaçu/PR.

89 É interessante perceber que o primeiro vice-presidente do sindicato patronal, Elias Hugo Borges e o primeiro secretário, Renor Antônio Dartora, além de exercerem atividades rurais também trabalhavam na polícia. O primeiro foi delegado e o segundo foi escrivão de polícia. Mas, não só, outros sócio-fundadores também exerceram atividades policiais, como por exemplo, Tacilio Crespim do Rosário, Silvio Lazzaris, Siegfried Germano Hickmann. De acordo com as informações contidas no livro: PAGOT, Ferdinando Felice. São Miguel do Iguaçu: Estórias e Histórias. Projeto Memória São Miguel do Iguaçu. Secretaria Municipal de Cultura e Esportes. 2000. Pgs 249, 258, 333, 215, 360.

ATA da primeira assembleia do Sindicato Rural Patronal. São Miguel do Iguaçu, 12 de mai. de 1968. Arquivada no Sindicato Patronal.

91 Idem, ibidem.

O fato aponta que, a menos de um mês da fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, o sr. Ivo Adamante tornou-se sócio do Sindicato Rural Patronal, o que abre a possibilidade para a compreensão da contrariedade do entrevistado, entre ter ou não ter um passado de organização, ou seja, ele não queria declarar essa ligação com os patrões, pois representava a associação dos trabalhadores. Assim, assumir algo que nasce quase que instantaneamente no dia da fundação, ajuda-o a negar o passado, quando da associação ao sindicato patronal.

A participação da associação dos patrões na organização sindical dos trabalhadores via “sobreposição de sócios”<sup>92</sup> foram processos vividos, em Marechal Cândido Rondon, e também em São Miguel do Iguçu.

O sr. Ivo Adamante ao omitir, durante a entrevista, sua filiação ao Sindicato Patronal Rural permitiu pensar que em São Miguel do Iguçu essa relação entre sindicatos existia, mas era camuflada, pois, a classe dominante agrária, organizada desde muitos anos antes, tinha estratégias disfarçadas para tentar corromper o movimento dos trabalhadores. Um indicativo é a sindicalização do primeiro presidente do STRs, estratégia que, politicamente, ajudaria aos patrões, pois sinaliza para uma aproximação entre os sindicatos, e um possível controle das atividades sindicais que seriam desenvolvidas pelos trabalhadores.

Ao falar sobre as práticas sindicais, o sr. Ivo Adamante até aponta para o conflito, após fundação do STRs:

O problema é mais arrendamento de hortelã com patrão e empregado, sabe né? I assistência médica também. Daí começou a destoca. Esses três itens era mais trabalhoso. (...) Aí... geralmente a cada quinze dias... discutia-se problemas de saúde, problemas de arrendamento... Problemas de empregado com patrão... Patrão com empregado... Dava muita bronca... Os caras queriam se quebrar dentro do sindicato... eu nunca deixei... Indo com calma né? A gente contornava a situação. Mas o pessoal tinha medo que o pessoal da hortelã não saísse mais da terra... aí que tinha medo... (...) Ah... o cara arrendava a terra por quatro anos, até que deixava bem limpa ... daí se entregava de volta... tinha uns que não queriam entregar, queriam ficar mais um pouco... (...) Ah... [a negociação] era com calma, sempre perdia um pouquinho cada um... Mas, sempre foi acertado...<sup>93</sup>

---

92HISATUGO, Paula Sobral. Trabalhadores rurais e sindicato em Marechal Cândido Rondon. Trabalho de Iniciação Científica (PIBIC). Universidade Estadual do Oeste do Paraná/CCHEL – Colegiado História – Marechal Cândido Rondon – PR, 2007.

93 ADAMANTE, Ivo. Entrevista concedida em 09 de junho de 2007. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência dele na Rua Getúlio Vargas, em São Miguel do Iguçu/PR.

O entrevistado descreve algumas das relações vividas no município, em que a luta pela terra também ocorreu. Analisa o quão difícil era a relação entre patrões e empregados, principalmente no período da destoca da madeira e do arrendamento para o cultivo da hortelã. Aponta para a questão de que os arrendatários não queriam deixar a terra, e, nesse caso, ele argumenta que “o sindicato comprava a briga”. O sindicato, não significava ele – o presidente do STR -, pois a fala (“Mas o pessoal tinha medo que o pessoal da hortelã não saísse mais da terra”) acaba por revelar muito mais a defesa dos patrões do que dos trabalhadores, uma vez que o inverso também existiu, dos patrões ansiarem pela saída dos arrendatários da terra antes do tempo previsto. Mas, isso é silenciado na narrativa do entrevistado.

Poderia-se situar que, durante as décadas de 1960 e 1970, pelo menos dois locais<sup>94</sup> em São Miguel do Iguaçu tiveram enfrentamento e mortes pela terra. Seria na divisa do distrito de Aurora do Iguaçu com Medianeira, onde ocorreu problema de titulação, gerando revolta entre os moradores, e ainda, na região do rio Ocoí, local onde as terras eram do governo. Como aponta seu Ivo: “Ah... teve lugar por aí que foi desapropriado, que foi briga, foi morte... do rio Ocoí pra lá... pra cá era mais legalizada as terras... não foi fácil...”.<sup>95</sup> Os conflitos existiram, mas, nesse momento a luta pela terra não demandava muitas ações sindicais, a questão da saúde exigia muito tempo, como afirma:

Foi... Ah! Aquilo ali quando começou não tinha sossego de noite. Vinha gente doente do Paraguai, vinha de tudo quanto é lado... aí. (...) Naquela época foi... não tinha, era o sindicato que dava ...(...) Foi difícil e foi até animado porque era gente de tudo que é lado. Procurava daqui, procurava dali. Então, era até bom. E por outro lado era pequeno... (...) São Miguel nessa época era pequena... não tinha nenhuma casa nessa rua em 73...<sup>96</sup>

O acesso a tratamentos de saúde era levado a frente pelo sindicato, que atendia não somente os moradores do município, mas até mesmo aqueles que vinham do país vizinho, visto pelo entrevistado como um serviço necessário, pois somente o “sindicato que dava”. Previsto no Art. 158, do Estatuto do Trabalhador Rural (ETR)<sup>97</sup>, de 1963, estava o Fundo de Assistência ao Trabalhador Rural (Funrural) que presumia a extensão de benefícios aos

---

94 Problemas com terras tiveram ainda, posteriormente, as desapropriações da região do Parque Nacional do Iguaçu, comunidades São José do Iguaçu e Santo Alberto. E ainda, o alagamento das terras do município quando da construção da Hidrelétrica de Itaipu (como veremos adiante).

95 Ambos os processos ainda não foram estudados.

96 ADAMANTE, Ivo. Entrevista concedida em 09 de junho de 2007. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência dele na Rua Getúlio Vargas, em São Miguel do Iguaçu/PR.

97 O Estatuto do Trabalhador Rural (ETR) foi criado com Lei nº 4.214, de 2 de março de 1963. Surgia da luta dos trabalhadores que se viam desamparado, sem qualquer forma de legislação trabalhista que pudesse deliberar sobre as relações de trabalho, as questões salariais e a organização sindical.

trabalhadores rurais. De acordo com o Artigo 164: assistência à maternidade; auxílio doença; aposentadoria por invalidez ou velhice; pensão aos beneficiários em caso de morte; assistência médica; auxílio funeral e, ainda, para possibilitar a assistência à maternidade e assistência médica convênios seriam estabelecidos com clínicas e ou entidades hospitalares ou com outras instituições de previdência.

O movimento sindical local percebeu essa iniciativa, como fica marcado na fala de sr. Miguel, que já foi sumariamente apresentado. Sr. Miguel exerceu o cargo de secretário até disputar e vencer as eleições do sr. Ivo Adamante. Ficou por nove anos na presidência do sindicato, de 1983 a 1992, ano em que se desligou da atividade sindical. Foi um dos fundadores, em 1981, do Movimento dos Agricultores Sem-Terra do Oeste do Paraná (Mastro) e afirmou:

E no período o governo federal criou o tal do Funrural, em 1971, que previa uma série benefícios e assistência médica para o trabalhador rural e previdência, né? Aposentadoria. Mas como o governo criou o Funrural começou arrecadar dinheiro, mas não tinha estrutura criada no país que atingia o trabalhador rural e o movimento sindical no país de fundação dos sindicatos era muito forte. Então, o que o governo fez... ele começou utilizar os sindicatos. Firmar convênios com os sindicatos para dar assistência médica para o trabalhador rural e orientação como se aposentar.<sup>98</sup>

Na opinião de sr. Sávio, o governo utilizou-se do Funrural para chegar à base do sindicato. Pois com o Fundo Rural o governo firmava convênios com os sindicatos e garantia a assistência médica. Para que tudo isso chegasse aos segurados rurais o Poder Executivo através do Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS) utilizou-se dos Sindicatos dos Trabalhadores Rurais e também dos Sindicatos Rurais Patronais. Contudo, Rudá Ricci afirma que o Funrural não foi colocado em prática, “tendo sido abandonado logo após o golpe militar, em 1964, sendo recriado em 1971”<sup>99</sup>.

Para o autor, foi publicada a Lei Complementar nº 11, de 25 de maio de 1971, que institui o Programa de Assistência ao Trabalhador Rural (Prorural), em substituição ao plano básico de Previdência Social Rural, detalhado no Funrural. Contudo, o Prorural foi regulamentado com o Decreto nº 69.919, de 11 de janeiro de 1972, e com isso “foram estabelecidos convênios para representação local e cadastramentos”. Mesmo com distinções nas nomenclaturas seria o Funrural que ficaria conhecido, não só no meio acadêmico, mas

---

98 Entrevista com o Sr. Miguel Isolar Sávio concedida à autora no dia 08 de junho de 2007.

99 RICCI, Rudá. Terra de Ninguém: Representação sindical rural no Brasil. São Paulo: Editora Unicamp, 1999.

também entre os próprios trabalhadores rurais como uma política de intensificação à fundação de STRs, nos anos de 1970, como relata sr. Sávio:

Então, o sindicato, eu diria ingenuamente até, aderiu a campanha e a política que o governo adotou, de firmar convênios com a previdência. A gente recebia ambulatórios médicos, dentários, e um certo recurso para que a gente pagasse para a contratação de médicos e dentistas. No nosso sindicato não foi diferente, também assinou contrato com a previdência para dar assistência médica para o trabalhador rural no município. (...) Só que foi ruim porque o trabalhador rural não teve consciência que o sindicato era um instrumento de luta.<sup>100</sup>

Sávio crítica como “ingênua” essa disponibilidade dos STRs assumirem serviços que deveriam ser garantidos pelo Estado. A assistência médica mediada pelo sindicato fez com que muitos trabalhadores rurais não reconhecessem o órgão como necessário para reivindicar junto aos patrões e ao governo a garantia de melhores condições de vida e de trabalho.

Por um lado foi muito bom, ajudou muito a categoria para resolver problemas de assistência médica (...). Mas, nós também estávamos numa situação que nós tinha que fazer aquilo, porque no município mesmo a saúde não era municipalizada naquela época. Então, o sindicato foi para o meio rural uma grande coisa eu diria. Nesse sentido, de atendimento médico.<sup>101</sup>

O sr. Sávio que olhou com desconfiança como o Funrural se estruturava no interior do sindicato, não nega como o Fundo foi importante para os sindicalizados. Assim, no município, no início da década de 1970, a saúde não era bem estruturada, e o trabalho, desenvolvido pelos sindicatos, era essencial na vida dos trabalhadores.

O registro no Livro Tombo<sup>102</sup> feito possivelmente pelo padre Beniamino Rossato aponta alguns aspectos dessa situação vivida, e a posição dele frente a isso:

Há na sede [do município] dois hospitais pequenos, precários, e muito pouco aparelhados: o Hospital Santo Antonio, mais antigo, onde hoje trabalha os Drs Italo Moreira e Fausto C. Baptista que comprara do Dr. Pedro de Oliveira. Funcionam o Sindicato rural dos Proprietários e o Sind (Rural) dos Trabalhadores Rurais, que dão assistência aos Pecuaristas e Agricultores e fornecem produtos veterinários e agrícolas, além de ajudarem em casos de enfermidades.<sup>103</sup>

---

100 SÁVIO, Miguel Isolar. Entrevista concedida em 08 de junho de 2007. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

101 Idem, ibidem.

102 O registro feito pelo padre no Livro Tombo 1, do ano de 1958 à 2000, da Paróquia São Miguel, de São Miguel do Iguaçu, aponta a ano de 1974, mas as datas não são precisas.

103 LIVRO Tombo 1, do ano de 1958 à 2000. Paróquia São Miguel, de São Miguel do Iguaçu, p 11.

O padre, apesar de nomear cada um dos sindicatos, não distingue o patronal dos trabalhadores, parecia existir somente o patronal, que associa pecuaristas e agricultores. Da mesma forma, descreve que há dois hospitais, mas fala só de um. Assim, aproximava a questão das instituições de saúde com os sindicatos, justificava que o acesso à saúde não existe. Então os sindicatos “ajudam” para que isso melhore. E ao amparar a saúde, nada mais ocorre nessas instituições.

E, para o sr. Miguel, o sindicato não ficou somente no atendimento à saúde, transformou-se:

A mecanização corria solta, vou usar esse termo. Teve incentivo do governo federal: ‘Plante que o governo garante’. O milagre brasileiro dos anos 70, aonde o governo jorrava dinheiro através do Banco do Brasil, para financiar tudo qualquer tipo de desmatamento, na compra de moto serra, trator, ceifadeira... Sabe a mecanização da agricultura. Com isso, com cada trator que entrava dez, quinze, vinte famílias tinham que sair era eliminado, automático. O cara tinha aí vinte ou trinta alqueires de terra, e tinha lá dez, quinze famílias plantando hortelã e outras coisas, e daí com a mecanização agrícola ele passou a plantar milho e soja e ele foi despejando as famílias. O governo atou essa... introduziu a tecnologia no campo sem arranjo, sem prever as consequências sociais que isso iria trazer. E daí com a eliminação dessas famílias no campo os problemas aqui se agravaram. Aí a gente começou a alertar eles: ‘O sindicato não é o que vocês pensam que é. Isso aqui não é para dar assistência médica. Isso é uma coisa pra lutar pelos direitos de vocês, a questão agrária, a questão trabalhista’. Aí então a turma começou a ver o sindicato com outros olhos, outra maneira de ver.<sup>104</sup>

É preciso entender que as políticas públicas, voltadas para agricultura, no período, promoviam a “eliminação dessas famílias no campo”. E esse é um dos aspectos capazes de definir transformações do que era o sindicato. Continua o relato:

As pessoas passaram a vim pro sindicato não só procurar médico, mas vieram procurar advogado. Então, a gente colocou advogado aqui dentro para atender, pra dar consulta. Aí houve vários conflitos agrários, várias disputas, muita injustiça. Além da mecanização ser introduzida durante os anos 70, surgiu em 73 o tratado com o Paraguai para a construção da usina hidrelétrica de Itaipu. E já com boatos que iriam desapropriar 100 mil hectares de terras. Que isso ia ficar tudo embaixo da água, que tava lá tinha que sair tudo. Mas, era boato 73, 74, 75, e 76 começou desapropriar e 75 começou também. Eles tinham cronograma estabelecido, porque era contrato com o Banco Mundial. Então eles tinham dois cronogramas. Um era a construção da usina propriamente dito, e o outro era limpar a área para colocar água. Bom, aí então a Itaipu começou a usar algumas táticas pra começar a eliminar as famílias que estavam no campo. Aí começou a haver

---

104 SÁVIO, Miguel Isolar. Entrevista concedida em 08 de junho de 2007. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguçu/PR.

injustiças, né? Pagava bem pra um, dez mal para outro. Tudo pra que eles tivessem argumentos para justificar aos movimentos que porventura surgissem... as denúncias que surgissem na imprensa que a Itaipu estava pagando mal. Então, eles pegam um dois, sete e oito e pagava bem, e uns 100, 200, 300 paga mal. Mas mal mesmo Flaviane. Como a classificação das terras, com o valor que não correspondia ao mercado atual. Eles se baseavam no mercado nacional de terras, aí imagine você vai pegar o mercado nacional o preço cai lá embaixo. Tem que pegar regional, o nosso aqui. Então houve muita injustiça. Bom, era... (...) Só que aqui fora da área da Itaipu os trabalhadores rurais que estava sendo eliminado pela força do trator da mecanização agrícola também começaram a vim pro sindicato...<sup>105</sup>

O alagamento das terras pela Itaipu<sup>106</sup> foi outro momento necessário para que os trabalhadores procurassem o sindicato, uma vez que São Miguel foi um dos municípios que mais teve desapropriações, devido ao grande espaço territorial alagado, cerca de 21% das terras municipais. A forma como a Itaipu procurou negociar as indenizações, deixou muitas terras abaixo do preço regional, o que resultou na organização dos trabalhadores para reivindicar seus direitos, e manter-se na terra.

Judite Veranisa Schmitt trabalhou com as experiências vividas pelos sujeitos que formaram outra organização contra a Itaipu, o Movimento Justiça e Terra. Para a autora “a idéia de mobilização coletiva partiu de suas próprias necessidades, quando cresceram na percepção de que se queriam melhores indenizações pelas suas propriedades”<sup>107</sup>. Ela enfatiza que, se os trabalhadores quisessem entrar na disputa, “teriam que canalizar suas expectativas num único objetivo, que era o movimento organizado, feito, a partir de suas expectativas, confrontando os interesses e as propostas oferecidas pela Itaipu Binacional”<sup>108</sup>.

A autora destaca que a “necessidade” foi responsável pela mudança na postura dos homens o gerou a integração em um movimento. O que não difere muito da posição assumida pelo sr. Miguel, que aponta que num primeiro momento as pessoas não tinham “consciência”, mas que diante dessa realidade, de “expropriação”, passaram a ter o sindicato, não mais para acesso à saúde, e sim para lutar por melhores condições de vida e de trabalho. A consciência,

---

105 SÁVIO, Miguel Isolar. Entrevista concedida em 08 de junho de 2007. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguçu/PR.

106 De acordo com Viezzer (2007: 30), desde 1966, estudos já eram realizados para possível utilização dos recursos hídricos da região. Em 1973, Brasil e Paraguai assinaram o Tratado de Itaipu, em 1975 criaram a entidade Itaipu Binacional. Em 1975 iniciaram a obra e em 1982 o reservatório da hidrelétrica inundava 1.350 km<sup>2</sup>, desses 780 km<sup>2</sup> eram do território brasileiro e 530 km<sup>2</sup> de terras paraguaias.

107 SCHMITT, Judite Veranisa. Os atingidos por Itaipu: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000. Dissertação de Mestrado. Marechal Cândido Rondon, 2008. p 85.

108 Idem, ibidem, p 85.

para o sr. Miguel não é algo que se tem e pronto, mas que pode se transformar, juntamente com as experiências que vão construindo os sujeitos e o sindicato.

O conflito para permanecer na terra também demarca a trajetória do sócio número 11 do STRs: o pequeno proprietário aposentado, sr. Bacilio Pelenz, 77 anos. É casado, 10 filhos, com estudo primário, veio de Cândido Godói, Rio Grande do Sul em 1970. Descreve o vivido:

Geralmente, geralmente veio muita gente de Cerro Largo, Candido Godói, da nossa região, porque aquele tal de Luiz o vendedor, ah agora o nome dele tanto faz, o dono era o... Gaspar lá de Santa Catarina, daí, como era o nome daquele vendedor? Ele levava a maioria das mudanças pra cá, i então o pessoal lá da nossa região. Era 50% era do nosso pessoal, que eu conhecia i tudo, lá de baixo já, i até o meu vizinho... i eu resolvi vim pra cá também ver as terras, i eu me agradei tanto assim, que eu nem cheguei direito e já comprei, vendi depois lá em baixo ii vim prá cá.<sup>109</sup>

Como várias outras famílias residentes, em São Miguel do Iguaçu, a do sr. Bacilio veio do RS, pois “lá era uma colônia, e ainda morro, terra mais inferior”, para morar na comunidade São José do Iguaçu, interior de São Miguel do Iguaçu, local onde viveu com sua esposa e os filhos. O entrevistado fala sobre os primeiros anos de trabalho:

Derrubamô assim a muque, derrubamô o mato e queimamô, aí a gente plantô. A maioria a força de enxada. Depois daí no ano seguinte pegava o boi com o arado e lavrava onde dava. Então, era difícil, mas a gente gostava... a destoca... (...) Milho e soja, no meio... O sistema era diferente. A gente plantava o milho mais aberto i plantava o soja no meio. I depois a gente cortava a muque, assim, a trilhadeira, até hoje a minha ta lá no meio do potreiro ferrujada já, eu aposentei ela (risos). Então, era tudo a muque...<sup>110</sup>

Delineia o processo desde a chegada, quando encontraram a mata fechada até o preparo da terra, para a plantação do milho e da soja. Destaca o trabalho braçal e as tecnologias utilizadas na empreitada. Olha para trás, a partir disso aponta fatos no sentido do futuro, tendo como parâmetro para analisar o tempo, as técnicas utilizadas no plantio. Porém, a alegria de desenvolver e cultivar a terra acabava diante das relações que se estabeleceu, pois, ainda na década de 1970, teve que sair das terras que havia comprado, em São José do Iguaçu, próximo ao Parque Nacional do Iguaçu:

---

109 PELENZ, Bacilio. Entrevista concedida em 24 de julho de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências da propriedade dele na linha Santa Cruz do Ocoí, em São Miguel do Iguaçu/PR.

110 Idem, ibidem.

Olha lá no parque [Parque Nacional do Iguaçu]... eles até falavam que a gente era intrusos ... é. Na época era aquele tal Coronel Télió [não é muito compreensível] lá da Foz. ‘O que ele era? Ele era um chefe, não sei o que que ele era. E daí nos fomos chamados de intrusos até, mas nós tinha escritura registrada e vinha ajudava e tal e de repente... Eu vim pro Paraná porque aqui tinha muita terra que não era legal na época, e lá era legal. Por isso o pessoal nosso lá, e o condutor era da nossa região. Então, a gente se taca, mas uma época depois a gente foi proibido. (...) É... é... eles não proib... quer dizer... eles forçaram pra um lado, mas eles até levaram a gente pra cadeia, que trabalhavam aí, pra cadeia. Só que o pessoal insistiu acharam que era impossível... (não dá para compreender devido ao vento forte. Estávamos no meio da roça).<sup>111</sup>

Demonstra a frustração entre aquilo que sonhava a terra legal, e aquilo que viveu, o preconceito de ser conhecido como “intruso”. Analisa o passado e busca justificativas para aquilo que aconteceu, e que não poderia ter ocorrido, porque além da terra “lá era legal”, o “condutor era da nossa região”. Dois aspectos que jamais poderiam frustrar a expectativa da mudança. Mas, era uma região em disputa, pois, cerca de 400 famílias, das comunidades de São José do Iguaçu e Santo Alberto, foram desapropriadas, entre 1973 a 1975, porque a região seria incorporada ao Parque Nacional do Iguaçu [PNI]<sup>112</sup>, pois, as comunidades ficavam em uma faixa de terra que interrompia a continuidade do Parque.

O Parque Nacional do Iguaçu foi criado, pelo presidente da República, Getúlio Vargas, através da Lei nº 1.035, de 10 de janeiro de 1939. Ao longo do tempo, foi ampliado. Percebe-se na Lei nº 6.506, de 17 de maio de 1944, que buscou desapropriar, por utilidade pública, terrenos situados no Território do Iguaçu para ampliação do Parque.

O Presidente da República, usando da atribuição que lhe confere o artigo 180 da Constituição e de acordo com as alíneas *l*, *h*, e *k*, do art. 5º do Decreto-Lei nº 3.305, de 21 de junho de 1.941, decreta:

Art. 1º - Ficam desapropriados, por utilidade pública, os lotes nos 114 (cento e quatorze), 115 (cento e quinze) e 116 (cento e dezesseis) dos terrenos da Colônia de São João no Território Nacional do Iguaçu, pertencentes, respectivamente, a Antonio Guillardí, Bento Guillardí, Elento Guillard e João Guillardí.

Art. 2º - Os lotes de que trata o art. 1º serão incorporados ao patrimônio do Parque Nacional do Iguaçu, dependendo do Ministério da Agricultura.

Art. 3º - Fica o Ministério da Agricultura autorizado a proceder a avaliação dos lotes de que trata o presente Decreto-Lei, por intermédio de representantes do Domínio da União do Ministério da Fazenda e do seu

---

111 Idem, ibidem.

112 Na época da constituição do sindicato não tinha iniciado o processo de retirada das famílias da área, haviam conversas sobre o assunto. Em 1971, segundo a sra. Lúcia Pelenz, esposa de Bacilio Pelenz, teve a primeira ordem para não derrubar o mato.

Serviço Florestal, para fins da futura indenização aos respectivos proprietários.  
Art. 4º - Revogam-se as disposições em contrário.<sup>113</sup>

Apesar da incorporação de novas regiões ao Parque, ainda, na década de 40, em São José, na prática, o contrário continuava a existir: a venda dos lotes, e a vinda de outras famílias para a região, além daqueles moradores que já residiam ali desde muito antes.

Apesar do Parque ter sido criado, em 1939, somente, a partir de 1967, foi realizado pelo governo um estudo e a demarcação fundiária nos limites territoriais desse, como enfatiza Viezzer:

Em 1972 o levantamento e a avaliação das benfeitorias constataram a existência de 457 famílias na área do Parque, das quais 158 detinham títulos oriundos do Governo do Estado e 229 que não possuíam títulos de propriedade. Tais áreas foram desapropriadas nos anos seguintes, o que permitiu a consolidação do PNI.<sup>114</sup>

Foi na década de 1970, que o INCRA e o exército realizaram a retirada das famílias residentes na região do PNI em São Miguel do Iguçu, e as transferiram para as áreas de São José do Ocoí, Santa Rosa do Ocoí, Santa Cruz do Ocoí. Terras do interior do município, que eram do governo federal.

Diante disso, sr. Bacilio Pelenz chegou a denominar a vida em São José do Iguçu como:

Péssima, péssima...Tinha feito financiamento no Banco do Brasil e daí quando... acho que em 73, acho que iniciou... aí eles proibiram tudo. Aí a gente tava com as mãos amarrada. Não podia fazer mais nada. Aí a gente com a família grande. Então, era difícil. Era péssima a vida na época. E depois a gente saiu meio obrigado, porque eu tinha lá 68 hectares de terra e aqui peguei 25. Eu teimei na época com o chefe o Luiz que era na época, o coordenador, Taicon, Luiz Taicon. Ele sempre falava na época assim: 'Não tem mais terra'. E eu sabia que aqui tinha mais ou menos umas 800 colônias, e o pessoal de lá era na faixa de 400 famílias. Então, cada qual ia receber e daí um pouco maior. E depois veio a Itaipu e tirou metade da área total. E então sobrou praticamente uma colônia e pouco para cada um. Uns receberam mais e outros menos. Não sei por que aquela diferença. Não sei por quê? Porque a divisão foi feita em Curitiba, então depois veio assim. Por exemplo, Bacilio Pelenz, número 10.219, que até hoje estou dando valor

---

113 BRASIL. Decretos do Parque Nacional do Iguçu. Arquivado no Incra de Cascavel.

114 VIEZZER, Moema L. Círculos de aprendizagem para a sustentabilidade: caminhada do coletivo educador da Bacia do Paraná III e Encontro do Parque Nacional do Iguçu. Foz do Iguçu, Itaipu Binacional; Ministério do Meio Ambiente, 2007. p 39

para essa coloniazinha, e aceitá, não tinha outra maneira. E depois distribuíram as reserva, mas isso deu prejuízo, não deu lucro nenhum.<sup>115</sup>

Sem poder trabalhar, com “as mãos amarradas”, a única forma, depois de resistir de 1973 até 1976, era se mudar para a linha Santa Cruz do Ocoí. Região – em que não muito mais tarde formaria o lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu - o pedaço de terra era menor que o adquirido anteriormente.

Quando formou o lago, em 1982, mais uma parte da terra dele foi tomada, dessa vez, pela água. A reserva era uma área que “nois chamava de Ocoí II, aquela terra, que ia inundá”. Como era uma área distante dos sítios sua utilização quase inexistiu, e ainda, os moradores já tinham informação de que da área venderiam a madeira e plantariam por um tempo porque seria alagada, como de fato ocorreu. Isso aumentou os problemas e as dificuldades na lida com a terra do sr. Bacilio.

Esse vivido, de uma série de “expropriações”, é que ajudam a entender sua relação e o significado que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais assume na vida dele. Sr. Bacilio se filiou no dia da fundação, como os outros entrevistados, mas diferente daqueles, ele continuava filiado ao sindicato até em 2009, sem nunca ter participado da diretoria. Lembra sobre a fundação:

Aí isso foi avisado, de repente porque rádio nem existia em São Miguel. Acho que alguém trouxe para São José, porque lá era uma vila forte assim... E alguém deve ter trazido, ou os professor ter avisado na aula, alguma coisa assim... (...) Ah, não tive dúvida nenhuma, quando falaram em trabalhadores rurais a gente já sabia o que que era e daí eu fui. Até um dia de chuva, a Igreja era lá em cima do moro, de madeira, aquela Igreja velha, mas era Matriz na época já. (...) Daí foi falado, foi explicado o que que era, como que funcionava, o que que significava. Só que o primeiro presidente... Ah! Eu acho que era o Ivo Adamante, eu não quero me enganar, eu acho que era o Ivo Adamante. Só quem fez a reunião isso eu não me lembro, na época...<sup>116</sup>

Não querendo ser enganado pela memória, havia dúvidas quanto ao primeiro presidente. Mas, a chuva se tornou o referencial, conjuntamente com o conhecimento do que era um sindicato de trabalhadores rurais. Ele continuou a relatar o processo:

Eu comecei a conhecer sindicato lá no Rio Grande do Sul. Daí quando eu cheguei ali em São José do Iguaçu, aí eu ouvi falar que estavam com a idéia

---

115 PELENZ, Bacilio. Entrevista concedida em 24 de julho de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências da propriedade dele na linha Santa Cruz do Ocoí, em São Miguel do Iguaçu/PR.

116 PELENZ, Bacilio. Entrevista concedida em 24 de julho de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências da propriedade dele na linha Santa Cruz do Ocoí, em São Miguel do Iguaçu/PR.

de fundar um sindicato, ali em São Miguel. Aí eu fui e participei. Eu acho que o colono tem que ter um sindicato também, pra quando tem qualquer coisa. E daí eu fui ali à reunião foi boa. Eu nem lembro quem fez essa reunião. Daí eu participei e entrei de sócio logo. Alguns outros que talvez tinha um pouco de conhecimento já entraram e eu fui o onze, então, e até hoje tô lá... Alguns benefícios que a gente já teve, mas não é tanto pelo benefício, talvez não é tanto, mas eu acho que a gente tem ter algum que defende em qualquer situação que pode acontecer, como já aconteceu em anos anteriores. E a gente tá ali, participando pagando as mensalidades em dia.<sup>117</sup>

Para o sr. Bacilio, o que o levou a participar da fundação do sindicato, não foram declaradamente os problemas com a terra, e nem as palestras do padre Weber, que esteve na localidade falando sobre sindicalismo, mas a necessidade de dar continuidade as ações sindicais que já tinha realizado no Rio Grande do Sul.

No passado, ele havia se associado, e naquele dia prosseguiria com a atividade, reconhecendo os benefícios e a defesa como características necessárias para o tecer da vida. É esse conhecimento anterior que considera importante para participação na primeira assembleia, já com consciência da necessidade da formação de uma instituição que defendesse o “colono”. E não o problema com a terra:

Flaviane: Senhor Bacilio quando o senhor entrou pro sindicato o senhor já sabia que teria que deixar as terras?

Bacilio: Não... não. Alguém falou: ‘Vocês vão ter que sair’. Mas a gente não deu nem bola para isso. Nós era legal, nós tinha registro. Então a gente não imaginava que podia acontecer...

Flaviane: Num primeiro momento não teria sido a tentativa de tirar vocês da terra que levou vocês para o sindicato?

Bacilio: Não, não...

Flaviane: E os seus companheiros que vieram prá cá também participaram da primeira reunião? O senhor lembra?

Bacilio: Eu acho que não lembro, de repente o Arno Welter, de repente é um deles, porque ele era da diretoria, depois mais. E eu acho que ele estava naquela reunião. Quem mais... Isso já faz... (vento forte). Seu Tateo Welter, de repente.

Flaviane: Seu José Wernec?

Bacilio: Seu Rene Norma... acho que esse não...

Flaviane: Então o senhor não sabia que o senhor teria que sair de lá quando o senhor entrou para o sindicato?

Bacilio: Não, não...

Flaviane: Eu tava pensando seu Bacilio que talvez, sabendo que vocês teriam que sair vocês buscaram o sindicato pra ajudar?

Bacilio: Não, não, não foi.

Flaviane: E depois ele ajudou?

---

117 Idem, ibidem.

Bacilio: Não, que eu lembro.<sup>118</sup>

Apesar dessa trajetória e a busca por permanecer na terra, para o entrevistado não foi isso que o levou a participar do sindicato, mas a visão de que o sindicato era importante “pra quando tem qualquer coisa”. Isso faz com que não abandone a associação, pois, o que fica presente na experiência é a possibilidade de que a qualquer momento ele tem quem o ajude, como se fosse uma segurança para dar continuidade a vida na roça.

Muito mais que luta pela terra o sentido que o sindicato assumiu na vida do sr. Bacilio foi o da estabilidade. Isso não é pouco numa trajetória de mudanças e incertezas. Lutar pela terra, ele lutava, dentro das suas concepções. Mas, a estabilidade, isso só o sindicato poderia dar. Assim, ter a segurança de “a qualquer momento eu vou lá e ele me defende”, possibilitava entender porque após conhecer o sindicalismo no sul sempre se manteve ligado a tal instituição, mesmo ela não assumindo suas principais reivindicações, de se manter na terra.

As experiências que vão se formando e formando o sindicato, apontam para uma história de conflito, pois, por terra, trabalho, saúde os sindicalistas estavam em luta. São narrativas muito distintas da noção de “peleguismo”, que já virou um fato na historiografia sobre sindicalismo rural, na década de 1970, mesmo sem qualquer estudo de caso. É normal participar de congresso e escutar: “O sindicalismo rural foi ‘assistencialista’ e pronto”. A história acaba já no início, sem pesquisa. Negando essa generalização, é possível afirmar que as lutas fizeram-se presentes na formação do STRs de São Miguel do Iguçu. O que não significa dizer que foram lutas “revolucionárias”, mas que os sujeitos buscavam constituir-se e construir o sindicato.

Assim, foram essas algumas das experiências, juntamente com a do padre Weber, através da Igreja Católica, que atuaram na formação do STRs de São Miguel do Iguçu. Como já indicado e discutido anteriormente, pode-se afirmar que a atuação do padre Weber continha algumas diretrizes. Diria-se que a mais importante é que sua prática tinha como limite a propriedade privada, ou seja, em alguns momentos as disputas, os conflitos de classe apareciam, mas nunca visando a superação da propriedade privada, nem mesmo quando da formação dos sindicatos. O direito à propriedade não pareceu ser contestado e o sindicato não transporia esse limite, nem mesmo quando pensava a reforma agrária.

---

118 Idem, *ibidem*.

E, ainda, a organização sindical tinha como papel desenvolver o meio rural para manter o homem no campo. Na visão do padre Weber, o rural é o local em que a comunidade se constitui. E é essa que tem capacidade de dar continuidade à manutenção do pensamento e atividade religiosa. O espaço urbano é considerado como diverso e autônomo, cada um é capaz de decidir por si mesmo, sem a necessidade de um guia espiritual. Isso, para o padre Weber, é a grande dificuldade de aglutinar fiéis, e no campo isso não ocorria.

Outro aspecto, não menos importante, é a presença comunista. Ela não apareceu em destaque na fala, mas em alguns momentos isso se apresentou. Os comunistas eram aqueles capazes de viver sem a espiritualidade, ou seja, visto como um movimento fora da Igreja. Assim, a criação do sindicato colocava-se como direção diferente da comunista. Essas orientações fomentaram a organização dos trabalhadores rurais. É uma noção muito bem posicionada, e que nem por isso deixa de estar em disputas ao contrário.

A estrutura sindical que favoreceu ao assistencialismo, não esgotou todas as experiências e práticas dos trabalhadores. Toda relação entre classes é de mão-dupla. Não é o caso de negar a existência do assistencialismo, mas de destacar e discutir as contradições e tensões vividas pelos trabalhadores e outros personagens com referência à construção do sindicato.

Foram com essas diversas trajetórias e seus diferentes projetos, que os homens foram se transformando em sujeitos no/e o sindicato, e continuaram a “fazer-se” enquanto classe, como será discutido no próximo capítulo.

## CAPÍTULO II

### PERSPECTIVAS DIVERGENTES EM LUTA NA COMPOSIÇÃO DO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS (1980)

Após dez anos de formação, a composição do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu e suas lutas sofreram transformações ainda não interpretadas pela historiografia. São esses processos que se busca estudar nesse capítulo. Estas discussões centram-se na década de 1980, mas não se limitam a esse período.

O início desse trabalho acontece a partir do confronto de duas perspectivas sindicais, que tinham convivido amistosamente no sindicato, desde a fundação, identificadas através do então presidente do sindicato, Ivo Adamante, e do secretário, Miguel Isolar Sávio.

Ambos atuaram conjuntamente a frente do STR, de 1972 até 1983. Eram os principais nomes da chapa reeleita, no dia 10 de julho de 1977<sup>119</sup>, pois o término do mandato deles seria em 02 de agosto de 1977. Eleitos, ambos permaneceram na diretoria; Ivo Adamante como presidente e Miguel Isolar Sávio como secretário.<sup>120</sup>

Porém, as divergências ganharam destaque, no ano de 1983, quando estes dois sindicalistas formaram chapas distintas para concorrer à eleição sindical. Se antes estavam unidos no processo de organização do sindicato, agora, ao que se apresenta, passavam a defender projetos distintos para o STR. E, no dia 04 de julho de 1983, os trabalhadores elegeram Miguel Isolar Sávio como o novo presidente do STR.

Alguns aspectos que buscam explicar esse processo surgem na fala do pequeno proprietário aposentado, sr. Benedito Rodrigues, 66 anos quando da entrevista. Casado, cinco filhos, mudou-se de Santa Mariana, onde trabalhava na fazenda Guaicurus, como “colono”, para São Miguel. Ele narra:

Trabalhava em fazenda. Primeiro trabalhei numa fazenda, bem novinho né? Trabalhava de colono. Aqui eles falam que colono é terra, né? Mas colono era aquele que tocava com o pé lá. E é até hoje. Não existe colono, é aquele que carpe o café, que tem uma mesada da fazenda, né? Que tem uma parte

---

119 ATA do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, São Miguel do Iguaçu, 12 de julh. de 1977. Arquivada no STRs. p 29.

120 Ainda como efetivo na mesma direção esteve Miguel Mathias. E como suplentes Santo Baritieri, Hugo Laval, Delir de Mattia. No conselho fiscal Waldemar Faccio, Arno Afonso Welter, Domingos José Kestring efetivos. E como suplentes Domingos Plucínio Clemes, Afonso Peron e Manoel Laurindo Figueiredo. Todos estes componentes eram pequenos proprietários.

da trampa do meio do cafezal. Esse lá é o colono. Falado de caderneta. Tinha caderneta, tudo bem organizadinho. Esse era o colono.

O colono não era uma coisa única, mas uma mistura complexa de relações. Pois, como aparece na fala, o colono recebia uma “mesada”, e tinha direito a “uma parte da trampa”. Ou seja, além de um salário fixo, ele também recebia uma parte daquilo que ele plantava e colhia<sup>121</sup>.

Essa forma de trabalho ficou no passado. No oeste do Paraná, o sr. Benedito comprou 12 alqueires de terra, com seu irmão Lázaro Rodrigues, na comunidade da São Lourenço, São Miguel do Iguaçu em 1966, e mudou-se com a família no início de 1970.

O sr. Benedito Rodrigues associou-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais em 11 de março de 1975, e relembra das eleições para a presidência do STR. Quando questionado como eram os processos eleitorais e se os presidentes se reelegiam ele comentou:

Não. Chegou a mudar né? Chegou a mudar. O Ivo pro Miguelzinho foi uma eleição muito difícil viu? Muito difícil. Não deu quórum na primeira, faltou 30. Foi difícil aquela eleição. Os dois eram... Era bastante sócio naquele tempo. Então, não deu. Na outra, na segunda o Miguelzinho ganhou do Ivo, por 30 votos.<sup>122</sup>

Sem qualquer registro em ata, o concorrido processo eleitoral é relatado pelo entrevistado, que silencia ao tentar explicar a relação dos dois candidatos (“os dois eram...”). É um silêncio cheio de significado, pois é, a partir desse fato, a eleição, que as disputas pela direção da luta sindical e a diferença entre projetos de sindicato tornam-se mais visíveis. Contudo, o processo já era vivenciado pelos trabalhadores, alguns anos antes, como se verificará através das evidências interpretadas adiante.

Após perder o cargo de presidente do sindicato, sr. Ivo Adamante, escreveu um pequeno texto e enviou ao jornal O Paraná, no dia 09 de julho de 1983. No texto publicado, Adamante afirma:

Dia 04 (quatro) de julho de 1983, foram realizadas as eleições para a nova Diretoria que irá conduzir os destinos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu. A chapa nº 02 (dois) de oposição que foi a

---

121 Sr. Benedito descreve o “colono”, a partir de relações próximas ao sistema de colonato, do fim do século XIX, quando esses trabalhadores recebiam salários fixos, parte da produção e terra para o plantio para a subsistência da família. Momento de transição do trabalho escravo para o livre. Contudo, nessa dissertação, aparece a utilização do termo “colono” das diferentes formas, significando pequeno produtor, assalariado ou ainda, todas as categorias rurais juntas. Os entrevistados (re) significam o termo conforme a realidade vivida.

122 Entrevista com o Sr. Benedito Rodrigues concedida à autora no dia 08 de junho de 2007.

vencedora, teve como principais articuladores o Hospital São Miguel do Iguazu e o Laboratorista Aires Gasparino, que descontentes com o convênio firmado com o Laboratório Marcon, para que os associados tivessem um melhor atendimento, viu-se descontente esquecendo que “o sol nasce para todos” resolveu investir grosso na campanha dando apoio total a chapa de oposição. Em nome dos associados que me confiaram seus votos, espero que o atual presidente eleito no último dia 04 (quatro), respeite e mantenha os convênios anteriormente firmados, para que não se evidencie a manipulação de elementos estranhos a atual diretoria, em prejuízo da comunidade.<sup>123</sup>

O texto impresso e assinado não trata de uma notícia qualquer, mas da opinião de Ivo Adamante, que explicita alguns elementos das disputas entre a candidatura dele e da oposição para a presidência do STR. O ex-presidente aponta para a participação de empresas, no caso específico do setor de saúde, ou seja, de empresários que teriam financiado a campanha do candidato da oposição e que com isso esperavam obter vantagens econômicas, através do atendimento hospitalar e laboratorial de pacientes associados.

O sr. Ivo Adamante, ao divulgar sua opinião, tentou reafirmar sua influência para manter os convênios assinados com o STR, do Hospital Santo Antônio<sup>124</sup> e do Laboratório Marcon, que recebiam os recursos que o sindicato despendia, através do Funrural, que a partir de 1977, foi transformado em Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps)<sup>125</sup>.

O Hospital Santo Antônio tinha convênio com o Funrural, desde o início da década de 1970, e atendia os trabalhadores rurais sindicalizados de São Miguel do Iguazu. Em ata da

---

123 ADAMANTE e a Eleição para o Sindicato. Jornal O Paraná, Cascavel, 09 de jul. de 1983.

124 De acordo com contrato da junta comercial os proprietários do Hospital Santo Antônio, desde 1972, eram os médicos Fausto Cesar Ferreira Baptista e Italo Moreira Junior. Isso até o ano de 1978 quando o a sociedade passou a ser entre os médicos Fausto Cesar Ferreira Baptista, Luiz Elias Bongioiolo e Nelio Jose Binder. Contrato comercial arquivado no registro de imóveis na Comarca de São Miguel do Iguazu.

125 Para Beltrão, Pinheiro e Oliveira (2000:05) “com a criação do Sistema Nacional de Previdência e Assistência Social (SINPAS), pela Lei nº 6.439, de 1º de setembro de 1977, as duas clientelas [urbana e rural] foram unificadas e cada função [benefícios, assistência médica, assistência social] passou a ser exercida por um órgão específico. Para tanto, algumas entidades foram criadas se outras já existentes tiveram suas funções redefinidas. Ao Instituto Nacional de Previdência Social (INPS) foi atribuída a parte referente à manutenção e concessão de benefícios, aos segurados do próprio INPS e aos beneficiários do Funrural, que foi extinto pela mesma lei. A prestação de assistência médica, tanto aos trabalhadores urbanos quanto aos trabalhadores e empregadores rurais, ficou a cargo de uma autarquia criada especialmente para esse fim: o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social (Inamps). Outra autarquia, o Instituto de Administração Financeira da Previdência e Assistência Social (IAPAS), foi criada com a finalidade específica de promover a gestão administrativa, financeira e patrimonial do sistema. A assistência social às populações carentes ficou sob competência da Legião Brasileira de Assistência (LBA). Além dessas entidades, integral o SINPAS a Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (Funabem), a Empresa de Processamento de Dados da Previdência Social (DATAPREV) e a Central de Medicamentos (CEME)”.

reunião da diretoria, delegados, representantes do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, discutiram sobre o assunto em 17 de janeiro de 1976:

A Diretoria desta entidade, tendo recebido o termo de nº 25/76 F/914.18 de 06-01-76 do Dr. Amosis Correia de Freitas da Previsão de Convênios Assistenciais, que solicita informações sobre o atendimento médico no Hospital Santo Antônio, mantendo do convênio com o Funrural, reuniu aos 17 dias do mês de janeiro de 1976, os representantes das principais comunidades de nosso município, para que os mesmo dessem as precisas informações. Depois de ter ouvido os presentes foi concluído que a maioria dos trabalhadores rurais estão descontentes com o atendimento do referido hospital alegando altos preços nos honorários médicos e também as péssimas instalações daquela casa de saúde. Além do atendimento do hospital foi tratado também da expansão da campanha da construção do Hospital do Trabalhador Rural.<sup>126</sup>

Conforme descrito na ata, a reunião tinha como objetivo detalhar as condições do atendimento médico hospitalar, prestado aos homens do campo pelo Hospital Santo Antônio. O serviço não foi avaliado como satisfatório pelos representantes das comunidades do interior do município, e assim iniciaram uma campanha para a construção de um hospital próprio, o Hospital do Trabalhador Rural, com sede em São Miguel do Iguaçu.

Contudo, a iniciativa terminou, em 23 de abril de 1976<sup>127</sup>, quando a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP)<sup>128</sup> e o Funrural advertiram ao presidente do sindicato, Ivo Adamante, que tinha ido a Curitiba, que o projeto de construção do hospital não prosseguisse devido às dificuldades na manutenção da casa de saúde.

Diante disso, os problemas enfrentados não terminaram, e os sindicalistas continuavam a deliberar sobre a questão da saúde, conforme registro na ata da reunião da diretoria do dia 11 de setembro de 1977.

O Sr. Presidente levou ao conhecimento dos presentes, uma consulta por escrito enviada a diretoria regional do Funrural em Curitiba, solicitando atendimento Médico-Hospital com tempo de carência de um ano, para que os trabalhadores rurais que deixam nosso país e vão ao Paraguai não mudando de profissão e no entanto quando necessitarem de Assistência Médica, retornam ao Brasil, ou mais especificamente em nosso município. O motivo que levou o presidente a fazer esta consulta foi a má vontade em

---

126 ATA do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, São Miguel do Iguaçu, 17 de jan. de 1976. Arquivada no STRs. p 16.

127 ATA do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, São Miguel do Iguaçu, 23 de abr. de 1976. Arquivada no STRs. p 18.

128 A FETAEP é uma entidade de nível estadual, que busca representar os trabalhadores rurais organizados nos STRs, com bases municipais. Foi fundada no município de Londrina, norte do Paraná, em 20 de julho de 1963.

atender esses trabalhadores por parte do Hospital conveniente com o Funrural deste município, ou seja, o Hospital Santo Antonio do Iguaçu Limitada.<sup>129</sup>

Novamente a luta por melhor atendimento, agora aos trabalhadores que diante das dificuldades de permanecer na atividade agrícola em São Miguel do Iguaçu, haviam mudado para o Paraguai, e enfrentavam problemas de saúde quando retornavam na tentativa de conseguir atendimento, que era negado pelo Hospital Santo Antônio.

Em 20 de junho de 1981, durante assembleia geral extraordinária do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, com a presença de 354 associados, mais uma vez a situação do atendimento médico é pauta de reivindicação:

O Sr. Presidente apresentou a proposta do Hospital Santo Antônio Ltda, para que as consultas Médicas dos Trabalhadores Rurais e seus dependentes fossem efetuadas naquele nosocômio com certas vantagens de pagamento, porém a referida proposta foi rejeitada pela maioria dos associados presentes.<sup>130</sup>

Mesmo diante dessas avaliações, feitas pelos associados, sobre o atendimento ruim, oferecido aos trabalhadores pelo Hospital Santo Antônio, durante, os anos 1970 e início dos anos de 1980, o sr. Ivo Adamante, após perder eleição para a presidência do sindicato, queria que aquela casa de saúde continuasse prestando serviço aos trabalhadores rurais sindicalizados, via Inamps. Seria a insatisfação devido aos contratos assinados, com o Hospital Santo Antonio, na visão de Ivo Adamante, publicada no jornal, que o tirara da presidência sindical.

O sr. Ivo Adamante apoiava, na ocasião da eleição, o atendimento médico que era mal visto pelos trabalhadores e que não foi avaliado positivamente por ele, quando era presidente, pois apoiava a construção do Hospital do Trabalhador Rural, em oposição ao atendimento prestado pelo hospital conveniado.<sup>131</sup> Assim, esta mudança de posição, pelo que parece até aqui, não agradou aos eleitores que fizeram de Miguel Isolar Sávio o vencedor da eleição.

Contudo, a possibilidade apontada por sr. Adamante de que a nova diretoria anularia o convênio com o Hospital Santo Antônio, em favor do Hospital São Miguel do Iguaçu<sup>132</sup> não

---

129 ATA do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, São Miguel do Iguaçu, 11 de set. de 1977. Arquivada no STRs.

130 ATA do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, São Miguel do Iguaçu, 20 de julh. de 1981. Arquivada no STRs.

131 ATA do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, São Miguel do Iguaçu, 08 de fev. de 1975. Arquivada no STRs.

132 Conforme o Serviço Registral de Imóveis, de São Miguel do Iguaçu, o proprietário do Hospital São Miguel, desde o primeiro registro do ano de 1978, era Reinaldo Alceu Gasparelo. Isso só se altera em 2004 quando ele casa em regime de comunhão universal de bens, com Sandra Rosa Gasparelo.

se confirmou de tal maneira. Entre 1985 e 1989, mais de 100 sócios do sindicato mandaram declarações, via STR, para a supervisora da medicina social, do Inamps, Dra. Sandra Hajak, inconformados com os valores pagos ao Hospital Santo Antônio, conveniado ao Instituto.

Essas declarações estão arquivadas no STR, todas possuem um único modelo, com o nome completo da pessoa que fez a denúncia, o local onde reside, o número dos documentos pessoais, a data e hora da passagem pelo hospital, o nome do médico que o atendeu e os valores cobrados.

Nesses documentos, os trabalhadores rurais diziam-se beneficiários do Inamps e por isso desejavam o ressarcimento dos valores pagos para a realização de tratamentos médicos, naquela unidade particular. Numa destas declarações, sr. Arzerino Pereira de Souza, morador da Linha Bela Vista, afirmava:

Declaro para os devidos fins de direitos que no dia 27 de setembro/87 às 9:00 horas da noite fui no Hospital Santo Antônio Ltda, que me sentia mal, onde fui atendido pelo médico Dr. Elias Luiz Bongioiolo que determinou que eu ficasse internado no mesmo hospital. Ao chegar me foi exigido o pagamento de Cz\$ 500,00 (quinhentos cruzados), para pagamento da consulta.

Como tenho orientação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de que nosso internamento pelo INAMPS é gratuito em enfermaria optei por esta acomodação, e solicitei a importância que havia pago, no qual me foi negado<sup>133</sup>.

O sócio do sindicato buscou a organização de classe para que os valores pagos no atendimento médico fossem ressarcidos, uma vez que a instituição de saúde atendia o convênio, no qual o trabalhador era beneficiário.

Assim escreve o presidente Miguel Isolar Sávio ao superintendente regional do Inamps, o sr. Delcino Tavares, em ofício enviado em 18 de outubro de 1985:

Em nosso município existem dois hospitais hoje conveniados com o INAMPS, para atendimento aos rurais. São eles: Hospital Santo Antônio do Iguazu, na sede do município e Clínica Ventura, no distrito de Aparecidinha. Temos recebimento na sede do Sindicato muitíssimas reclamações quanto ao atendimento do Hospital Santo Antônio do Iguazu. Neste hospital praticasse principalmente cobranças indevidas aos segurados rurais. Estes fatos já são do conhecimento dos Agentes do INAMPS da agência de Foz do Iguazu. Em face disto os trabalhadores rurais já estão procurando o hospital São Miguel do Iguazu, sediado na sede do município, para receber a assistência médico-

---

133 DECLARAÇÃO. Enviada à Supervisora da Medicina Social, do Inamps, Dra. Sandra Hajak. Arquivada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguazu.

hospitalar, embora seja particular. Este hospital goza de bom conceito e preferência, pelo atendimento que presta<sup>134</sup>.

Esse documento revela que o atendimento à saúde continuou via STR e ainda, que os trabalhadores permaneceram descontentes com os serviços prestados pelo Hospital Santo Antônio durante a década de 1980.

Por outro lado, foi mais uma forma de pressionar o governo a melhorar o sistema de saúde. Neste sentido, o ofício continua:

Atendendo pedidos dos trabalhadores rurais, viemos solicitar a V. Ex. que o Hospital São Miguel do Iguaçu também seja autorizado a atender os rurais pelo sistema AIH [Autorizações de Internação Hospitalar]. As quotas a seres destinadas para o Hospital Santo Antônio do Iguaçu, deveriam ser repartidas com o Hospital São Miguel do Iguaçu. Ocorrendo isto acreditamos que os segurados rurais só terão a ganhar, pois receberão um atendimento melhor e terão opção de escolher médico e hospital de sua preferência. O INAMPS, no caso, não teria nenhuma despesa a mais e estaria propiciando aos trabalhadores rurais de nosso município uma assistência mais relevante.<sup>135</sup>

O documento explicita a proposta sobre mudanças no sistema público de saúde, ou seja, não poderia o governo, no caso Inamps, direcionar em qual instituição o trabalhador deveria tratar-se, mas ser opcional para que os trabalhadores decidissem entre esse ou aquele hospital. Assim, no sistema AIH, “os subsídios deixavam de ser fixo para ser estabelecido através de uma cota, com base na população rural de cada município, verificada no Senso de 1980 do IBGE”<sup>136</sup>. Com o sistema de cotas e a inclusão de outro hospital, o Hospital São Miguel, agora autorizado a atender pelo Instituto, os associados rurais visualizavam maior mobilidade para com os cuidados médicos.

O que chama atenção é a busca pelo atendimento médico-hospitalar do Hospital São Miguel do Iguaçu, o que evidencia que o presidente Miguel Isolar Sávio procurou durante o seu mandato colocar essa instituição como beneficiária do sistema de saúde, (“viemos solicitar a V. Ex. que o Hospital São Miguel do Iguaçu também seja autorizado a atender os rurais pelo sistema AIH”) presente no STR. Tudo indica que ele conseguiu. As mesmas reivindicações, enviadas aos agentes do Inamps, sobre as más condições de atendimento

---

134 OFÍCIO. Enviado pelo STR à Curitiba. São Miguel do Iguaçu, 18 de out. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

135 OFÍCIO. Enviado pelo STR à Curitiba. São Miguel do Iguaçu, 18 de out. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

136 OFÍCIO. Enviado aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais pelo presidente do FETAEP, Antenor Beni. Curitiba, 13 de set. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu.

realizados pelo Hospital Santo Antônio, também exigiam do Hospital São Miguel o ressarcimento dos valores pagos nessa unidade de saúde, principalmente no ano de 1989.

No dia 08 de março de 1989 o sr. Avelino Nienow foi ao STR para declarar que:

Procurou o Hospital São Miguel, situado à Avenida Iguaçu, 261 no dia 05/03/89 às 21:00 horas e fui atendido pelo Dr. Emilio Driessen Junior, o qual após ter examinado o declarante, falou que precisava ser internado, e perguntou se queria ficar em enfermaria ou em quarto particular, sendo que o declarante afirmou que desejava ficar na enfermaria por não ter condições de pagar, sendo que o referido médico disse já terem terminado as cotas do Hospital e que mesmo em enfermaria deveria pagar, sendo que o declarante continuou afirmando que não poderia pagar. Foi colocado na enfermaria e no dia 06 de março recebeu alta a tarde, sendo lhe cobrado o pagamento o qual não tinha como pagar, no dia 07 de março foi liberado para deixar o hospital, e tendo o mesmo médico dito que ficaria a dívida na consciência do declarante, sendo que este afirma ainda que pagou Ncz\$ 15,00 (quinze cruzados novos) pela consulta<sup>137</sup>.

Esse documento expressa que o Hospital São Miguel passou a atender os trabalhadores rurais, através do convênio de saúde, no período do sistema AIH, de cotas. Assim, a denúncia<sup>138</sup> do sr. Ivo Adamante de que o representante dessa casa de saúde teria sido um dos principais articuladores da chapa de oposição na eleição de 1983, pois objetivava atender os sindicalizados através do convênio médico-hospitalar, faz sentido, uma vez que o presidente eleito, Miguel Isolar Sávio atuou na aproximação do hospital com o Inamps (“As quotas a seres destinadas para o Hospital Santo Antônio do Iguaçu, deveriam ser repartidas com o Hospital São Miguel do Iguaçu”)<sup>139</sup>. Da mesma forma o desejo<sup>140</sup> do sr. Adamante para que o Hospital Santo Antônio se mantivesse conveniado, resultou na continuidade desse contrato, ou seja, ambos os hospitais passaram a atender os trabalhadores rurais.

Contudo, para o novo presidente eleito, Miguel Isolar Sávio, o sindicalismo dos trabalhadores rurais de São Miguel do Iguaçu passava por transformações. Quando questionado sobre as mudanças que teriam ocorrido no sindicato, se havia deixado a assistência médica, fim dos anos de 1970 e início dos anos de 1980, ele respondeu:

...Mudou? Eu diria que mudou. Aconteceu certas coisas que forçou nosso sindicato a tomar uma atitude diferente. Por isso nosso rompimento com a

---

137 DECLARAÇÃO. Sr. Avelino Nienow sobre atendimento do Hospital São Miguel. São Miguel do Iguaçu, 08 de mar. de 1989. Arquivada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

138 ADAMANTE e a Eleição para o Sindicato. Jornal O Paraná, Cascavel, 09 de jul. de 1983.

139 OFÍCIO. Enviado pelo STR à Curitiba. São Miguel do Iguaçu, 18 de out. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

140 ADAMANTE e a Eleição para o Sindicato. Jornal O Paraná, Cascavel, 09 de jul. de 1983.

atual diretoria daquela época. O antigo presidente era vereador na praça, era presidente da câmara, inclusive...<sup>141</sup>

O sr. Miguel, dentre uma série de mudanças<sup>142</sup>, pontua que o sindicato tomava outros rumos com ele presidente, e deixava de possuir um vínculo estreito com a política legislativa municipal, uma vez que o ex-presidente havia atuado também na casa de leis.

Na ata, do dia 17 de março de 1979, o presidente do STR, Ivo Adamante<sup>143</sup>, eleito vereador pelo partido Arena<sup>144</sup> na quinta legislatura de 1977 a 1982, como o terceiro vereador mais votado, com 628 votos - sendo que os nove vereadores juntos totalizaram 5.974 votos - comunicou à diretoria do STR, que fora nomeado presidente da Câmara dos Vereadores de São Miguel do Iguaçú.<sup>145</sup> Esta atitude aproximava-o de duas instituições, uma vez que um único nome passava a representar as duas entidades. Isso durante a gestão legislativa de 1979/1980.

Nesse período de atividade legislativa, Ivo Adamante propôs, na sala de sessões da Câmara Municipal de São Miguel do Iguaçú, em 29 de abril de 1981, o Requerimento nº 09/81 que tratava sobre a questão dos trabalhadores rurais no município:

Considerando a Lei 4.504 de 30 de novembro de 1964, que prevê Reforma Agrária, onde na nossa opinião, a mesma deve iniciar-se em cada Município. (...) Considerando que muitos países não dispõem de terras para aumentar a

---

141 SÁVIO, Miguel Isolar. Entrevista concedida em 08 de junho de 2007. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçú/PR.

142 Algumas das mudanças foram discutidas no capítulo I, como, por exemplo, a construção da Usina Hidrelétrica de Itaipu, a introdução de máquinas e técnicas agrícolas, que retiravam o homem do campo e os transformavam em sem-terra.

143 Ele foi eleito vereador em 1976, exerceu o cargo de 1977 até 1980.

144 O Arena era o partido da direita, de apoio ao governo, a base da ditadura militar. E em São Miguel do Iguaçú teve uma grande representatividade na Câmara Municipal de 1969 a 1982. Elegeu durante esse período 24 vereadores, ou seja, entre as legislaturas de 1969 a 1972, e 1973 a 1976 todos os vereadores eleitos eram do Arena. Isso mudou pouco na legislatura de 1977 a 1982 quando dos nove vereadores eleitos apenas três eram do MDB, partido da oposição. Ou seja, durante o período da ditadura militar o Arena foi maioria no comando da casa de leis do município. Alguns dos principais nomes do partido foram Flávio Ghellere, que foi vereador de 1961 a 1972, presidente do diretório local do partido e um dos fundadores e presidente do Sindicato Rural Patronal, era comerciante e proprietário rural. Elias Hugo Borges também foi vereador pelo Arena entre 1969 a 1972, era agropecuarista, delegado de polícia e fundador do Sindicato Rural Patronal. Domingos Carrer foi vereador durante os anos de 1969 a 1972, também era proprietário rural. Diante disso, os principais projetos, propostos no período de domínio do Arena, os quais tive acesso, direcionavam principalmente para a criação de escolas. Como o Ante-Projeto de Lei nº 07/75 e o Ante-Projeto de Lei nº 08/75 que previam a construção de escolas nas comunidades da Jacutinga e na localidade de Santa Inês, ambas no distrito de Itacorá. Outros Projetos de Lei nº10/75 e nº15/75 também direcionavam recursos para a melhoria de prédios escolares. E ainda, o Projeto de Lei nº13/75 previa o convênio com a Copel para obras de eletrificação nas vilas rurais no interior do município. Em geral, outros projetos ordenavam os recursos financeiros, como o Projeto de Lei nº12/75 autorizava o Poder Executivo abrir crédito para o pagamento do Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS).

145 ATA do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, São Miguel do Iguaçú, 17 de mar. de 1979. Arquivada no STRs. p 46.

fronteira agrícola; outros não dispõem de trabalhadores para realizar a Reforma Agrária; outros dispõem de terra e dos trabalhadores, porém não possuem legislação que autorize a execução da Reforma? Entretanto, nosso país dispõe de terra, do trabalhador e da legislação que se faz necessária, requeiro à Mesa na melhor forma regimental o seguinte:

Seja enviada cópia do presente ao Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, para que V. Ex<sup>o</sup>., aprecie e determine que sejam efetuados estudos no sentido de que sejam desapropriadas grandes áreas de terras ou parte delas, no Município de São Miguel do Iguaçu, Paraná, por interesses sociais.<sup>146</sup>

Como vereador, levava para o Poder Legislativo os problemas que eram enfrentados também na vida sindical. Diante disso, propôs que se enviassem cópias do requerimento para o governador. Visava assim, a realização de estudos, para que fossem “desapropriadas grandes áreas de terras ou parte delas”, para as famílias que necessitavam. Isso, porque, o país tinha os princípios para a realização da reforma agrária: terra, trabalhador e legislação (“que se faz necessária”).

A resposta da Comissão de Justiça, Redação e Legislação da Câmara Municipal foi favorável e em 12 de maio de 1981, enviaram “a remessa de ofícios ao Governador do Estado do Paraná, Superintendência do INCRA, Secretaria do Interior e outros órgãos competentes, com a finalidade de efetuarem estudos referentes ao requerido, digo proposto”<sup>147</sup>.

Assim, enquanto vereador, a atitude que tomou na tentativa de solucionar o problema da terra no município, através da Câmara Municipal, foi o envio de ofícios. Ação próxima da assumida enquanto líder sindical, durante reunião com o sem-terra. Conforme registro na ata da segunda reunião do Mastro, de 1981, o sr. Ivo Adamante destacava uma possibilidade de conquistar os objetivos do movimento:

Fazendo-se presente o presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu Sr. Ivo Adamante sugeriu se aproveitar a vinda do Exmo. Sr. Ministro da Agricultura Dr. Amaury Stábile, a Cascavel e entregar um requerimento no sentido de se atingir o objetivo acima exposto [desapropriar fazendas improdutivas para reforma agrária], o que foi aprovado por unanimidade e escolhido uma comissão representativa a fazer a referida entrega do requerimento.<sup>148</sup>

---

146 SÃO MIGUEL DO IGUAÇU. Requerimento nº 09/81 de 29 de abr. de 1981. Arquivado na Câmara Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR.

147 SÃO MIGUEL DO IGUAÇU. Parecer da Comissão de Justiça, Redação e Legislação da Câmara Municipal de 12 de maio de 1981, assinado pelo vereador Liberato Civiero e pelo relator Waldomiro F. Klos. Arquivado na Câmara Municipal de São Miguel do Iguaçu/PR.

148 ATA da segunda reunião do Mastro, setembro de 1981. Arquivada no STRs.

A posição do presidente do sindicato frente ao Mastro era de buscar ajuda junto aos líderes governamentais. Assim, a alternativa possível, para a resolução dos problemas vividos, para Ivo Adamante viria de autoridades superiores, representantes da lei e da ordem, que colocariam em prática, aquilo que os movimentos sociais detectavam na realidade que era necessário aos homens do campo.

Diante disso, é possível identificar um presidente sindical próximo das normas legais e de lutas por direitos adquiridos e garantidos através das leis. Mas, esse projeto de sindicalismo não perpassava o Movimento Sindical dos Trabalhadores Rurais (MSTR) de São Miguel do Iguaçu de maneira uniforme, como será visto a partir de agora.

A memória militante do pastor Werner Fuchs ajuda a problematizar esse vivido. Fuchs nasceu, em 1949, em Santa Cruz do Sul, Rio Grande do Sul. Filho de pequenos agricultores, desde jovem teve experiências de atuação comunitária, como relata abaixo:

Eu sempre tive ligado às questões rurais, até porque meu pai era [agricultor] depois passou a ser dirigente de cooperativa e eu com 14 ou 15 anos, eu fui, eu lembro que eu participei de reuniões com agricultores que meu pai fazia no interior do município, vem lá dos paredões, na encosta da serra, motivando pra sair da monocultura do fumo, porque lá era fogo na roupa. E aí eu lembro também que meu pai era um leigo engajado na Igreja Luterana, mas ele participou de uma Comunidade Eclesial de Base, na primeira CEB ecumênica que existiu no Brasil, que foi lá em Santa Cruz [Rio Grande do Sul]. Lá é uma colônia alemã tanto católica como protestante. Então teve a primeira comunidade de base que meu pai participou era metade, metade, parte luterana e parte católica. Isso eu lembro, e fez com que desde o início eu sempre tive uma trajetória ecumênica.<sup>149</sup>

Para o entrevistado, a vivência dele entre os agricultores, não só despertou para a atuação em defesa da pequena propriedade, como também para a junção de credos entre católicos e evangélicos, o que também não o distanciou, quando atuou nas favelas de Porto Alegre, do aprendizado e da prática do método Paulo Freire. “Na época, a gente chamava de psicossocial”.

O pastor Fuchs estudou Teologia em São Leopoldo, em 1968 a 1973, na época da ditadura militar. Ele fez pós-graduação de um ano na Índia e, em seguida, passou um mês na África, já na metade da década de 1970.

---

149 FUCHS, Werner. Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ e a Leozil Ribeiro de Moraes Júnior, na residência dele em Curitiba/PR.

Fiz tipo de uma pós, uma especialização na questão mais social, da realidade indiana, da Índia, e também a presença do cristianismo no continente porque 2% lá são cristãos, 2,5%. Por exemplo, eu sou uma pessoa que conheci pessoalmente a Madre Tereza de Calcutá. Nesse sentido, bastante bagagem. Participei com cooperativa de pescadores, essas coisas assim. Onde tinha trabalho, ou seja, de Igrejas Católicas ou de outras Igrejas eu fui lá porque meu foco de pesquisa era esse, né? De conhecer.<sup>150</sup>

Quando retornou ao Brasil, o pastor Fuchs atuou em Concórdia, Santa Catarina. E em 1978, após convite do pastor Genotti Quirinus, mudou para Marechal Cândido Rondon, oeste do Paraná, onde assumiu a coordenação da Comissão Pastoral da Terra (CPT).

Em 2010, mesmo morando em Curitiba e não mais ligado a CPT, o “homem do campo” continuava sendo seu foco de atuação. Através da Rede Evangélica Paranaense de Assistência Social (Repas) ele realizava projetos de mini-usinas comunitárias de óleo vegetal, junto aos agricultores familiares.

O pastor evidencia outros aspectos relevantes das divergências vividas pela disputa de projetos do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu. Como destaca o autor Paulo Roberto de Almeida, “a (re) elaboração dessas [experiências] está intimamente ligada à trajetória de cada um e ao lugar onde se fala, mas nem por isso são menos representativas”.<sup>151</sup> Ou seja, através do vivido Fuchs ajuda a problematizar o processo, ao falar do papel dos líderes sindicais:

...O presidente do sindicato de São Miguel do Iguaçu era o Ivo, era um vereador, era da Arena mesmo, e era contra tudo. Sabe assim .... E o Miguelzinho conseguiu se manter como secretário do sindicato um tempo e depois acabou sendo presidente. Mas isso foi depois. Então, como o Ivo era vereador muita coisa o Miguelzinho fazia. Então a gente sentou com ele. A gente... digo a equipe da Pastoral. Vamos montar um movimento exclusivo, dos que precisam de terra, pra pressionar o INCRA, pra conseguir terra.<sup>152</sup>

O pastor Fuchs apresenta-se como um agente atuante nos movimentos sociais, na região oeste do Paraná, nas décadas de 1970 e 1980. É essa posição de líder que ele assume ao dizer que o presidente do sindicato, sr. Ivo Adamante, como vereador tinha ligação com um

---

150 Idem, *ibidem*.

151 ALMEIDA, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: Trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia – 1970-2000. In: et alli (org) FENELON, Déa, MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de, KHOURY, Yara & PEIXOTO. Muitas Memórias Outras Histórias. SP. Olho D'Água, 2004. p 146.

152 FUCHS, Werner. Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ e a Leozil Ribeiro de Moraes Júnior, na residência dele em Curitiba/PR.

partido que não apoiava a organização dos trabalhadores na luta pela terra. Não se posicionar a favor da demanda por terra ganhou sentido para o pastor Fuchs de que sr. Ivo Adamante “era contra tudo”.

E assim, com base na fala do pastor, a derrota de Ivo Adamante nas eleições sindicais, teria relação com a postura política deste, de negação das amplas reivindicações dos trabalhadores no que se refere ao acesso à terra, ou seja, para além do que publicou o ex-presidente, no jornal O Paraná, em julho de 1983, afirmando que a chapa de oposição de Miguel Isolar Sávio venceu devido ao apoio recebido de empresas privadas de saúde. Outro motivo para a perda da eleição, teria sido a posição político-sindical assumida por Ivo Adamante.

A mesma consideração é estabelecida, em 2007, pelo ex-presidente do sindicato:

Ah! Depois teve aquele movimento sem-terra, que eu era contra invasão de terra. Eu sempre fui contra a invasão. Eu não sou contra a ganhar terra. Daí... meu adversário começou falar que eu era contra o pessoal sem-terra... aí na eleição eu perdi. Eu não ia defender, não.<sup>153</sup>

A questão que perpassa não era que Ivo Adamante era contra a luta por terra, mas como fica evidente nessa fala e através das discussões anteriores, ele era contra a tática do movimento de ocupar terras, analisadas por ele como “invasão”. Defendia a execução da lei.

E, a partir de outro presente, o sr. Ivo Adamante parece produzir um redimensionamento do vivido, em relação ao que afirmara no jornal, em 1981. Aqui a ênfase é dada para a questão da terra, e não à necessidade da continuidade dos convênios anteriormente firmados.

Assim, a ameaça de rompimento dos contratos de saúde não apresentava sentido, como explicação da mudança que ocorreu na liderança e nas lutas do STR na década de 1980, pois, contém uma avaliação do processo no qual se manteve o principal convênio, com o Hospital Santo Antônio, durante os mandatos de Miguel Isolar Sávio.

Assim, a mudança na direção sindical não tem só relação com a questão da saúde, outras contradições e sujeitos sociais, foram constituídos e construídos nesse processo. Até sr. Ivo Adamante reconheceu que a saída da direção do movimento sindical, após 11 anos, tem também relação com a posição de não apoiar a crescente luta do Mastro, formando no

---

153 ADAMANTE, Ivo. Entrevista concedida em 09 de junho de 2007. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência dele na Rua Getúlio Vargas, em São Miguel do Iguçu/PR.

município de São Miguel do Iguçu. (“Daí... meu adversário começou falar que eu era contra o pessoal sem-terra... aí na eleição eu perdi. Eu não ia defender, não.”).<sup>154</sup> Embora, fosse durante o mandato de Ivo Adamante, como presidente, que o STR se envolveu nas reivindicações dos trabalhadores na demanda de acesso a terra.

Um levantamento de agricultores sem-terra<sup>155</sup> foi feito pelo STR diante no busca por saber qual a situação dos homens do campo do município, no processo de constituição do Mastro. No cadastro, os trabalhadores escreviam sozinhos ou com a ajuda do responsável pela comunidade, o nome completo, idade, estado civil, número de dependentes, situação, origem e grau de instrução.

Esse formulário aponta dados dos agricultores sem-terra do município e revela quais as principais categorias que reivindicavam acesso à terra, no início dos anos 1980. Diante do cadastro, preenchido, em oito comunidades, Santa Eliza, Caramurú, Jacutinga, Saquarema/Paulistânia, São José do Itavó, São Jorge, Santa Rosa do Ocoí<sup>156</sup>, atingindo um total de 693 pessoas, apareciam as seguintes situações: 300 eram boias-frias, 127 arrendatários, 78 parceiros, 41 assalariados/empregados, 34 peões<sup>157</sup>, 30 meeiros, 13 pequenos proprietários, três desempregados, dois pescadores, uma doméstica, um agregado, um aposentado, um vendedor, um servente. Havia ainda 19 que se diziam agricultores e 41 definiam-se como em “situação precária”.<sup>158</sup>

Pelo cadastro, é possível mapear a localidade das diversas categorias no município. Os boias-frias estavam situados, principalmente, nas comunidades de São José do Itavó – alagada pela Hidrelétrica de Itaipu, em 18 de abril de 1984 –, Santa Rosa do Ocoí, Saquarema e Paulistânia. Os arrendatários estavam principalmente em São José do Itavó, São Jorge, Santa Rosa do Ocoí e Jacutinga. Já, os parceiros viviam em Santa Eliza e Santa Rosa do Ocoí. Os assalariados/empregados eram de Saquarema/Paulistânia e Santa Rosa do Ocoí. Os peões eram da comunidade da Jacutinga. Os meeiros de São Jorge e Santa Rosa do Ocoí local também dos pequenos proprietários. Já os agricultores eram de Santa Rosa do Ocoí. E de

---

154 ADAMANTE, Ivo. Entrevista concedida em 09 de junho de 2007. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência dele na Rua Getúlio Vargas, em São Miguel do Iguçu/PR.

155 LEVANTAMENTO dos Agricultores Sem-Terra, s/d. Arquivado no STRs. Cadastro feito possivelmente entre o fim de 1981 e início de 1982.

156 Ver mapa no início do trabalho.

157 Peões podem ser considerados como os assalariados rurais, contudo optei por não equiparar mantendo a denominação original dos trabalhadores.

158 Jacutinga e Caramurú se emanciparam politicamente de São Miguel do Iguçu, na década de 1990, e se tornaram o município de Itaipulândia, juntamente com outras comunidades que antes eram território de São Miguel como o distrito de Aparecidinha D' Oeste.

Caramurú todos os da situação precária. O servente e o vendedor eram de São Jorge e a doméstica de Jacutinga. Os pescadores e os desempregados viviam em Santa Rosa do Ocoí<sup>159</sup>.

Assim, desde o começo da organização do Mastro, em setembro de 1981, o STR de São Miguel do Iguaçu esteve presente. Em relação a este fato, a entrevista do sr. Otomar José Felipe Antonio oferece algumas possibilidades de interpretação. Com 53 anos, casado, ele fez até a terceira série do estudo primário, sendo originário de Três Passos, Rio Grande do Sul, veio para o Paraná na década de 1970, e participou do Mastro. De uma família de oito irmãos e sem a posse da terra, os pais sempre trabalharam de agregados e quando ele saiu de casa, a opção que surgiu para continuar a lida na terra foi o arrendamento. Contudo, também trabalhou em serviços urbanos, como na construção da barragem da Usina Hidrelétrica de Itaipu. Como sem-terra, fez parte do Mastro e conquistou a pequena propriedade.

sr. Otomar fala das relações entre o Mastro e o sindicato:

Tinha o sindicato, os padres, tinha muita gente nisso: boia-fria, bastante boia-fria. O seu Vlademiro [Sorsuk], vizinho, a família inteira, eles trabalhava aqui na Ramilândia, daí foi limpando tudo, os boia-fria que trabalhava ali. (...) Não precisava ser sócio do sindicato pra isso aí, bastava você tá lá no acampamento, fazendo parte junto com o pessoal. (...) Mais depois, não foi junto, eles não exige tu ser sócio do sindicato. O sindicato só deu uma mão pra nós. Que nem aquela vez era o Miguelzinho. Conhece o Miguelzinho? Aquele lá era o nosso patrão da Querência. Ele era muito forte na luta. (...) Naquela época o sindicato ajudou muito. Pode ser por isso, que ajudou a fazer ali, o sindicato.<sup>160</sup>

É possível entender que o movimento surgiu em São Miguel do Iguaçu devido à presença dos homens do campo da região que estavam sendo expulsos das terras e das fazendas e junto a isso à participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, que ajudava a organizar essa luta. Mesmo os não sindicalizados podiam participar (“bastava você tá lá no acampamento”), pois o sindicato não determinava quem faria parte do movimento. A partir de seus quadros de associados, sr. Otomar José Felipe Antonio buscou fortalecer a imagem do então secretário, Miguel Isolar Sávio, como um dos principais articuladores do movimento, denominando-o como aquele que comandava o movimento (“patrão da Querência”).

O sr. Carlito dos Santos Abreu, 55 anos, também foi um dos sem-terra, que, na década de 1980, conquistou a pequena propriedade através da luta no Mastro. Casado, três filhos,

---

159 Outras localidades como a Guanabara e Aurora do Iguaçu não possuíam dados cadastrais.

160 ANTONIO, Otomar José Felipe. Entrevista concedida em 11 de junho de 2009. Realizada por Leozil Ribeiro de Moraes Junior, no Assentamento Miguel Isolar Sávio, em São Miguel do Iguaçu/PR.

originário de Redentura, Rio Grande do Sul, veio para o Paraná, em 1975, quando o pai, um pequeno produtor, resolveu vender a propriedade no sul para comprar seis alqueires de terra, no oeste do Paraná.

Com seis irmãos e ocupando uma pequena propriedade, ele viveu a impossibilidade de permanecer na terra. Diante disso, participou do Mastro e analisa a ação sindical na constituição do movimento dos sem-terra:

Na verdade o Mastro surgiu com as desapropriações de Itaipu. Ali que surgiu os primeiros indenizados. Uns até que ganhou um valor razoável. Outros foi um valor bem baixo que não conseguiram mais se estruturar de novo. Daí onde foi que o próprio sindicato começou a ajudar esse pessoal. Então, nessa área o Mastro começou a crescer. E foi juntando com mais a necessidade do pequeno agricultor da área rural, daí foi fortalecendo o movimento foi crescendo e hoje é nível nacional. Não é mais só em São Miguel do Iguçu, mas surgiu praticamente em São Miguel do Iguçu.<sup>161</sup>

No relato do sr. Carlito, percebeu-se reflexões que buscam estabelecer a origem e o porquê do movimento dos sem-terra, que, na sua interpretação, está relacionada às desapropriações, provocadas na região, pela construção da Hidrelétrica de Itaipu, por sua vez relacionado às necessidades dos pequenos agricultores de continuar na terra.

Contudo, na fala, o sr. Carlito procura estabelecer a participação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais na formação e organização do Mastro e na importância que esse movimento conquistou diante de seu desdobramento em nível nacional.

Sr. Carlito é líder no Assentamento Miguel Isolar Sávio, antiga fazenda Mineira<sup>162</sup>, próximo à Vila Ipiranga, interior do município de São Miguel do Iguçu, onde vive e exerce a função de ministro religioso. Contudo, a fala dele não revela o ponto de vista da religião, mas a de um membro do antigo Mastro e ativo do MST.

Outro entrevistado, também aproxima os dois movimentos sociais. O sr. Acelino Nienow, 51 anos, casado, um filho, segundo grau incompleto, natural de Irai, Rio Grande do Sul, mudou-se para São Miguel do Iguçu com os pais, em 1961, quando tinha cinco anos. Ele descreve a difícil vida de trabalho, nos primeiros anos no Paraná: “Meu pai era agricultor,

---

161 ABREU, Carlito dos Santos. Entrevista concedida em 12 de junho de 2009. Realizada por Leozil Ribeiro de Moraes Junior, no Assentamento Miguel Isolar Sávio, em São Miguel do Iguçu/PR.

162 Dizem os pequenos proprietários que vivem no “Assentamento Miguel Isolar Sávio”, e que eram membros ativos do Mastro, que a fazenda era improdutiva, e pertencia a uma mineira, moradora de Belo Horizonte, e por isso teria esse nome. Contudo, o nome dela, nenhum soube dizer. A fazenda, com 500 alqueires e localizada entre os municípios de São Miguel do Iguçu e Medianeira, foi uma das primeiras desapropriações conquistadas pelo movimento para assentamento, na metade da década de 80, sendo que 21 famílias moravam, no lado do município de São Miguel do Iguçu e outras 20 foram assentadas no lado do município de Medianeira, aonde o assentamento chama “Dois Vizinhos”.

ele foi morar na Linha Itapajara, antigamente, num matão ali em baixo, lá dentro. A nossa vida era dura, tinha que trabalhar [muito na roça] para poder sobreviver.”<sup>163</sup>

O pequeno proprietário, quando jovem, trabalhou na terra da família e em 2009 tocava a terra dele de dois alqueires e meio na comunidade da Santa Rita. Entrou para o Sindicato, em 1980, devido ao incentivo dos pais. E relata sobre o movimento do sem-terra:

Eu sei o movimento antigamente, que o Miguelzinho fez que ele assentou não sei quantas famílias no Assentamento Sávio... não sei se vocês já ouviram falar...Fica ali na Vila Ipiranga. Acho que tem umas 40 famílias. Não sei, 20 ou 40 família assentada lá. Isso foi o Miguelzinho na época...Esse movimento era um grupo eles tinham um líder, só que não sei. Eles tinham um líder, reunia o sindicato fazia as reuniões e ia à luta... [O sindicato] apoiava. Apoiava para eles i a luta. E o Miguel foi um que apoiou para eles conseguirem aquela desapropriação, lá.<sup>164</sup>

O entrevistado, que se associou ao sindicato, mas que não participou do Mastro, no nível da organização das reuniões e das luta o STR, estava ativo no processo. A partir disso, ele relembra a atuação do secretário Miguel Isolar Sávio e não da participação do Ivo Adamante. O que parece uma simples indicação do nome do sr. Miguel na luta pela terra, é a construção de um processo que levara à mudança não só da liderança do STR, como do afastamento do sr. Ivo Adamante do movimento sindical dos trabalhadores rurais, pelo resto de sua vida. Ele deixaria o sindicato e a Câmara Municipal. Após o término do mandato como vereador em 1982, Ivo Adamante também não se reelegeu mais<sup>165</sup>.

Juntamente à questão da saúde, da terra e das disputas sindicais, ocorreu a fundação do Partido dos Trabalhadores (PT), em São Miguel do Iguaçu em fevereiro de 1980.

Sra. Marlene Aparecida de Oliveira<sup>166</sup>, 57 anos, seis filhos, viúva, estudou até o segundo ano do primário, relata sobre esse processo. Ela trabalhou como assalariada rural, no norte do Paraná, mudou-se para São Miguel do Iguaçu em 1970, onde foi arrendatária. Desde 1999, deixou o meio rural, e foi morar na cidade com a família. É dona de casa. Associou-se ao sindicato na década de 1970<sup>167</sup>.

Ela explica a proximidade entre STR e o recém fundado PT.

---

163 NIENOW, Acelino. Entrevista concedida em 17 de abril de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

164 Idem, ibidem.

165 PODER Legislativo: 40 anos. Revista Informativa do Poder Legislativo, São Miguel do Iguaçu, ano 2002.

166 OLIVEIRA, Marlene Aparecida de. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência da trabalhadora, na cidade de São Miguel do Iguaçu/PR.

167 Trabalho com mais profundidade a trajetória da sra. Marlene Aparecida de Oliveira no Capítulo III.

...Teve uma época que o PT lutava com o sindicato, né? Até na época que começou o PT foi com o Miguelzinho. Foi com o Miguelzinho. I eles até fizeram proposta pro meu esposo saí como vereador, i ele não quis. Disse que ‘não tinha vocação pra política.’<sup>168</sup>

A sra. Marlene busca na experiência dela, vivida através do convite feito ao esposo, para aproximar-se do PT. O chamado era para se tornar candidato a vereador, que, na ocasião, foi negado por falta de “vocação”, como se a política legislativa fosse para poucos. Contudo, essa noção de aptidão, não fez com que sra. Marlene e seu esposo Aparecido Moreira de Oliveira, deixassem de participar do partido e do STR. A negação era para assumir cargos, e não de participação das lutas na base dos movimentos, dos quais continuaram sócios. Assim, a partir das experiências, vividas, surgiram as relações sindicato e PT.

Em, 27 de fevereiro de 2010, o jornal O Farol, de São Miguel do Iguçu, publica online uma notícia sobre o aniversário do partido: “Partido dos Trabalhadores de SMI comemora seus 30 anos empossando nova Diretoria”<sup>169</sup>. A matéria, além de falar sobre o novo presidente do diretório municipal, Maciel Cavalheiro, apresenta aspectos do passado. “Miguel Isolar Sávio, representando a Itaipu Binacional e um dos fundadores do PT, em São Miguel do Iguçu, lembrou que aquele era um momento de muita emoção e orgulho em estar participando daquele evento [do aniversário].”<sup>170</sup> De acordo com essas informações é possível perceber que o sr. Miguel fala do presente, mas o sentimento se dá a partir da memória. Aniversários comemorativos são momentos de repensar o que passou, no caso, de reforçar a fundação do partido político.

Ainda na busca por entender o passado do PT na sua relação com o STR, o vice-presidente da executiva estadual e pré-candidato a deputado federal em 2010, Marcos Pescador, falou ao jornal sobre o contexto histórico vivido pelos são-miguelenses na época da formação do partido. “Os movimentos sociais, os movimentos da igreja, das unidades eclesiais de base, a onde se discutia a situação da vida do povo”<sup>171</sup>. Pescador reforça a base trabalhadora, de proximidade com os movimentos sociais, quando o PT foi organizado.

---

168 OLIVEIRA, Marlene Aparecida de. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência da trabalhadora, na cidade de São Miguel do Iguçu/PR.

169 PARTIDO dos Trabalhadores de SMI comemora seus 30 anos empossando nova Diretoria. Disponível em: <http://www.jornalofarol.com.br/ver-noticia.asp?codigo=4104>. Acesso em 28 de agosto de 2010.

170 Idem, ibidem.

171 Idem, ibidem.

Diante disso, perguntou-se à sra. Marlene Aparecida de Oliveira<sup>172</sup> se essas relações do PT estenderam-se à eleição do Miguel Isolar Sávio, para presidência do sindicato em 1983. Ela enfatiza: “Eu acho que ajudou. Eu acho que ajudou o Miguelzinho se eleger [presidente do STR], sim.”<sup>173</sup> Repete a afirmativa, como se reelaborasse tal pensamento, ou seja, não era um aspecto tão evidente, apesar de fazer parte do vivido.

Assim, o PT reforçou uma orientação sindical diferente à Arena/PDS<sup>174</sup>. Constituiu-se como uma nova força de apoio à oposição sindical. E, deste modo, os projetos distintos para o STR, apresentados também através dos partidos políticos, expressaram processos sociais de disputas, que o movimento sindical vivia.

Se antes os sem-terra faziam pressão, após Miguel Isolar Sávio assumir a presidência do STR, a reivindicação pela reforma agrária continuou. Os sem-terra do município – boias-frias, arrendatários, parceiros, assalariados/empregados, meeiros, pequenos proprietários, desempregados, pescadores, doméstica, agregado, aposentado, vendedor, servente – passam, durante a década de 1980, a reivindicar que o sindicato apoiasse os acampamentos e ocupações na busca da conquista da terra. Parte dos trabalhadores associados ao sindicato assumiu essas formas de luta.

Um exemplo, de associado ao STR ativo no movimento dos sem-terra, foi o do sr. Eloi Faccio, 56 anos, ensino primário completo, divorciado, dois filhos, nasceu em São Miguel do Iguçu, na época Gaúcha, logo após a chegada da família, a qual deixou, em 1951, a plantação de uva em Potiporã Veranópolis, município de Potiporã, na Serra Gaúcha, para trabalhar nas terras do oeste paranaense. O entrevistado narra a trajetória da família:

Ele [o pai Waldemar Faccio] veio para cá comprou duas colônias de terra. Seriam 20 alqueires hoje. Ali na localidade do Barro Branco, onde é o clube São Miguel hoje [2009]. Aí ele começou trabalhar na roça, não tinha para quem vender os produtos, ele vendeu a terra. Aí ele comprou um caminhão velho, aí começou puxar gente prá cá e prá lá aí ele faliu. Não tinha dinheiro, faliu. Depois ele conseguiu comprar uma chacinha que ali onde a gente mora até hoje, de 2 alqueires, com aquilo ali ele conseguiu criar a família.

---

172 OLIVEIRA, Marlene Aparecida de. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência da trabalhadora, na cidade de São Miguel do Iguçu/PR.

173 Idem, *ibidem*.

174 Em 1979, após o término do bipartidarismo MDB e Arena, os representantes do Arena localmente se expressaram através do PDS.

O entrevistado pontua aspectos de vida, de não conseguir vender a produção agrícola até a falência do pai no trabalho com transporte, um relato das dificuldades, enfrentadas, para conseguir manter a família até o retorno à terra.

De cinco irmãos, somente dois seguiram os passos dos pais e permaneceram na atividade agrícola. Sr. Eloi, além dos conhecimentos adquiridos com o pai sr. Waldemar Faccio, de como plantar e colher, foi pelo exemplo dele, membro do conselho fiscal da primeira diretoria do STR, que buscou seguir ao se associar ao sindicato em 1980. Como disse: “Já fazia dois anos antes, que eu estava me alinhando pra isso”.<sup>175</sup>

Sr. Eloi Faccio participou ativamente do Mastro, foi tesoureiro do movimento sindical, entre 1980 e 1990, momento em que também ficou temporariamente na presidência. Em 2009, estava um pouco distante das atividades sindicais: “Me afastei ultimamente, agora participo de reunião e coisa, mas não tô mais na diretoria, por causa do meu divórcio. Tive que ir trabalhar fora e coisa, aí não deu mais pra participar. Mas eu continuei sempre sócio. E quando trabalho por aqui sempre frequento”.

Quando da entrevista, morava na chácara de dois alqueires, na saída para São Lourenço, e também trabalhava como boia-fria. Continuava filiado ao sindicato e explicou:

Eu só tenho o quarto ano do primário de antigamente, em colégio agrícola. O que eu aprendi, e o que eu tenho noção de alguma coisa, é dentro de sindicato que eu aprendi. Então eu fui. Não sei se interessa pra vocês? Eu tava na raiz do MST. Tinha os cara que idealizaram, daí eu participei com eles nas ocupação. Eu na verdade... foi o Miguelzinho, Fuchs, esse de Medianeira o Darci, esqueci o sobrenome dele... Appio. E tinha mais um, era os quatro idealizadores, daí quando foi pra sair o primeiro acampamento aqui, eu que tava envolvido. Daí quando deu tudo aquilo lá. Levar remédio, busca gente doente, faz o diabo debaixo de chuva e de noite. E a policia correndo atrás da gente. Ichi. E nós fazia as reuniões todas de portas fechadas.<sup>176</sup>

Ao narrar os acontecimentos, o entrevistado aproxima o aprendizado no sindicato com a participação no movimento sem-terra. Era a instituição sindical que o ajudava a desenvolver conhecimentos de organização das lutas, Como, por exemplo, no acampamento realizado pelos sem-terra na praia artificial, formada pelo lago da Usina Hidrelétrica de Itaipu, na Vila Ipiranga, em São Miguel do Iguaçu, quando cerca de 80 famílias pressionavam o governo

---

175 FACCIO, Eloi. Entrevista concedida em 17 de abril de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

176 Idem, ibidem.

para desapropriar a fazenda Mineira, momento em que o entrevistado participou ativamente, colocando em prática ações que exigiam saber lidar como os fenômenos naturais, como a chuva, mas também a driblar a repressão policial, fato ocorrido em 1984<sup>177</sup>.

Outro aspecto da luta, enfatizado por sr. Eloi, foi quando trabalhou com o transporte das mudanças de famílias sem-terra que deixavam São Miguel para outras regiões do Estado e até do país: “Numa ocasião, eu levei dezessete família daqui a Roncador, sem-terra, foi sofrido. Nós ficamos três dias presos ali. Mas eu fiz.”

O caso relatado não foi o único. A migração de famílias inteiras, nesse período, foi intensa, como enfatiza documento da Igreja Católica, de 1980:

Continua acentuado o êxodo migratório do interior do município com destino ao Mato Grosso do Norte, Rondônia e em menor escala para o Paraguai. Os padres realizam um trabalho de conscientização junto às comunidades a fim de evitarem ilusões, ganância ou venda desnecessárias de terras, pois há grandes proprietários acumulando latifúndios, forçando os pequenos a venderem suas terras. Muitos já estão saindo devido a hidrelétrica de Itaipu que dentro de três anos deverá alagar aproximadamente a terça parte desse município.<sup>178</sup>

Este setor da Igreja Católica, liderado, desde 1977, pelo pároco Augustinho Sopelsa, alocado na única Paróquia do município, localizada no centro da cidade, alertava para as condições de vida dos pequenos produtores. Com a ajuda dos padres Onorio Benacchio e Agostinho Betú construíam uma igreja atuante junto a essas populações, através das Comunidades Eclesiais de Base (CEB's), alertando para o acúmulo de riquezas de alguns fazendeiros e para as “migrações forçadas”.

---

177 Foi nesse período, em setembro de 1984, que o sindicalista, Luiz Inácio “Lula” da Silva esteve em São Miguel do Iguazu representando a Central Única dos Trabalhadores (CUT). A vinda dele foi motivada, segundo o presidente do STR na época, Sr. Miguel Isolar Sávio, pois “se entendeu que era interessante se trazer o presidente nacional da CUT pra dá apoio ao movimento sindical da região e pra dá apoio também ao movimento campestre que nos tinha. (...) Foi uma coisa muito bonita a vinda do Lula pra cá”. Para Miguel Isolar Sávio mais que um representante da CUT o Lula era visto por ele como o presidente da Central. Apesar de Lula não possuir tal cargo, Sávio buscou reforçar assim a importância e o significado daquele momento passado. O STR se filiou a CUT no dia 22 de novembro de 1986. Contudo, uma das propostas da Central, discutidas no primeiro Congresso Nacional em 1984, para a organização de uma nova estrutura sindical, que criaria dois sindicatos para o campo, um Sindicato dos Trabalhadores Rurais pequenos proprietários, posseiros, parceiros, arrendatários, sítiantes, chacreiros, etc. e outro Sindicato dos Trabalhadores Rurais assalariados em São Miguel não foi efetivada. Manteve-se a mesma forma de organização tal como na época da fundação, em 1972, um sindicato e todas as categorias. O STR se desligou da CUT, no ano de 2008, e se ligou a Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTTB), fundada em 2007.

178 LIVRO Tombo 1, do ano de 1958 à 2000. Paróquia São Miguel, de São Miguel do Iguazu. p 47.

Com a modificação das práticas agrícolas e com a construção da Itaipu, os moradores da área rural deixavam o município com destino à região norte do país. Já outras famílias dirigiram-se para outros municípios do Paraná, como Arapongas, Roncador, Mangueirinha<sup>179</sup>.

Diante dessas experiências de enfrentamento e migrações, os conhecimentos do sr. Eloi, sobre o vivido, ampliavam a consciência dele sobre a importância do que aponta como seu processo de formação como sindicalista (“dentro de sindicato que eu aprendi”).

Foi assim, com a ação destes sujeitos que as reivindicações por reforma agrária adentraram a segunda metade da década de 1980. Até mesmo um Levantamento de Fazendas<sup>180</sup> em São Miguel do Iguçu, nas quais os grandes proprietários não moravam, foi feito pelos trabalhadores rurais, com o objetivo de mapear quais poderiam ser utilizadas para a reforma agrária. Conforme os dados, levantados a partir do conhecimento deles sobre a realidade, existiam em São Miguel do Iguçu, aproximadamente 22 grandes fazendas que contabilizam aproximadamente 5.950 alqueires, apesar de duas não possuírem tamanho das áreas no documento. Assim tem-se; a fazenda Passo Cuê com 1.000 alqueires cujo o proprietário morava em São Paulo, a do Banco Comind com 700 alqueires de proprietário de São Paulo, a do Banco Bamerindus, com 500 alqueires cujo o dono morava em Curitiba e a fazenda Mineira, com 500 alqueires, com proprietária residente em Minas Gerais<sup>181</sup>.

Diante de outro levantamento feito pelo STR, no município, entre julho e agosto de 1985, existiam aproximadamente 1.500 famílias de agricultores sem-terra<sup>182</sup>, um número expressivo para uma sociedade com cerca de 30 mil habitantes, na época, ou 5% da população.

Documento produzido durante encontro de coordenadores de grupos de sem-terra, no dia 29 de agosto de 1985, dava sinais que o problema não era localizado:

---

179 Os agricultores Miguel Horn e Pedro Luca pedem autorização, em 1985, para a Coletoria Estadual de São Miguel do Iguçu para o transporte da mudança para o município de Mangueirinha, sudoeste do Paraná. No mesmo sentido, os agricultores Laurindo Bastian e Odevar de Oliveira Souza pedem carta de apresentação/transferência sindical para os municípios de Mangueirinha e Arapongas. Documentos arquivados no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu.

180 RELAÇÃO de Fazendas, cujos Proprietários não moram em São Miguel do Iguçu, s/d, traz numa folha A4 o nome da fazenda e seguido da área (aproximada) e o local da residência do proprietário. Arquivada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu.

181 Por essa fazenda fazer parte da relação indica que a data do documento demarca antes da metade dos anos 80, pois nesse período essa área é integrada ao projeto de reforma agrária, e constitui-se no Assentamento Miguel Isolar Sávio.

182 OFÍCIO. Enviado ao Coordenador Regional do Incra. São Miguel do Iguçu, 05 de set. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu.

O Sindicato dos Trabalhadores Rurais espera que todos os Sem-Terra se unam, participem das reuniões e entrem na luta pela conquista da terra. Sem união, organização e luta dos Sem-Terra não sairá Reforma Agrária neste país, que venhe atender a todos.<sup>183</sup>

Percebe-se a ênfase do sindicato, na busca por unificar todos os sem-terra em torno da luta pela terra, por um projeto de reforma agrária, que era tema de discussões, no interior do município, com uma proposta de reforma agrária, elaborada em setembro de 1985 em São Miguel do Iguaçu:

Os sem-terra do município de São Miguel do Iguaçu, PR, após estudo e debate sobre a realidade, apresentam sua proposta de acesso a Terra, pela Reforma Agrária.

Queremos Terra: Na região, de preferência no município, onde se cultive plantas que temos tradição de plantar. Os solteiros deverão receber 05 alqueires e os casados 10 alqueires. Não queremos terra de graça. Pagaremos em 20 anos com 05 anos de carência. O preço total da terra será convertido em quantidade de produto de maior expressão na área de assentamento. E esta quantidade será entregue ao INCRA dentro do prazo para o pagamento da terra. A terra ficará alienada ao INCRA até o saldo pagamento, não podendo por isto ser comercializada...<sup>184</sup>

A proposta tinha como objetivo a conquista da terra, no município, para a plantação de culturas conhecidas pelos sem-terra. Os sítios seriam pagos através da produção e não podiam ser comercializados até o fim do pagamento. Assim, a reivindicação por terra perpassava também a consciência de que era preciso uma infraestrutura básica para que pudessem produzir. Lutavam por isso, como evidenciam na continuidade do documento:

- a) Casa - Queremos cada de boa qualidade, no tamanho ideal conforme dependentes da família. A mesma será paga junto com as prestações da terra, na mesma modalidade.
- b) Escola – Deverá ser construída na área reservada pelo INCRA para tal fim, sempre se levando em consideração o número de alunos e distância. O professor deverá ser da comunidade e pago pelo governo.
- c) Posto de Saúde – Deverá ser construído Posto de Saúde com medicamentos e atendimento médico-ambulatorial e odontológico periódico...

Moradia, educação, saúde eram pontos básicos para que o retorno à terra, fosse possível. Juntamente com melhores estradas, eletrificação rural, cooperativas livres e

---

183 RELATÓRIO produzido durante Encontro de Coordenadores de Grupos de Sem-Terra. São Miguel do Iguaçu, 29 de agost. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu.

184 PROPOSTA de Reforma Agrária. São Miguel do Iguaçu, set. de 1985. Arquivada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu.

independentes dos órgãos governamentais,<sup>185</sup> e, ainda, financiamento para custeio da lavoura com juros subsidiados era outra necessidade do grupo, que lutava pela mudança nas práticas e políticas fundiárias e agrícolas do país.

Essas propostas surgiam a partir do cenário brasileiro lido pelos integrantes do movimento, que durante o ano de 1985, devido às pressões exercidas pelos diferentes movimentos sociais, visualizavam a efetivação da reforma agrária na “Nova República”<sup>186</sup>.

O Plano Nacional de Reforma Agrária (PNRA) seria aprovado com o fim da ditadura militar, pelo presidente da República, José Sarney, e os movimentos sociais de São Miguel do Iguçu posicionavam-se e continuavam a pressionar:

O movimento dos Sem-Terra deste município está tomando vulto. Existem até o presente momento 12 grupos de Sem-Terra no município se organizando. Há muitos agricultores por aqui sem-terra, seu número deve ultrapassar a casa das 1.500 famílias, na sua grande maioria bóias-fria. O município é dominado por completo por grandes latifundiários, completamente mecanizados e dispensando a mão-de-obra humana, fomentando assim o desemprego no meio rural...

Este Sindicato está desenvolvendo um sério trabalho de conscientização dos sem-terra quanto ao Plano Nacional de Reforma Agrária. Entendem os Sem-Terra daqui que a desapropriação apenas dos latifúndios improdutivos não solucionará o problema deles. Entendem que toda e qualquer latifúndio, esteja ou não produzindo, não está cumprindo a função social da terra. Querem ser assentados nesta região e que o Governo desaproprie tanta terra quanto necessária, ignorando se as áreas estejam ou não produzindo.<sup>187</sup>

Os sem-terra, ligados ao STR, maioria boias-frias, lutavam pela desapropriação das terras. Conforme o documento, enviado para o Bispo Diocesano de Chapecó, de Santa Catarina, Dom José Gomes, que tinha um histórico de atuação junto aos movimentos sociais<sup>188</sup>, os sem-terra de São Miguel defendiam a reforma agrária tanto das terras improdutivas quanto daquelas produtivas, pois viam que só assim seria possível atender a demanda dos trabalhadores. Buscaram angariar apoio para a conquista da demanda de luta.

A produção deste documento ocorreu, 10 meses, antes do presidente do STR sofrer uma tentativa de homicídio, como relata o próprio sr. Miguel:

---

185 PROPOSTA de Reforma Agrária. São Miguel do Iguçu, set. de 1985. Arquivada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu.

186 Período da História do Brasil definido com pós-ditadura, que teve início em 1985, após levantes populares, inclusive estes analisados aqui.

187 CARTA. Enviada pelo presidente do STR, Miguel Isolar Sávio, ao Bispo Diocesano de Chapecó, SC, Dom José Gomes, 22 de agost. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu.

188 NOSSA Igreja, Nossa Caminhada. Disponível em: [http://diocesechapeco.org.br/index.php?link=servico&menu=secretariado&id\\_servico=](http://diocesechapeco.org.br/index.php?link=servico&menu=secretariado&id_servico=). Acesso em 02 de outubro de 2010.

Então, em junho de 1986, eu sofri o atentado. Eu fui lá na minha sogra buscar minha filha mais nova, Juliana. Jantemos lá, comemos uns pinhões lá. Era dez e meia vim embora. O cara tava esperando com o trinta e oito na mão. A mulher se desesperou com a criança no colo. Pediu pelo amor de Deus que não atirasse, que se quisesse levar o carro nós dava, se queria entrar em casa e levar o que ele queria, mas que não atirasse. Aí, ele disse que queria dinheiro. Um assaltinho desses comuns. Coloquei a mão no bolso pra ver a fortuna que eu tinha pra dar pra ele, eu tinha lá 200, 300 reais. Joguei pra ele, aí quando joguei pra ele... Ele disse chegue mais perto de mim. Aí fiquei com medo. O desgraçado quer me matar mesmo. Aí eu dei dois passos pra frete, ele deu dois. Aí quando joguei o dinheiro ele... Aí, foi aquele desespero, né? As crianças se desesperaram [chorou]. Desculpa... Aí eu reagi, aquela gritaria: ‘Mataram o pai, mataram o pai...’ Eu reagi pra mostrar que não tava tão mal. Consegui ligar o carro, tirei pra fora. Encontrei minha mãe que vinha desesperada pra saber o que tinha acontecido. Eu disse: ‘Mãe espera. Espera um pouco nós já viemos’. Andei 50 metros com o pulmão furado, saindo sangue, aí a pressão baixou a tontura veio... Ai parei uns 50 metros pra cima da minha casa. ‘Vou ver minha mãe mais uma vez, né?’. Abri a porta e cai, desmaiei. Aí, ela e meu filho mais velho, que tinha 13 anos na época, me juntou, me botou no banco de traz e dirigiu até o hospital. Me levaram no hospital, hoje [2007] Costa Cavalcante. Naquele tempo era hospital Madeirinha da Itaipu. Chegando lá, a equipe de médicos estava esperando, maca e tudo. Sofri a cirurgia na madrugada inteira. Oito dias de UTI, vinte de hospital. Graças a Deus, eu sobrevivi. Acho que aquele movimento que eles tinham de matar lideranças sindicais e lideranças religiosas, acho que fui um dos poucos que sobrevivi.<sup>189</sup>

O atentado contra a vida era a reação mais evidente de violência da classe dominante agrária contra os que lutavam pela democratização do uso do solo. Desde 1985, tanto a CPT quanto a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) já vinham alertando as autoridades governamentais e policiais para a repressão que os movimentos dos trabalhadores rurais sofriam.

A CPT enviou para o Ministério da Justiça uma lista com nomes de agentes que eram reprimidos e dizia: “Os empresários rurais e os latifundiários, com seus exércitos particulares estão ameaçando a vida destes agentes pastorais”.<sup>190</sup> Não muito diferente, a CONTAG também buscou chamar atenção para os assassinatos no campo ao enviar ofício para o presidente, José Sarney:

... É assustador o aumento de assassinatos acobertados pela impunidade. A estatística é gritante: em 1983, tivemos uma média de 4 assassinatos por

---

189 SÁVIO, Miguel Isolar. Entrevista concedida em 08 de junho de 2007. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

190 AOS AMIGOS de todo o Brasil. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia, 03 de jul. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu.

mês: essa média em 1984 subiu para 5 e nos dez meses de 1985 para mais de 7. Foram friamente assassinados 239 lideranças de trabalhadores rurais e assessores, nos últimos 5 anos, computados aí somente aqueles constantes da relação elaborada com base em dados fornecidos pelas Federações e Sindicatos filiados, sendo que 73 desses, somente no ano de 1985. Os objetivos dos crimes são definidos: o indiscriminado aumento do lucro, a especulação, a super exploração do trabalho, a expulsão do homem da terra. E com isso são atingidos fundamentalmente os assalariados rurais, os posseiros e sua organização de classe...<sup>191</sup>

Não só estas organizações se posicionaram diante da violência praticada, como também pessoas da sociedade local mostraram-se solidárias. O advogado que atuava no STR, na década de 1980, Ijair Varmelati, escreveu uma carta ao presidente do STR de São Miguel do Iguaçu.

Como cidadão São Miguelense não poderia de repudiar este ato de violência praticado contra o presidente desta entidade, ato que classifico como irresponsável e criminoso. É bom ressaltar a grande e elogiável atuação dessa entidade que vem desenvolvendo em favor daqueles marginalizados economicamente, que nunca puderam ter acesso a um pedaço de terra para semear, e promover o sustento de suas próprias famílias. Vem demonstrando, esta entidade, grande maturidade, que, em nossos dias, e frente as mudanças que nossa sociedade reclama, não poder mais um sindicato preocupar-se exclusivamente como os seus problemas burocráticos, mas sim, ter uma atuação de conscientização sobre direitos e deveres, lutar pela Reforma Agrária como exigência ética, ser solidário com as legítimas aspirações como as dos sem-terra. Só os latifundiários radicais e extremamente reacionários não conseguem entender as urgentes mudanças que reclama a nossa sociedade, e que é através de uma melhor distribuição da terra onde todos possam ter acesso a mesma é que o Brasil vai dar um passo decisivo para o seu desenvolvimento. Como homens de bom censo, não podemos ficar calados diante de tais acontecimentos, mas é nosso dever pedir providências enérgicas e imediata das autoridades competentes, para conter definitivamente este estímulo aberto a violência e punir os responsáveis.<sup>192</sup>

Ao destacar as ações, realizadas pelo STR, o missivista esperava, diante de tal acontecimento que as “autoridades” tomassem iniciativa de punir os responsáveis, para que tais atitudes não voltassem a ocorrer. Contudo, até 2010, não se conhecia os culpados pelo atentado contra sr. Miguel Isolar Sávio e o caso continuava impune.

---

191 OFÍCIO N°-AJ/2565/8. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura para o presidente da República, José Sarney. Brasília, 29 de out. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu.

192 CARTA. Escrita por Ijair Varmerlatti enviado ao presidente do STR. Caxias do Sul, 04 de agost. de 1986. Arquivada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu.

Esses apelos ajudavam a denunciar os conflitos sociais, vividos na disputa de projetos para o campo. Mas, nem com a vida daqueles que lutavam pela RA ela foi possível. E o presidente José Sarney adiou os debates sobre o PNRA e não o colocou em prática.

Mesmo assim, as discussões para a elaboração do projeto que tinha como objetivo uma distribuição mais igualitária da terra, ocorreu entre os sindicalistas de São Miguel do Iguaçu. Apesar da amplitude dessas, nem todos os trabalhadores associados, que não tinham terra, procuravam o sindicato para suprir tal demanda, como se apresenta no caso do sr. Orestes Vieira de Jesus.

O boia-fria, sr. Orestes, que não conseguiu se aposentar e recebe auxílio idoso<sup>193</sup>, 71 anos, casado, três filhos, veio de Cruz do Cavalcante, Sergipe. Depois de passar por São Paulo e pelo norte do Paraná, chegou a São Miguel do Iguaçu, na Vila Guanabara, em 1973. Sr. Orestes explica como viveu esse processo:

A minha vida era trabalhá de boia-fria na roça, aí. Trabalhava num canto, trabalhava em outro. Não tinha temporal, assim do tempo, era em baixo de geada, catava milho na palhada. Era desse jeito. Em volta tudo aqui, até na beira do Parque aqui, trabalhava. Santa Maria, a Bombaia aqui, o Junqueira. Aqui tudo trabalhava. Eu tirava daqui até Nova Roma de a pé, quando o Celsinho [empreiteiro] não podia vim buscá. Ia...de enxada, arrumava a marmita i ó... (...) Também os boia-fria que vinha de lá [Sergipe], de pau de arara, vinha a fim de trabalhá, não vinha ficá zoando, passeando, não. Vinha com aquele interesse, vinha naquele interesse de trabalhá, de ganhá a vida.<sup>194</sup>

A memória de sr. Orestes delimita o espaço de sua vivência pelas fazendas onde trabalhou e pelas dificuldades, encontradas durante as jornadas de trabalho.

Enquanto o sr. Orestes deixava para trás a falta de trabalho - “vinha naquele interesse de trabalhá, de ganhá a vida” -, em um registro no Livro Tombo 1, de abril de 1974, encontrou-se a caracterização desses trabalhadores como “caboclos” com “pouquíssima cultura”:

A população atual é cerca de 38.000 mil. A maioria católicos, agricultores. As famílias são provenientes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina (...). Nos últimos anos começou a chegar uma avalanche de caboclos,

---

193 Conforme a Lei Orgânica da Assistência Social, nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, a assistência social tem por objetivo a garantia de um salário mínimo de benefício mensal ao idoso que comprove não possuir meios de prover a própria manutenção ou de tê-la provida por sua família. Assim, ao não conseguir se aposentar o boia-fria recebe esse auxílio idoso.

194 JESUS, Orestes Vieira; JESUS, Santa de. Entrevista concedida em 17 de maio de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências da residência do casal, na Vila Guanabara, São Miguel do Iguaçu/PR.

provenientes do Norte do Paraná, São Paulo, Minas, Espírito Santo, Bahia, Alagoas etc. Famílias semi nômades, sem capital, com muitos filhos, pouquíssima cultura, pouquíssimo conhecimento em religião, e muita escassa vivência religiosa, apesar de serem na maioria católicos.<sup>195</sup>

Esse registro, provavelmente tenha sido feito pelo padre Beniamino Rossato<sup>196</sup>, que via com estranheza a presença dos trabalhadores que se deslocavam das regiões norte e nordeste do Brasil. No documento, os trabalhadores foram estigmatizados, tratados pejorativamente. “Apesar de serem maioria católicos”, mas não são sulistas.

Mesmo tendo que conviver com essa avaliação por parte da Igreja Católica, de que eram pobres com pouca cultura e raro conhecimento em religião, sr. Orestes deu sequência à sua vida no município e filiou-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais:

Quando eu cheguei do norte do Paraná, em pouco tempo eu já me liguei, já entrei de sócio no sindicato... Porque eu achei que era conveniente, que era bom. Se eu tenho uma coisa que eu preciso, de necessidade, eu vô nos pés dele lá [do atual presidente do STR, Claudio Aparecido Rodrigues] (...) Ajuda... com uma informação, uma coisa que era preciso eles ajeita, eles ajeitava pra mim...<sup>197</sup>

Sr. Orestes associou-se ao sindicato, em oito de novembro de 1983, ou seja, 10 anos após sua chegada ao município. Quando questionado se na época em que se filiou chegou a participar do sindicato, é a mulher boia-fria, sra. Santa de Jesus, que recebe auxílio, 75 anos, casada com o sr. Orestes, três filhos, que também veio de Sergipe, que se posiciona e esclarece porque o sindicato não esteve presente na vida do casal, e de outros trabalhadores rurais da Vila Guanabara, nos anos de 1980:

Mas é que no passado o povo só trabalhava, não pedia informação de nada. Hoje nós estamos mais esperto, mais sabido, o povo antigamente, no passado só trabalhava, trabalhava ia pra roça de madrugada i chegava a noite, assim era a lida. As mulherada boia-fria deixava comida pronta pros filho no fogão a lenha e se mandava. No fim de semana, nos domingo, que lavava as roupa nas tábuas nos córrego. Todas elas aqui. Então, no passado a gente não ia atrás de lei, de nada, de sindicato. Pagava né, i já... E hoje é mais...<sup>198</sup>

---

195 LIVRO Tombo 1, do ano de 1958 à 2000. Paróquia São Miguel, de São Miguel do Iguçu. p 07 (verso).

196 Conforme assinatura contida na página 6 (verso) do Livro Tombo 1, do ano de 1958 à 2000. E segundo o registro na página 14 (verso) também do Livro Tombo 1, do ano de 1958 à 2000.

197 JESUS, Orestes Vieira; JESUS, Santa de. Entrevista concedida em 17 de maio de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências da residência do casal, na Vila Guanabara, São Miguel do Iguçu/PR.

198 Idem, ibidem.

A longa jornada de trabalho, na roça e em casa, como argumenta a boia-fria, foi um dos fatores que dificultou a relação com o STR. Ao dizer que, em 2010, os trabalhadores estão mais “esperto” reflete, diante da dificuldade de aproximação com o sindicato no passado, evidenciando um possível sentido de não representação. Assim, o sindicato não intervinha quando havia a necessidade de negociar tempo de trabalho ou remuneração, atitude tomada pelos próprios boias-frias, segundo lembra sr. Orestes:

É... nós todos ali na roça mesmo, nós todos que tava ali trabalhando, já falava com ele [patrão]. E ele não ia contra, ele aumentava né? Mas aquele aumento já não dava por causa da inflação, já não dava pra cobrir... (...) É, é... ele aumentava pouquinho ali a diária, pra ganhar mais um pouco, mas mesmo assim, com aquele aumento já não dava...<sup>199</sup>

Na memória desses trabalhadores, que lutaram por melhores condições de trabalho, diante da prática de negociação, não fica caracterizada a presença do sindicato, na década de 1980, pois, como ficou demarcado anteriormente, o envolvimento maior da categoria de bóias-frias no STR era na questão da terra, e não nas reivindicações sobre o preço pago pela diária ou sobre as condições de exploração da força de trabalho.

O sindicato buscou discutir os processos de negociação com os patrões, porém, eram ações direcionadas mais aos trabalhadores rurais assalariados permanentes do que aos boias-frias, como se verificará a partir de agora.

A autora, Maria Aparecida de Moraes Silva destaca que desde a aprovação do ETR, em 1963, houve uma “polarização” da luta dos trabalhadores rurais, entre volantes e assalariados permanentes:

Eis um ponto que toca o centro da questão, segundo o qual os trabalhadores permanentes são mais onerosos e, por isto, eles são despedidos, para serem, em seguida, admitidos como volantes, isso é, uma força de trabalho mais barata, porque os gastos sociais não seriam computados. Segundo tal raciocínio, o ETR desempenhou um papel fundamental na expulsão destes trabalhadores das fazendas. Este estatuto não deve ser considerado como um meio de melhorar as condições de vida dos trabalhadores; ele representou justamente o contrário, pois regulamentou a intensificação da exploração da força de trabalho<sup>200</sup>.

---

199 Idem, *ibidem*.  
200 SILVA, Maria Aparecida de Moraes., op. cit., 1999. p 115.

Assim, conforme a autora, o estatuto, ao estabelecer pontos que poderiam melhorar as condições de trabalho dos trabalhadores rurais assalariados permanentes e entendidos pelos patrões como onerosos e de diminuição nas possibilidades de maior exploração, teria contribuído para restringir os contratos permanentes, transformando boa parte dos trabalhadores em boia-fria.

Com relação a esta condição de trabalho, aquela autora enfatiza ainda outras duas leis: a Lei nº 5.889, no ano de 1973, quando os volantes “passaram a ser chamados de empregados rurais. Os empregados rurais eram aqueles que trabalhavam diretamente para um empregador rural em bases não-eventuais”<sup>201</sup> e a Lei nº 6.019, de janeiro de 1978, que “definiu o trabalhador eventual ou temporário como aquele que não ultrapassava noventa dias.” Esta lei condicionava também que “se um trabalhador fosse contratado por um intermediário, ele não teria direito algum pela nova lei como forma de excluir definitivamente os chamados eventuais da legislação”.<sup>202</sup> Segundo Morais, as leis, pela interpretação e práticas, adotadas pelos patrões, favoreceram o crescimento no número de bóias-frias, ao mesmo tempo em que não garantiria direitos aos trabalhadores naquele regime de trabalho.

Em São Miguel do Iguaçú, desde 24 de novembro de 1979<sup>203</sup>, assembleias sindicais deliberavam sobre as Convenções Coletivas de Trabalho e os Dissídios Coletivos. Conforme a ata da assembleia geral extraordinária um dos pontos discutidos naquela ocasião foi:

Apreciação do percentual do aumento salarial e outras reivindicações de caráter econômico social visando a celebração da convenção coletiva de trabalho ou dissídio coletivo na agricultura digo da categoria profissional dos trabalhadores na agricultura.<sup>204</sup>

Pela primeira vez, oficialmente no STR, 221 associados reuniram-se para deliberar sobre condições de trabalho dos trabalhadores rurais.

Na ocasião, foi apresentada pelo presidente ao plenário, a importância e as normas exigidas para a formalização da Convenção Coletiva de Trabalho e do Dissídio Coletivo. Ele esclareceu que, em caso de insucesso nas negociações na esfera administrativa, o processo

---

201 Idem, *ibidem*.

202 Idem, *ibidem*.

203 ATA do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, São Miguel do Iguaçú, 24 de nov. de 1979. Arquivada no STRs. p 04-08.

204 Idem, *ibidem*.

seria encaminhado ao Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região, para instauração do Dissídio Coletivo. Assim, a assembleia dava continuidade ao trabalho:

O Sr. Presidente informou a assembléia que a Convenção Coletiva de Trabalho ou o Dissídio Coletivo, constituem-se na forma mais importante e viável, pela qual a categoria através do sindicato em sua base territorial tem possibilidade de conseguir melhores condições para os trabalhadores na agricultura. Esclareceu ainda o Sr. Presidente que a Assembléia tem por objetivo o exame e deliberação que deverão ser pleiteadas na convenção coletiva de trabalho.<sup>205</sup>

A atitude, assumida, de que a Convenção Coletiva de Trabalho ou Dissídios Coletivos seria a maneira “mais importante e viável” de reivindicar, aponta para a organização de um padrão na luta desses trabalhadores, ou seja, as ações davam-se diante dos pontos preestabelecidos e negociáveis com os patrões, associados à entidade patronal, no campo da negociação com respaldo judicial.

Assim, a assembleia aprovou os itens base das reivindicações sindicais que seriam celebrados com o Sindicato Rural Patronal, e que deliberavam sobre questões de salário, jornada de trabalho, saúde, término do vínculo empregatício e obrigações para além da jornada, como moradia e educação dos trabalhadores assalariados rurais permanentes e temporários. Sobre a questão salarial os trabalhadores definiram:

1- Fixação do piso salarial da categoria profissional da agricultura no valor de Cr\$ 4.500,00 (quatro mil e quinhentos cruzeiros) acompanhados os percentuais de reajustes estabelecidos através da variação do índice nacional de preço ao consumidor; 2- aumento de 70% (setenta por cento) sobre salários vigentes percebidos pelo trabalhador rural na data base que vier a vigorar; 3- com vigência a partir de 1 de fevereiro de 1980; 4- assegurar salário igual para empregado admitido no lugar de outro demitido ou desligado do emprego; 5- alimentação gratuita, farta e sadia a todos os trabalhadores rurais. Os empregadores com 10 (dez) ou mais trabalhadores rurais inclusive o assalariado temporário, quando tal não ocorrer, o empregador pague adicional de 20% (vinte por cento) ao trabalhador, calculando sobre o seu salário. 12- assegurar aos trabalhadores o fornecimento no ato do pagamento do seu salário, cópias de comprovante de quitação contendo a discriminação das importâncias pagas e descontos efetuados e identificação do empregado; 20- assegurar que as horas extras, habitualmente trabalhadas, sejam consideradas integrais para todos os efetivos, na remuneração do trabalhador tanto para cálculo de aviso-prévio como de férias, 13º salário, descanso semanal remunerado, feriados, indenização por tempo de serviços; 30- reivindicamos que o empregador conceda licença remunerada em meio dia de sábado por semana, com

---

205 Idem, ibidem.

condução gratuita a fim de o trabalhador deslocar-se para o centro comercial para realizar compras de alimentos e vestuário; 31- fica assegurado na menor produção por empreitada ou por tarefa uma remuneração nunca inferior ao salário básico da categoria; 32- fica o empregador obrigado a efetuar o pagamento da remuneração do trabalhador rural em moeda corrente.<sup>206</sup>

Essas reivindicações perpassavam as relações de trabalho tanto dos trabalhadores permanentes, fixos nas propriedades rurais, com também do temporário “que não ultrapassava noventa dias”<sup>207</sup>. O boia-fria que trabalhava por dia de maneira aleatória e recebia pela diária, portanto, estava sem garantias trabalhistas.

Diante disso, a questão salarial, um dos primeiros pontos discutidos, é bastante relevante, não tanto pelo piso salarial (que parece não ser muito elevado), mas pelo reajuste de 70% exigido na data base da categoria, considerando que não é um aumento em relação ao piso fixo, mas sim pelos “reajustes estabelecidos através da variação do índice nacional de preço ao consumidor”, mesmo considerando a inflação, é uma reivindicação bastante ousada, que poderia quase dobrar o salário do trabalhador rural no próximo ano.

Sobre a jornada de trabalho a assembleia definiu:

7- assegurar pelo trabalho nos horários extras ou noturno o pagamento pelo empregador de um adicional de 50% (cinquenta por cento) calculando sobre o valor da hora normal; 8 – assegurar que as horas trabalhadas em domingos e dias feriados não compensadas em outro dia da semana sejam pagas em dobro; 9- assegurar o fornecimento de transporte gratuito aos trabalhadores, com totais condições de segurança, de acordo com as leis vigentes do trânsito, inclusive proibindo carregar ferramentas de trabalho, desde o ponto de recolhimento do pessoal até o local de serviço, e vice-versa, e de uma propriedade a outra do empregador; 10- assegurar que o tempo que transcorrer no transporte do trabalhador rural até o local de serviço, e vice-versa, independente de quem o transporta, seja considerado como trabalhador a disposição do empregador, para efeitos de remuneração, obviamente com todos os benefícios da legislação trabalhista e previdenciária; 11- assegurar aos trabalhadores, inclusive aos temporários, salários integrais quando estes se encontrarem a disposição do empregador mesmo nos dias em que não houver trabalho por motivos climáticos; 13- assegurar o fornecimento pelo empregador de ferramentas de trabalho e vestimentas adequadas ao serviço; 14- fornecimento de equipo de proteção contra acidentes de trabalho e meios de proteção que o serviço requer.<sup>208</sup>

---

206 Idem, *ibidem*.

207 BRASIL. Lei nº 6.019, de janeiro de 1978. In: SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *Errantes do Fim do Século*. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999. p 115.

208 ATA do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, São Miguel do Iguaçú, 24 de nov. de 1979. Arquivada no STRs. p 04-08.

Garantir os pagamentos em horários que a jornada de trabalho é ampliada com trabalho extra apresentava-se como um dos pontos fundamentais a serem regularizados, e a assembleia pontua essa situação, exige um adicional de 50%, sobre a hora normal, quando da realização de horas extras. Feriados e domingos trabalhados também requeriam, a partir das reivindicações, pagamentos diferenciados.

Esses pontos são analisados embasados nas experiências vividas pelos trabalhadores do município de São Miguel do Iguaçu. Sr. André Izalino Cardoso, exerceu a atividade de parceiro e como trabalhador assalariado rural permanente, desde 1980, em três fazendas de São Miguel do Iguaçu.

Sr. André chegou em São Miguel do Iguaçu, em 1966, depois que os pais venderam a pequena propriedade no município de Osório, no Rio Grande do Sul: “Daí veimô pra cá, pra vê se as coisas melhoravam um pouco. Tamó aí até hoje”<sup>209</sup>.

Ele nasceu, em 1948, com 62 anos quando da entrevista, estudou até a quarta série do ensino primário. Em São Miguel do Iguaçu, ele casou-se, teve seis filhos, e continuou a vida na terra dos outros:

Quando eu cheguei no Paraná, cheguei em 66/67 por aí. Quando eu entrei, isso aí era mato, ainda muito mato, aí. Entrei como um parceiro, né? Tendo um parceiro como Danilo Barbieiro, que sempre teve comigo e com meu pai. Daí ficamos trabalhado ali e logo meu pai também entrou de sócio do sindicato.<sup>210</sup>

Sr. André Izalino Cardoso associou-se ao sindicato, em 16 de outubro de 1973, momento em que trabalhava como parceiro, ou seja, o dono da terra “dava a terra pra nós trabalhar, desmata tudo e daí a oitava parte do que nós colhia nós dava pra ele”.

Sem conseguir comprar terra, sr. André, no início dos anos de 1980, passou a trabalhar em fazendas, como trabalhador rural assalariado permanente: “... Quando eu fui trabalhá em fazenda, a carteira foi assinada sempre”. Nesse período, em que trabalhou para os fazendeiros teve a jornada de trabalho ampliada:

Trabalhava pro Toninho não ganhava hora extra. Quando eu saí do Hugo Borges eu tava tirando leite, eu e a mulher tinha que tirar leite e não ganhava. No começo eu ganhava uma porcentagem do leite, daí ele ponhô

---

209 CARDOSO, André Izalino. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

210 Idem, *ibidem*.

ordenhadeira e ponhô mais vaca daí não deu mais. No Hugo Borges não ganhei, no Toninho também não ganhei hora extra.<sup>211</sup>

Realizou trabalho extra nas fazendas e não recebeu além do salário. Mesmo com a tentativa da assembleia coletiva de buscar regular essa prática dos patrões com um adicional de 50%, quando se tratava de horas extras, o trabalhador afirma que trabalhou além das horas dos contratos de trabalho sem receber, ou seja, os empregadores exploravam a força de trabalho locada nas fazendas sem controles.

A relação entre jornada de trabalho e saúde dos trabalhadores, também fizeram parte das discussões que versariam sobre os pontos da Convenção Coletiva:

15- assegurar um adicional de 50% (cinquenta por cento) calculado sobre o salário da categoria a todos os trabalhadores que exerçam atividades com defensivos agrícolas na época de sua aplicação bem como outras atividades prejudiciais a saúde, nestes casos a jornada de trabalho seja reduzida de 8 (oito) para 6 (seis) horas; 16- reconhecimento por parte dos empregadores de atestados médicos e odontológicos passados por profissionais contratados pelos Sindicatos ou que tenham convênio com a previdência social; 17- assegurar o pagamento dos dias que o trabalhador rural ficou impossibilitado de trabalhar, por motivo de doença comprovada; 18- assegurar ao trabalhador que recebe alta médica após qualquer enfermidade uma estabilidade de 180 dias no serviço, a fim de evitar que uma dispensa intempestiva venha afetar a sua saúde e condições de vida dele e da família; 19- assegurar estabilidade provisória à gestante de, no mínimo, 60 dias após o período de afastamento; 21- que o empregador fique obrigado ao pagamento correspondente a complementação da diferença de remuneração do empregado em caso de acidente do trabalho ocorrido a seu serviço, durante o período de inatividade; resultado do acidente redução da capacidade do empregado este imediatamente passa a ser considerado estável; 24- fique sobre as custas do empregador e obrigado ao mesmo a contratação de seguros pessoais contra acidentes, com cobertura a todos os seus trabalhadores;<sup>212</sup>

Estabilidade de emprego e salário, em caso de acidente de trabalho para que o trabalhador pudesse garantir as condições de vida dele e da família, perpassavam diferentes itens, discutidos pelos sindicalistas, que visualizavam garantir o bem-estar do assalariado rural.

Mais uma vez, problemas de saúde foram enfrentados pela família de sr. André, na década de 1970, quando ele trabalhava no sistema de parceria. Na época, o sindicato o

---

211 Idem, ibidem.

212 ATA do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, São Miguel do Iguaçú, 24 de nov. de 1979. Arquivada no STRs. p 04-08.

atendeu, encaminhando sua esposa para se tratar em Cascavel, pois tinha um problema grave no estômago.

Porém, quando ele quebrou o nariz, em um acidente de trabalho, não era mais o sindicato que o atenderia, pois era contratado da fazenda do sr. Arlindo Mosé Cavalca: “... Tava amansando cavalo e a aveia... tinha dado uma chuva tinha aquele morundungo, aí no subir ele caiu, quando ele caiu pegô pro lado... daí eu caí e daí ele deu um coice aqui [no nariz] e quebrou. Aí, eu fiquei internado desde sábado até quarta-feira”. Quebrou o nariz em um acidente de trabalho. Questionado se nesse período teve mais tranquilidade, pois era um funcionário assalariado fixo, em poucas palavras, ele diz: “Sim, daí sim!”.

Ele recebeu o salário sem poder trabalhar, como haviam definido os trabalhadores no item 17: “Assegurar o pagamento dos dias que o trabalhador rural ficou impossibilitado de trabalhar, por motivo de doença comprovada”.

E os patrões teriam ainda obrigações para além da jornada de trabalho, como por exemplo, com moradia e educação:

6- O local de residência deverá ficar afastada pelo menos 500 m (quinhentos metros) da lavoura sujeita a tratamento com defensivos agrícolas; 22- assegurar que as fazendas que empregam um número de 30 trabalhadores ou 20 crianças em idade escolar mantenha uma escola de ensino primário para a frequência dos filhos de seus empregados; 23- seja fornecido pelo empregador uma área de terra próxima da residência do empregado no mínimo 2 (dois) hectares para que estes possam explorar culturas hortigranjeiras ou outras culturas de seu interesse, criar animais para sua subsistência e da família; 33- assegurar o direito do trabalhador rural, na lavoura canavieira e nas destilarias de álcool a serem instaladas, de 2 (dois) ha. de terra próximo de sua residência para a cultura de produtos ou criação de animais de interesse a sua subsistência, de acordo com o estatuto da lavoura canavieira.<sup>213</sup>

Quanto à área para explorar culturas para a subsistência do trabalhador e da família, que não estava presumida no ETR, previa aqui, no mínimo dois hectares para uso familiar. Contudo, Maria Aparecida de Moraes Silva afirma que:

A Lei nº 5.889, de 1973, proibia explicitamente os descontos nos salários por conta dos gêneros alimentícios produzidos pelos próprios trabalhadores. Ora, a base do colonato era o trabalho familiar e a roça de subsistência. Em geral, esta produção era assegurada pelo trabalho do colono, por meio do contrato familiar.<sup>214</sup>

---

213 ATA do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, São Miguel do Iguacu, 24 de nov. de 1979. Arquivada no STRs. p 04-08.

214 SILVA, Maria Aparecida de Moraes., op. cit., 1999. p 115.

Conforme argumentos da autora, com a lei aprovada, não haveria desconto no salário daquilo que mulher e filhos produzissem na área destinada à subsistência. Com essa mudança nos costumes, os contratos de trabalho tornavam-se individuais, para cada membro familiar. Deixavam de produzir alimentos para a família, para se tornar empregados da fazenda ou fora dela. Ainda de acordo com a autora, isso transformou o cotidiano desses trabalhadores, no sentido da “individualização” do trabalho. O homem deixava de ser o provedor da família e cada um passava a vender a força de trabalho separadamente no mercado. Assim, sem tempo para dedicar-se à produção de subsistência, com mais trabalho além do salário, necessitavam ir ao mercado (além de vender a força de trabalho) comprar a alimentação, que antes produziam. Ações essas, que “regulamentaram a expulsão dos trabalhadores do campo, retirando-lhes não apenas os meios de subsistência como também os direitos trabalhistas”<sup>215</sup>.

Sr. André evidencia um pouco esse modo de morar nas fazendas. “Pra plantá alguma coisa tem. (...) Só que não tinha tempo, né? Quem tivesse tempo podia plantá, e tem até hoje [2010] também a horta, lá tem”<sup>216</sup>. Tinha espaço para uma pequena produção para sua subsistência e da família próxima a casa. Contudo, o tempo dedicado ao serviço na fazenda, não permitia por muito a utilização do mesmo.

Já os boias-frias da Vila Guanabara, sem ter um roçado perto das moradias para ajudar nas despesas das famílias, estabeleciam outros modos de vida. O sr. Orestes diz que “... no sábado, no domingo que não ia trabalhá... o que sobra na palhada, aí o pessoal vai e cata. (...) Quebra até o galho dos boias-frias, até hoje [2010], a turma vai catá e vende”<sup>217</sup>. Ou seja, os boias-frias costumavam fazer a respiga, catando as sobras das roças, que acabavam vendidas ao proprietário das terras Alceno Mertz e dona da Cerealista, na vila. Estes trabalhadores estabeleciam estratégias de sobrevivência, ligadas ao trabalho, exercido cotidianamente, para além do que se convencionava na lei.

Já sobre o término do vínculo empregatício a assembleia decidira por:

26- assegurar a qualquer tipo de rescisão de contrato de trabalho que atinja qualquer membro da unidade familiar seja extensivo aos membros da família que exerçam atividades na propriedade para todos os afeitos legais, inclusive sem justa causa; 27- seja acrescido no salário diário do trabalhador temporário um valor proporcional referente ao 13º salário, férias e domingos

---

215 Idem, *ibidem*.

216 CARDOSO, André Izalino. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

217 JESUS, Orestes Vieira; JESUS, Santa de. Entrevista concedida em 17 de maio de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências da residência do casal, na Vila Guanabara, São Miguel do Iguaçu/PR.

remunerados, incluindo a indenização; 28- assegurar ao trabalhador despedido com ou sem justa causa, permanecer na propriedade do empregador até 90 dias após a quitação de seus direitos trabalhistas; 29- que o empregador fique obrigado a conceder aviso prévio mesmo na rescisão de contrato de trabalho sem justa causa. 34- fiquem os trabalhadores com direito, na rescisão dos contratos de trabalho por tempo indeterminado, inferiores a 12 (doze) meses, a indenização proporcional; 35- assegurar ao trabalhador rural que não possa ser despedido após 90 dias de trabalho na propriedade a não ser por justa causa devidamente comprovada.<sup>218</sup>

Garantias de que o empregador desse aviso prévio mesmo quando não fosse justa causa e que, depois do rompimento do contrato de trabalho, o trabalhador pudesse permanecer por três meses na propriedade, apresentam-se como ideais a serem conquistados na prática das relações entre empregados e patrões.

Foi na vivência destas situações, rompimento nas relações de trabalho e das transformações de trabalhador assalariado permanente em boia-fria, que a trabalhadora rural aposentada, sra. Maria Madalena de Barros, 73 anos, viúva, 13 filhos, originária de Campo Belo, Minas Gerais, procurou o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu, no fim dos anos 1970. Apesar de não dizer claramente que foi uma assalariada rural, na busca por reforçar que sempre foi boia-fria (pois, foi devido ao exercício dessa atividade que ela conseguiu se aposentar)<sup>219</sup>, ela inicia sua fala, descrevendo algumas relações de trabalho vividas por ela como empregada numa fazenda no interior do município:

... Vinha lá da beira do parque, lá onde começô o São José, lá em baixo. Eu ia a pé por lá em São Miguel, pra arrumar essas coisas [depois que o esposo e a filha morreram, a casa pegou fogo e ela ficou sem aparo do dono da terra]. Aí fui lá conversei lá no sindicato. (...) Ele [presidente do sindicato] falou: ‘A senhora tem direito que o marido morreu lá, a filha, bem dizê, tava lá também e morreu. A casa pegou fogo... eles não ligaram pra nada, então a senhora tem direito de recorrer a esse negócio aí.’ Aí ele falou: ‘A senhora tem o direito de pedir uma casa’. No sindicato eu fui. Ele falou: ‘A senhora tem o direito de pedir uma casa onde a senhora quiser’. Mas a gente com a cabeça atormentada como eu tava, falei: ‘Tá bom’. Aí ligaram pra Marciel [patrão] lá em Bandeirantes. Aí ele veio. ‘É, a senhora não precisava mexe com esse negócio de lei, não precisava lei, que nós se ajeitava.’ Mas, já tava um ano que eu tava lá jogada e ele não apareceu. ‘Que nós acertava tudo, não precisava mexê com negócio de lei porque...’ Eu falei: ‘Seu Marciel acertava tudo, mas ninguém apareceu aqui pra fala nada pra mim. Eu tô

---

218 ATA do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, São Miguel do Iguaçu, 24 de nov. de 1979. Arquivada no STRs. p 04-08.

219 A questão do boia-fria na busca por se aposentar, em São Miguel do Iguaçu, teve uma série de problemas que serão detalhadas no próximo capítulo.

passando fome com as criança aqui'. Aí tá. (...) Aí ele disse: 'Pra onde a senhora quer ir?' Aí, eu pensei bem assim, aqui eu tinha uns conhecidos meus, que era lá da Usina [perto de Cornélio Procópio, norte do Paraná] que nós tinha morado junto, lá. Oito anos nós tinha morado junto, lá, tudo vizinho e morava aqui. Perdida por perdida: 'Eu quero ir na Guanabara...'<sup>220</sup>

Sra. Maria relata como reivindicou e conquistou seus direitos como trabalhadora rural assalariada permanente. Enfatiza como a iniciativa de buscar o sindicato, para ajudar na negociação, não foi bem vista pelo patrão, pois queria resolver o conflito trabalhista de forma direta, no nível pessoal, por meio da influência e poder do patrão, com o argumento "que nós acertava tudo". A busca por harmonizar o conflito de classe, não foi aceita pela trabalhadora, que, através do sindicato, fez valer seus direitos.

Após conquistar a casa própria, a sra. Maria mudou-se para a Vila Guanabara, onde iniciou o trabalho como boia-fria, atividade que exerceu até se aposentar, em 1993, uma vez que, iniciada a atividade como volante, ela não conseguiu mais ser admitida como trabalhadora permanente.

A sra. Maria Madalena de Barros, sr. Orestes Vieira de Jesus, a mulher sra. Santa de Jesus são todos boias-frias, que residem na Vila Guanabara<sup>221</sup>. Mas, não são só eles. A vila foi formada por famílias de boias-frias e é diferente das outras vilas, situadas no meio rural do município em que predomina uma diversidade de categorias de trabalhadores e também de patrões.

A Vila Guanabara, interior de São Miguel do Iguazu continuava, em 2010, uma vila de boias-frias. Sra. Maria através da memória, tenta aproximar as transformações que viveu:

Primeiro era caminhão, tinha três caminhão pegando gente aqui. Tinha muita gente aqui. (...) De primeiro tinha bastante trabalho, primeiro tinha. Depois, tudo em roda, esses maiores, esses mais grandes, tudo chamava pra trabalhá, né? E agora, minha filha, tá de um jeito que tá passando é fome. É quase todo mundo que não é aposentado passa fome. Que aqui não tem nenhum líder pra comandá, aqui é largada sabe? A Guanabara, eles deixa. 'Esqueci daquele lugar ali'. Aqui tá largado. Aqui mesmo, tinha um povo ali, que eu conheço, não tinha nada pra comê. Aí, em Santa Terezinha tinha um crente

---

220 BARROS, Maria Madalena. Entrevista concedida em 17 de maio de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências da residência da trabalhadora, na Vila Guanabara, São Miguel do Iguazu/PR.

221 Como na Vila Guanabara em São Miguel também tem a Vila Paulistana, que é uma vila formada principalmente por bóias-frias. Já na área urbana eles se residem nos bairros periféricos, como no Sagrado Coração de Jesus.

lá, dessa Igreja aqui, da Assembléia, ele tava dando cesta básica pra turma aí. Tá feio.<sup>222</sup>

A trabalhadora delimita os tempos, aquele vivido no passado quando tinha trabalho e muita gente na vila, e o presente, quando o lugar está “largado” e as famílias passam fome. Essa divisão entre passado e presente se dá, a partir do dia a dia na vila. A trabalhadora viveu a Vila Guanabara dos anos de 1980, com oferta de trabalho nas grandes fazendas, ao redor do vilarejo. E se viu sem serviço com o passar dos anos.

Trabalhava no algodão, no algodão trabalhava bastante. A safra de algodão naquele tempo era bom, né? Porque tinha algodão. Quando acabava um, passava pra outro, né? (...) E agora não tem mais nada. Agora precisava colocar alguém que cuidasse disso aqui. Que ninguém cuida. O Alceno [Mertz, proprietário rural] é o maior daqui, pra ele, ele não tá nem aí. Ele tá comendo, tá bebendo, os outros que se dane. O genro dele, era pra por ele pra cuidá, mas o genro dele disse que falô: ‘Diz que qué que todo mundo da Guanabara morre de fome’. Um lugar desse vai acabá. Os que podê fica aqui são os aposentados, que não trabalha mais, né? Mais o resto, que trabalha, essas crianças, povo que tem tá tudo saindo...<sup>223</sup>

Conforme relata esta boia-fria aposentada, é possível perceber as mudanças que ocorreram nos modos de vida e nas relações de trabalho na vila, com a diminuição da necessidade de mão-de-obra. As transformações que ocorreram nas terras dos fazendeiros devido à compra de tratores, colheitadeiras, aplicação de venenos e a plantação de monoculturas da soja e milho, não é assim descrita pelos trabalhadores, que relatam essas modificações pelo esvaziamento da vila (“povo que tem tá tudo saindo”).

Essa experiência também foi descrita por outro boia-fria, o sr. Orestes: “Essa vila aqui [Vila Guanabara] era completa de gente, aí... depois foi mecanizado, o povo foi indo embora. Aí ficou assim... abandonada, quase sem gente, sem nada...”<sup>224</sup>. Apesar de citar a mecanização, ele destaca o abandono, é assim que conceitua o que outros caracterizam como progresso e modernização, apontando que a experiência desses trabalhadores estabelece um lado desigual desse processo vivido ao longo dos anos.

---

222 BARROS, Maria Madalena. Entrevista concedida em 17 de maio de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências da residência da trabalhadora, na Vila Guanabara, São Miguel do Iguçu/PR.

223 Idem, ibidem.

224 JESUS, Orestes Vieira; JESUS, Santa de. Entrevista concedida em 17 de maio de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências da residência do casal, na Vila Guanabara, São Miguel do Iguçu/PR.

Diante das dificuldades, como narrou acima a sra. Maria Madalena de Barros, permaneceram na Vila Guanabara os boias-frias que compraram uma pequena casa e que vivem da aposentadoria. Como as famílias são numerosas e o trabalho escasso, o nível de vida desses trabalhadores beira a miséria. Em aspectos gerais, a vila parece-se com um espaço urbano pobre, sem saneamento básico, asfalto e posto de saúde, o que a aproxima de uma favela. Porém, distintamente daqueles agrupamentos urbanos, esta vila localiza-se no meio rural, entre grandes fazendas.

Um aspecto que impressionou foi que as entrevistas foram realizadas perto da hora do almoço, mas não se sentia nenhum cheiro de comida. Era ainda o início do mês.

Para a trabalhadora, a vida do proprietário Alceno Mertz, que tem duas áreas na Guanabara que totalizam 78,4 ha. (32,40 alqueires), pouco mudou: “Ele tá comendo, tá bebendo, os outros que se dane”. Entende que, enquanto o fazendeiro come e bebe, os trabalhadores passam fome. Diferencia, assim, o boia-fria do proprietário, o que evidencia uma consciência não só da situação como da posição de classe dela. Ou seja, apesar do sr. Alceno Mertz possuir uma área um pouco superior a uma pequena propriedade (de 18 a 71,9 ha.): para a trabalhadora que é sem-terra, Alceno Mertz é um “fazendeiro”; talvez um médio proprietário que assumiu a posição de classe e a perspectiva do capitalismo/agronegócio.

No período em que ainda tinha trabalho para o boia-fria, na década de 1980, a sra. Maria, não teve contato com o sindicato. E quando perguntada se o sindicato ajudava a negociar o preço do trabalho, ela responde:

Naquele tempo o sindicato não ajudava. Porque ninguém mexia com sindicato naquele tempo... quase. Eu mesmo pago o sindicato, depois que eu me aposentei, eu tinha a carteirinha do sindicato. Eu pago, mas naquele tempo quase ninguém mexia com sindicato, não. Era meio parado.<sup>225</sup>

A palavra “quase” tem um sentido específico nessa fala, pois a sra. Maria já havia procurado o sindicato, quando era trabalhadora assalariada permanente, momento em que conseguiu, com a mediação sindical, a casa própria, como analisado anteriormente. Assim, a negativa de que “o sindicato não ajudava”, tem uma relação com a demanda de luta dos boias-frias. Não é um sentido pessoal, pois ela já havia procurado o sindicato. É um significado amplo, da categoria dos trabalhadores boias-frias como já evidenciaram os trabalhadores

---

225 BARROS, Maria Madalena. Entrevista concedida em 17 de maio de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências da residência da trabalhadora, na Vila Guanabara, São Miguel do Iguçu/PR.

volantes sr. Orestes e a sra. Santa de Jesus, de que o STR não teve uma atuação nas questões de trabalho, específicas da categoria, ou seja, nesse espaço, o sindicato não teve uma ação declarada, isso porque o STR, na década de 1980 concentrou-se na questão da terra, mesmo para os boias-frias.

Outra categoria, a dos pequenos proprietários, encontrou uma resposta direta de suas demandas de lutas no sindicato. Experiência vivida pelo pequeno produtor, sr. Francisco Machado Mota, 40 anos, quando da entrevista.

Sr. Francisco nasceu em São Miguel do Iguçu, logo após a chegada dos pais, que se mudaram de Criciúma, Santa Catarina, em 1962. Em 2009, ele tinha um aviário, na pequena propriedade do pai, localizado na Linha Minosso, o qual era integrada à empresa Cooperativa Lar para produção de frangos.

O sr. Francisco elegeu-se vereador em 2001, com 376 votos pelo PPB. Em 2004, concorreu, mas não se reelegeu. Já em 2009, tornou-se novamente vereador pelo PMDB, o mesmo partido do prefeito, Armando Luiz Polita.

Mas foi como sindicalista que iniciou sua atuação política. Associou-se ao Sindicato dos Trabalhadores Rurais, em 1985. Trabalhou como funcionário administrativo do sindicato, de 1985 a 2000, e declara:

... Nós tivemos é vários problemas, muitas vezes, até por que a migração do pessoal do interior pra cidade. Hoje até concentra até um pouco mais de incentivo, você financia tua lavoura, os juros são mais barato, até concentra um pouco mais de gente na roça em si. Mas, naquela época onde começou a migração da maior parte do colono, quer dizer o cara tem 10 alqueires aqui e compra do outro aqui, o cara vem pra cidade. Até no intuito de orientar de fazer com que isso não aconteça, quer dizer uma das grandes lutas do sindicato também naquela época.<sup>226</sup>

Para o entrevistado, uma das lutas do sindicato, na década de 1980, era orientar os “colonos” para que, mesmo diante das dificuldades enfrentadas frente aos juros e financiamentos, tentassem resistir e permanecer na terra, num momento em que a população deixava o meio rural, e tornava-se mão-de-obra barata e desqualificada na cidade.<sup>227</sup>

---

226 MOTA, Francisco Machado. Entrevista concedida em 17 de abril de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguçu/PR.

227 Essa luta é específica daqueles que estão na terra, enquanto proprietários, como os pequenos agricultores, e ainda dos locatários de terras, como os arrendatários e parceiros e daqueles que entraram na terra, mas não têm o título definitivo de propriedade, como os posseiros. Porém, a luta por financiamento não era uma reivindicação dos posseiros, pois como não tinham os documentos da terra não podiam financiar a produção nos bancos.

Uma análise da situação fundiária do Paraná, feita pelo movimento sindical e publicada no Boletim Informativo da FETAEP em 1985<sup>228</sup>, distribuída aos sindicatos dos trabalhadores, apontava que o Paraná tinha, nos anos de 1980, 460.254 imóveis rurais, com área total de 19.254.529 hectares. Desta área total, somente 13,35% eram minifúndios e 34,62%, cerca de 6,6 milhões de hectares, eram áreas aproveitáveis, mas não exploradas. Nesta distribuição, as propriedades agrícolas com até 20 hectares contribuíam com 80% da produção agrícola do Estado, ou seja, a produção agrícola paranaense tinha como base os pequenos e médios produtores, mesmo sendo donos de uma parcela pequena das terras no Estado.

Assim, calculavam que os 6,6 milhões de hectares de área aproveitáveis e não exploradas, poderiam produzir mais:

a) De Milho = 2,2 milhões de ha. Feijão = 1,2 milhões de ha. Soja = 1,3 milhões de ha. Arroz = 935 mil ha. b) Estas produziriam; Milho = 5,2 milhões de toneladas. Feijão = 2,1 milhões de toneladas. Soja = 1,3 milhões de toneladas. Arroz = 1,5 milhões de toneladas. c) Gerariam de impostos: Soja = 305 bilhões de cruzeiros. Arroz = 620 bilhões de cruzeiros. Milho = 181 bilhões de cruzeiros. d) O milho poderia produzir: Aves = 2,5 milhões de toneladas. Suínos = 1,6 milhões de toneladas. e) Estas carnes garantiriam o consumo de: Aves = 238 mil pessoas. Suínos = 371 mil pessoas. f) O consumo de: Milho = 416 mil pessoas. Feijão = 162 mil pessoas. Arroz = 32 mil pessoas. g) As áreas produzindo gerariam empregos: Milho = 213 mil empregos. Feijão = 185 mil empregos. Arroz = 100 mil empregos. Num total de 498 mil empregos.

Essa expectativa de ampliar as áreas aproveitáveis, o consumo e o número de empregos eram vividos e reivindicados pelos homens do campo.

Os colonos do oeste do Paraná, organizados nos STRs de São Miguel do Iguçu e Medianeira e no Mastro enviaram, em 1983, ao governador José Richa, a “Carta do Colono”<sup>229</sup> que relatava as dificuldades vividas pelos agricultores. Os signatários denunciavam que, entre 1970 e início de 1980, mais de 100.000 mil propriedades agrícolas desapareceram, cerca de 20% das propriedades rurais do Paraná.<sup>230</sup>

---

228 ANÁLISE da situação fundiária do Paraná. Boletim Informativo FETAEP, Curitiba, jun. de 1985. p 15.

229 CARTA sensibiliza governador que reafirma seu apoio a agricultura. O Paraná Rural, suplemento do Jornal O Paraná. Cascavel, 31 de jul. de 1983. Ano VII, nº 244. Arquivada na Biblioteca Municipal de Cascavel. Capa.

230 Idem, ibidem.

Na carta, publicada pelo jornal O Paraná<sup>231</sup>, propuseram ações para amenizar as dificuldades, vividas no meio rural. Reivindicavam reforma agrária, assistência à saúde, eletrificação, estradas rurais e estímulo ao cooperativismo. As propostas dos colonos quanto às culturas eram, principalmente, para o incentivo à produção de trigo e fumo. Na produção animal, suínos e vacas leiteiras. Eles ainda estavam preocupados em garantir o tabelamento dos preços dos produtos, relacionados à produção agrícola, como revela o documento:

Sr. Governador chegou a hora de dizer a verdade. O que está acabando com o pequeno e médio agricultor, é a exploração. Somos explorados em tudo. Naquilo que compramos, naquilo que produzimos, nos financiamentos, nos descontos que são aplicadas quando vendemos nossos produtos. Estamos sendo roubados na frente dos nossos olhos, sem podermos reagir. Atrás da palavra “Livre Iniciativa” se pratica abertamente a livre exploração. E esta exploração está acabando com os colonos. Enquanto não for feito nada para controlar os preços, nossa situação não vai mudar.<sup>232</sup>

A carta, como forma de manifestação, tinha objetivo de garantir a atuação do Estado na elaboração de políticas agrícolas, para que os pequenos produtores, donos ou não da terra, pudessem manter e desenvolver o modo de vida rural, constituído ao longo da vida, mas que estava difícil de dar continuidade devido à “exploração”, o termo utilizado pelo movimento para afirmar que as relações necessárias da produção e comercialização dos pequenos e médios produtores eram desiguais, se comparadas aos grandes capitalistas, provedores da “livre iniciativa” de mercado, que os oprimia e explorava.

O sr. Francisco Machado Mota destaca a atuação dos denominados “colonos” de São Miguel do Iguaçu que diante das incertezas, junto com o sindicato, defenderam a sua posição política:

... O colono muitas vezes, ele financiava sua propriedade. Financiava tua propriedade. Financiava lá, pra ele plantar cinco alqueires de soja. Tu ia lá, hoje o juro era um valor, amanhã era outro, depois era outro. Entendeu o movimento do sindicato? Quantas e quantas vezes nós mandava os colonos pra Brasília, pra Curitiba fazê manifesto. Porque muitas coisas, infelizmente, muitas coisas nesse país acontecem de uma forma pressionada. Se não for pressionada... Vocês vejam. Vocês ligam a televisão, o dia inteiro passam as coisas que acontecem se você pressiona. Então, se pressionava o governo federal e o governo do Estado pra que se baixassem os juros, pra que o colono... Hoje se financia em seis por cento ao ano, você chega lá você sabe

---

231 Idem, ibidem.

232 Idem, ibidem.

o quanto é que você vai pagar, entendeu? E isso, claro que foi uma das lutas do movimento sindical. E isso começou nesse período...<sup>233</sup>

Esse movimento de luta contra os bancos foi uma constante, na década de 1980, como lembra o entrevistado, quando associados reivindicavam melhores condições de financiamentos. Ele destaca que, financiamento com juro baixo aos pequenos produtores, era uma prática da década de 1990, que foi conquistada pelo movimento sindical, na base da pressão. Isso porque, nos anos de 1980, não existiam linhas de financiamento específicas aos pequenos, que estavam submetidos às políticas agrícolas, direcionada aos grandes produtores, que vendiam ao mercado externo.

De acordo com o Registro de Imóveis da Secretaria da Agricultura (SEAG) sobre o número de propriedades vendidas, no ano de 1984, no oeste do Paraná, foram comercializadas um total de 3.951 imóveis rurais, sendo que 2.771 propriedades eram áreas inferiores a 20 ha.

Em São Miguel do Iguaçu, foram vendidas 159 propriedades com menos de cinco ha. Com menos de 10 ha. foram comercializadas 86 imóveis; com até 20 ha. 83 propriedades; com até 30 ha. foram 27 propriedades rurais vendidas; com menos de 50 ha. , 23 imóveis; com menos de 100 ha. foram quatro e acima de 100 ha. apenas seis. Totalizando, portanto, 388 propriedades rurais comercializadas.

Os números apontam para uma quantidade expressiva de venda de pequenas propriedades com menos de cinco ha., total de 159, dados superiores até mesmo do município de Cascavel, que teve 135 imóveis vendidos com a mesma área. Nos municípios vizinhos, Medianeira foram vendidos 84 sítios, próximo ao de Matelândia 88 pequenas propriedades, ou seja, os pequenos imóveis rurais tiveram elevado número de comercialização em São Miguel do Iguaçu, se comparado aos municípios da região, e se for considerado que no mesmo período foram vendidas 06 grandes fazendas em São Miguel do Iguaçu<sup>234</sup>. A venda de sítios com cinco ha. em São Miguel, comparado a outros 16 município da região oeste, representou 17,7%, com um total comercializado na região de 897 propriedades.

Estes dados sugerem que os pequenos produtores viviam momentos de instabilidade. Na vida do pequeno proprietário aposentado, sr. Benedito, o sentido do vivido nesse momento de incertezas, ganhou significados “sobrenaturais”:

---

233 MOTA, Francisco Machado. Entrevista concedida em 17 de abril de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

234 NÚMERO de Propriedades Vendidas no ano de 1984, na região oeste do Paraná. Registro de Imóveis da Secretaria da Agricultura (SEAG). Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu.

... Porque o juro sempre comeu, né? O juro era triste, naquele tempo era triste, porque quando nós, quando colhia tinha que colher e vender, se não vendesse já tava dobrada, a inflação, olha sempre foi, olha. A inflação eu sempre falo pro pessoal assim, né? A inflação, eu considero o diabo enterrado. Prende ele ali, quando fecha a inflação, o diabo tá fechado ali, né? Se tira a rolha, o diabo sai voando, e quem vai sofrer vai ser o pequeno. O pequeno que vai sofrer, por causa da inflação.<sup>235</sup>

Na análise do entrevistado, o juro, como a personificação do mercado financeiro, não podia ser visto, mas esteve presente e adquiriu sentido negativo, acentuado pela inflação (“diabo enterrado”), na vida dele, que se reconhece como “pequeno”.

Se a comercialização da produção tinha que ocorrer rapidamente para o produto não desvalorizar, no dia a dia, na simples ida ao mercado, a questão era diferente. Momento lembrado pelo sr. Benedito Rodrigues:

... Igual eu vi no mercado Lar, eu vi no mercado Lar, marcar três vezes um produto. O óleo marcaram três vezes no dia. Quem aguenta uma coisa dessa? Três vezes num dia. Isso vi quando cheguei cedo pra comprar um óleo, a gente usava pra salada essas coisas, a gente tinha porco, mas sempre usava pra salada. Cheguei comprei uma caixa de óleo, tava bom. Ai falei: ‘Vou voltar comprar...’ Aí falou: ‘Você vai voltar comprar vai pagar mais caro’. Daqui a pouquinho vai virar. Mas não deu outra. Quando voltei já tinham marcado duas vezes mais, mais. Aí disse: ‘Já tinha vendido, comprei hoje cedo, né?’. Isso me lembro bem, no Lar era lá em cima, a Cotrefal, né? Era um mercado novinho. Antes nós ia buscar ali em Medianeira, nós ia buscá.<sup>236</sup>

Ao relatar a experiência das mudanças que ocorriam, na década de 1980, sr. Benedito destaca o processo inflacionário, em que os preços no comércio aumentavam numa constante, ao invés de diminuir como ocorria com a venda da produção agrícola, após a colheita.

Diante desse vivido, de alta dos juros, a pressão do movimento sindical foi necessária. E foi isso que ocorreu com os sindicalistas de São Miguel do Iguauçu, ação que ainda se faz presente na memória de sr. Benedito Rodrigues:

Ah, nós participemô do banco, do Banco do Brasil, nós participemos. Nós participemos outra do Banco do Brasil. Nós em Medianeira. Teve uma vez, que teve uma greve lá. Nós fomos ajuda eles, porque precisava né. Nós enquanto sindicalista, nós tinha que fazer a participação junto com eles, né. Nós com o sindicato daqui, com o de Medianeira, com os outros sempre

---

235 RODRIGUES, Benedito. Entrevista concedida em 08 de junho de 2007. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguauçu/PR.

236 Idem, ibidem.

trabalharam junto. Então, eles viam ajudavam nós, e nós ajudávamos eles...<sup>237</sup>

Para o pequeno produtor a união do movimento sindical em torno de lutas pela baixa de juros, sobretudo contra o Banco do Brasil, responsável pelos empréstimos e endividamento dos pequenos produtores, fez-se necessária e reconhecida como importante, por alguns sindicatos da região, como, por exemplo, de Medianeira.

Contra o governo, contra os bancos, diferentes ações fizeram parte da vida sindical, na década de 1980. Sr. Eloi Faccio dá detalhes de uma manifestação:

Chegou em 87, eu fazia sete anos que eu era associado aqui. E o presidente, o Miguelzinho, me disse assim: 'Escuta você não quer ir para Curitiba?'. Nós saímos com cinco daqui. Fomos lá fechamos a agência do Banco do Brasil, Central do Banco do Brasil. E eu tinha uma faixa que ninguém queria assegurar aquela faixa, no dia lá, por que tava escrito assim: 'Nós queremos o que é nosso'. E era aquele ano que o Sarney disse: 'Plante que o governo garante'. E eu plantei trigo e quando cheguei no banco só paguei a metade do financiamento. Daí eu tive que tirar dinheiro de fumo e de algodão pra cobrir a conta ali. Que não tinha seguro não tinha nada aquela época. Foi em 87.<sup>238</sup>

A venda da produção agrícola, não tinha um preço estável para comercialização, devido à inflação, que fazia o preço dos produtos oscilarem e as taxas de juros não permitirem o pagamento das dívidas. Isso fez com que o pequeno agricultor, Eloi Faccio, aceitasse o convite do então presidente do sindicato, Miguel Isolar Sávio, para manifestar em Curitiba, a atitude contrária à política agrícola, implementada aos pequenos produtores.

Em 09 de agosto de 1985, as Cooperativas, Sindicatos e Associações do Extremo Oeste do Paraná, receberam um ofício do gabinete do Ministro da Agricultura que analisava a situação econômica:

A partir de 1980, os desequilíbrios no mercado monetário internacional, e os ajustes realizados na economia brasileira, provocam uma redução no PIB, afetando todos os setores. A partir de 1984 se inicia uma lenta recuperação. O resultado da recessão foi a penalização de todos os setores da economia. Exceção feita ao setor financeiro. A tentativa de retardar o ajuste financeiro interno levou o governo a manter alguns projetos de investimentos, os quais associados a falta de austeridade por parte das empresas estatais contribuíram para a elevação do déficit público e aceleração do nos níveis de

---

237Idem, ibidem.

238 FACCIO, Eloi. Entrevista concedida em 17 de abril de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguazu/PR.

inflação. A nova república vem se propondo a reduzir déficit público frear a expansão inflacionária. Assegurar um crescimento mínimo satisfatório atender programas sociais, atender compromissos internacionais e aumentar a oferta de alimentos básicos. Sob tal enfoque a correção de distorções existentes no meio rural ocorre, entretanto lentamente de modo a conciliar os demais objetivos de política econômica. O volume de aquisições e empréstimos do governo federal, a elevação nos limites de adiantamento de custeio, o volume de recursos para custeio e investimento agrícolas, comprovam as modificações apesar de não atender perfeitamente as reivindicações. Entretanto é com a compreensão de todos que a reconstrução deste país será alcançada. Cordiais saudações Ivan de Otero Ribeiro/CAE/Gabinete do Ministro Agricultura.<sup>239</sup>

A resposta do governo aos problemas, enfrentados pelos pequenos produtores, acontece na tentativa de responsabilizar o mercado financeiro como uma personificação autoregulada e incontrolada. E assim, a recessão, vivida por muito seria resultado do desequilíbrio do mercado monetário internacional. Na análise do Ministério da Agricultura “a falta de austeridade por parte das empresas estatais” apenas contribuiu para a aceleração da inflação, ou seja, não era culpa do governo.

Ao se revoltarem contra o Banco do Brasil, não significa que os pequenos agricultores estavam, de algum modo, fazendo a mesma análise que o governo, ou que sua posição era de qualquer forma dirigida pelas perspectivas do Ministério. Não houve a tentativa de culpar o sistema monetário, atacando o banco. Os protestos contra os bancos, através do fechamento de suas portas, era uma luta contra a cobrança de dívidas que, contraídas através de empréstimos, para custear a produção, e que devido aos altos juros desregulados pela inflação, reconhecidos até mesmo pelo governo como “penalização”, fazia com que hipotecassem e os mesmos perdessem suas terras. Assim, eram protestos que partiam das experiências, vividas pelos agricultores.

Na década de 1980, algumas das principais reivindicações dos sindicalistas eram para a conquista de terra, pela reforma agrária, e para que o governo implementasse medidas reguladoras do mercado. Reivindicaram baixas dos juros, créditos agrícolas e o prolongamento das dívidas dos financiamentos.

Enfim, lutaram por políticas fundiárias, que permitissem acesso à terra, e ainda por políticas agrícolas, crédito e baixa dos juros. Estas reivindicações materializaram-se,

---

239OFÍCIO. Ministério da Agricultura para as Cooperativas, Sindicatos e Associações do Extremo Oeste Paranaense. Brasília, 09 de agost. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçú.

principalmente, no Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), aplicado, a partir de 1995, como será discutido no próximo capítulo, bem como, as disputas pelas memórias sobre as questões dos boias-frias e assalariados rurais, outras iniciativas sindicais, dos anos de 1990 a 2000.

### CAPÍTULO III

#### **SENTIDOS E SIGNIFICADOS DO STR NA ATUALIDADE: DILEMAS, TRAJETÓRIAS E HORIZONTES (1990-2009)**

A organização sindical, em São Miguel do Iguacu, oeste do Paraná, obedecia, em 2009, ao enquadramento de trabalhadores que diariamente vivenciavam diferentes situações. Eram sócios do STRs os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros - cultivadores soja, milho, trigo, amendoim, arroz, aveia, feijão, café, mandioca, laranja, banana e produtores de leite, ovos, suínos, bovinos, frangos<sup>240</sup> - trabalhadores assalariados rurais permanentes e os boias-frias.

O STR representava cerca de 1500<sup>241</sup> famílias agricultoras, num total de 5000 trabalhadores e trabalhadoras e 500 assalariados<sup>242</sup>. Entre todos, 786 eram associados do sindicato de São Miguel do Iguacu que estabeleciam diferentes formas de produzir. Enquanto os pequenos produtores plantavam na sua própria terra, para a sua sobrevivência e da família, os assalariados e os boias-frias trabalhavam na roça de um terceiro - os empresários rurais que eram 115<sup>243</sup> no município - e assim recebiam em dinheiro, pelo serviço prestado.

São diferentes maneiras de produzir e se reproduzir, mas todos são igualmente nomeados “trabalhadores rurais”. Esta denominação e enquadramento são discutidos na produção bibliográfica.

O autor Osvaldo Heller da Silva destaca que, durante a década de 50, no norte do Paraná, a União Geral dos Trabalhadores (UGT), organizada pelo PCB, começava atender os “trabalhadores dos tipos mais variados”<sup>244</sup>. Silva acrescenta que foi uma retomada da

---

240 IBGE, Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

241 De acordo com o Cadastro de Imóveis Rurais do Incra, de 2003 a 2005, são 2.071 os minifúndios e as pequenas propriedades. Esses dados são superiores ao número de pequenos produtores apresentados pelo Cadastro de Produtores Rurais organizado pelo STR, 1.419. Essa diferença ocorre porque o cadastro do Incra é feito pelo número de propriedades e não de produtores. E assim, tem alguns proprietários que possuem mais que uma área declarada no mesmo nome. Como é o caso do Sr. Eugenio Vier, que possui no Incra 11 cadastros de terras denominadas de minifúndios, pequenas e médias propriedades, mas somando todas as áreas são 339,9 ha, ou seja, é um grande proprietário.

242 RODRIGUES, Claudio Aparecido. Slides para palestras nas localidades do interior. São Miguel do Iguacu, 2008.

243 CADASTRO de Produtores Rurais. FETAEP, Curitiba, 25 de agost. de 2009. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguacu.

244 SILVA, Osvaldo Heller da. A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006. p 121.

designação genérica do trabalhador da UGT que os Sindicatos dos Trabalhadores Rurais, fundados pelo PCB, passavam a assumir tal “denominação globalizante e globalizadora”. E o primeiro teria sido o STRs de Maringá, fundado em 1956.<sup>245</sup>

Contudo, não foram todos os sindicatos rurais, fundados antes do Golpe Militar, de 1964, que tinham tal concepção. Diante de dados, apresentados por Luiz Flávio Carvalho Costa,<sup>246</sup> muitos sindicatos, reconhecidos ou em fase de reconhecimento, pelo Ministério do Trabalho e Previdência Social (MTPS), não congregavam as diferentes categorias e formavam Sindicato dos Trabalhadores do Cultivo do Café (STCC), Sindicato Rural dos Trabalhadores Autônomos (SRTA), Sindicato dos Empregados Rurais (SER), Sindicato dos Pequenos Proprietários Rurais (SPPR) ou Sindicato dos Trabalhadores na Lavoura, Pecuária e Similares (STLPS).<sup>247</sup> Os sindicatos atendiam separadamente cada categoria, quando muito, três ou quatro situações distintas.

Dos 28 sindicatos, reconhecidos no Paraná, entre 1962 e 1963, 17 eram Sindicatos dos Trabalhadores na Lavoura e somente três, os de Maringá, Mandaguari e Nova Esperança, tinham denominação de Sindicato dos Trabalhadores Rurais.<sup>248</sup>

Com a regulamentação sindical rural, a partir do ETR e do Decreto Lei 346 de junho<sup>249</sup>, os sindicatos passavam definitivamente a conglomerar todas as categorias, como queriam grupos de trabalhadores ligados ao PCB, que desde a época da UGT, anos 50, reivindicavam a unificação da classe<sup>250</sup>. Lutavam para ser representados por uma única instituição, visando o fortalecimento do movimento dos trabalhadores.

Os pequenos proprietários, arrendatários, parceiros, posseiros, assalariados permanentes, diaristas, são agora todos obrigados a dividir o mesmo sindicato. Assim, essa noção de “trabalhador rural” inscreve-se no vocabulário governamental e igualmente no léxico do movimento sindical, tanto da direita quanto da esquerda.<sup>251</sup>

Assim, segundo este autor, tanto assalariados quanto não-assalariados e ainda os pequenos proprietários, todos na mesma instituição, passaram a fazer parte desde a

---

245 Idem, *ibidem*, p 133.

246 COSTA, Luiz Flávio Carvalho. *Sindicalismo rural brasileiro em construção*. Rio de Janeiro: Florense Universitária: UFRRJ, 1996.

247 Idem, *ibidem*, p 132.

248 Idem, *ibidem*, p 155.

249 Idem, *ibidem*, p 187.

250 SILVA, Osvaldo Heller da., *op. cit.*, 2006. p 133.

251 Idem, *ibidem*, p 187.

regulamentação em lei do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. E o STRs de São Miguel do Iguaçu, fundado dentro desse modelo, trabalhava em 2009 com as diversas situações.

Porém, a simples conceituação de “trabalhadores rurais” não foi capaz de criar um movimento uniforme. Foi possível perceber contradições, diferenças e proximidades entre as categorias que constituíram o STRs de São Miguel do Iguaçu, ao longo das décadas<sup>252</sup>. São homens e mulheres que se formavam e formavam o sindicato, não somente a “partir das relações de trabalho, mas dos modos de vida, de morar, alimentar-se, divertir, organizar-se”.<sup>253</sup> Ou seja, os trabalhadores são trabalhadores não só no serviço ou no sindicato, mas diante das diferentes relações vividas, pois as posições assumidas, partem das condições reais de existência, e assim, englobam a totalidade da vida desses trabalhadores, sejam elas materiais ou simbólicas.

A sra. Iracema Lisboa, 64 anos, boia-fria aposentada, viúva, 11 filhos, cursava Ensino de Jovens e Adultos em 2009, mudou-se de Arroio do Meio, Rio Grande do Sul, para São Miguel do Iguaçu, na década de 1980, e filiou-se ao sindicato no dia 11 de novembro de 1996. Ela aponta para características específicas de algumas categorias que buscam se fazer representar no sindicato:

...Quem tem uma terra pra morar assim... eu acho, eu vi que era melhor... Tu tem uma galinha, tem o porco, tu planta um mandiocalzinho, planta uma batata doce, né? Tu tem ovo, tu tem uma horta com salada, né? Tu não precisa comprá, daí, quem não tem tem que tá comprando, tudo, né? (...) De boia-fria é uma coisa que tu trabaia de boia-fria o dinheiro que tu tira lá, do serviço de boia-fria tu tem que compra comida pra deixa em casa pro filhos i leva pra roça pra gente comê lá. É assim... (...) não comprava nada de coisa bonito pra mim, vou compra um sapato, um vestido bonito... tudo pra dentro de casa, tratá os filho. Pegava aquele dinheirinho lá, né? I comprandô as coisas...<sup>254</sup>

A entrevistada constrói sua narrativa, a partir das diferenças entre sua forma de vida, enquanto boia-fria e a dos pequenos proprietários. Aponta não para o trabalho em si, mas como a vida se estabelece a partir disso, ou seja, a alimentação ganha destaque, devido às privações que viveu para criar os filhos. Na visão da trabalhadora, ter uma área de terra para

---

252 O STRs de São Miguel de Iguaçu atende também os municípios de Santa Terezinha e Itaipulândia. E orienta os moradores de Foz do Iguaçu, nesse caso, não tem autorização da FETAEP para emissão de documentos.

253 FENELON, Déa. “Apresentação” e CRUZ, Heloisa, KHOURY, Yara & PEIXOTO, Maria do Rosário. “Introdução”. In: KHOURY, Y. et alli (org) Outras Histórias: memórias e linguagens. SP Olho D’ Água, 2006. p 13.

254 LISBOA, Iracema. Entrevista concedida em 17 de julho de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência da trabalhadora, no Bairro Sagrado Coração de Jesus, em São Miguel do Iguaçu/PR.

plantar e colher significava alimentar-se bem sem a necessidade de ir ao mercado. Isso é o que mais distinguia para ela um trabalhador que possuía os meios de produção, no caso a terra, daquele que não a tinha, e sobrevivia somente da venda da força de trabalho. Enquanto o pequeno produtor plantava soja, milho, feijão, mandioca para vender ou sustentar a família, o boia-fria trabalhava na roça de outro e recebia diariamente, ao fim de cada empreitada, em dinheiro pelo trabalho que realizou.

O sr. Bacilio Pelenz também vê diferenças entre os “trabalhadores sindicalizados”, ao descrever sobre as relações de trabalho:

Tem o problema de bulva transgênica. Então, a gente se obriga a passar um veneno agora. Um veneno que de repente controla a sementeira e a bulva que nasceu. Em primeiro lugar tem que fazer isso. E depois tem que fazer outra passada pra matar isso. Por agora que esquentar isso fica verde, esse negócio, tem que passar uma folha larga. Depois tem que esperar, pois quando vem o começo de outubro, tem que vê se o tempo tá bom. Se você acha que não tá muito molhado, nem muito seco, aí você pega a plantadeira e planta. E depois, quando o soja estiver um portezinho assim, tem que passar veneno pro inço que nasce de novo. E assim, continua a luta, tu tem que cuidar da planta até que ela esteja madura, e daí claro você tem que colher, daí. Então, é uma luta, a gente não é assim como antigamente a gente trabalhava todo o ano. Agora é épocas, assim. Quando o soja está num porte maior, você fica olhando todo dia, se não tem um bicho que pode atacar e o resto do tempo a gente fica procurando algum serviço.<sup>255</sup>

Sr. Bacilio, ao falar sobre o processo de cultivo da soja, diante da utilização de técnicas “modernas”, o pequeno proprietário constrói a mudança no tempo. No passado, repleto de trabalho manual, e no presente quando as técnicas empregadas são diferentes, como as plantadeiras e venenos, que permitem “ficar olhando”. Indica que o tempo do trabalho é controlado principalmente pelo agricultor (“o resto do tempo a gente fica procurando algum serviço”).

Ao tentar definir outra categoria de “trabalhador rural”, o arrendatário, declara:

Você tem que entregar a renda pro dono, de repente 30% na soja e 20% no milho, então... Claro, que o dono merece também. Às vezes dá prejuízo. Teve gente ali, com soja, por exemplo, que teve que pagar 60 sacos por ano. Eu sei de gente de outros, que só colheram 49 e daí é quanto... 19 sacas de prejuízos. Então daí depois você tem que tentar tirar o prejuízo na safrinha. E daí se a safrinha não dá... daí vai cada vez mais pra trás. E daí não é fácil, a vida do colono, não é assim, que ele planta e colhe e faz dinheiro. Não é

---

255 PELENZ, Bacilio. Entrevista concedida em 24 de julho de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências da propriedade dele na linha Santa Cruz do Ocoí, em São Miguel do Iguazu/PR.

assim, tem que esperar de cima: se vem a chuva, tudo bem; se não vem, se dá mal.<sup>256</sup>

O entrevistado expôs seu principal argumento, não através da categoria arrendatário, mas das relações econômicas que se estabeleceram para o desenvolvimento de tal “trabalhador”. A terra pertencia a um terceiro, era preciso pagar a renda da terra, o que fazia com que se diferenciasse da categoria, de pequenos proprietários. Contudo, para ele, tanto o pequeno proprietário quanto o arrendatário são “colonos”. Longe de ser uma expressão pejorativa, na vida do entrevistado, o significado tem a ver com as dificuldades, encontradas no processo produtivo e de comercialização dos produtos, para a manutenção da vida, dependente até mesmo de ações que fugiam do controle dele, como a chuva. O “colono” unifica aqueles que têm o conhecimento para lidar com a terra, considera a propriedade ou aluguel dela.

A linha de pensamento do sr. Bacilio não se distancia muito quando fala sobre o boia-fria.

Ah! Uma pessoa que não tem terra é considerada boia-fria, boia-fria. Mas nem sempre tá certo... Mas, não sei se esse sindicato cabê a eles... a esse que não tem... É o sindicato dos trabalhadores. Claro que o boia-fria também é trabalhador, mas eles ajudam também em aposentar a pessoa. Isso o sindicato também faz, pelo menos aos pequenos proprietários. O maior já tem outro sindicato... (...) É uma vida muito complicada, ainda hoje em dia que não existe mais trabalho. Agora, na nossa região não existe esse tipo de gente, é tudo proprietário. Então, praticamente não tem esse boia-fria. Agora, Santa Rosa [do Ocoí, comunidade próxima] teve, ou tem hoje ainda, ali próxima a vila. Tem regiões que tem, mas aqui na nossa região [Santa Cruz do Ocoí] acho que não tem quem que trabalha de boia-fria. Todo mundo tem algum trabalho, aquele que não é colono tem um barzinho, outro tem isso ou aquilo. Não existe muito mais aqui nessa região não...<sup>257</sup>

Para o sr. Bacilio, o boia-fria, além de não ter terra, é um trabalhador quase sem serviço. E por não ter o que fazer, é uma categoria que tende a deixar de existir na região (“praticamente não tem esse boia-fria”). Reforça que o colono é aquele que controla a produção da terra, portanto, diferencia-o do boia-fria, que não tem essa fixação, e dos trabalhadores urbanos (“Todo mundo tem algum trabalho, aquele que não é colono tem um barzinho, outro tem isso ou aquilo”).

Sem grandes extensões de terras, o entrevistado é um pequeno produtor, que, além de trabalhar no regime familiar, investiu parte da renda da terra em equipamentos agrícolas e

---

256 Idem, ibidem.

257 Idem, ibidem.

inseticidas, o que lhe possibilitou, bem como a seus vizinhos, não precisar do trabalho de bóias-frias, por isso esse distanciamento perceptível na fala. Mas, mesmo assim, reconhece que ambos, os pequenos proprietários e os boias-frias, são trabalhadores (“o boia-fria também é trabalhador”) e, por isso, partes constituintes do mesmo STRs, enquanto que os fazendeiros não, pois “o maior já tem outro sindicato...”.

O atual presidente, reeleito, Claudio Aparecido Rodrigues<sup>258</sup>, 45 anos, pequeno proprietário, casado, dois filhos, segundo grau completo, filho do sindicalista sr. Benedito Rodrigues, natural do norte do Paraná, Santa Mariana, define, assim, a categoria dos pequenos proprietários.

Até 72 hectares ou 30 alqueires é pequeno proprietário, agricultor familiar, dividido praticamente em três grupos. Cinco alqueires pra baixo é o pequeninho, é o pequeno, a gente dá muita atenção pra eles. No entanto, agora na Habitação Rural tá sendo contemplada pessoa com renda de até 10 mil reais que vai ter bônus de até 15 mil reais pra fazer a casa. Ele vai ganhar de graça 15 mil reais. Ele tem que provar que tem uma renda bruta de até 10 mil reais, ele vai ser subsidiado com até 10 mil reais pra fazer a casinha dele. Aí eu vejo um segundo grupo aí. De cinco a 20, mais ou menos, tá no intermediário aí. Já é um grupo diferenciado, um grupo mais forte, aí. Mas que precisa ajuda do sindicato ainda. Então, a gente acompanha esse grupo bem de perto também. Na Habitação Rural um grupo com até 22 mil que já estaria saindo desse grupo, né? Vai ser subsidiado com sete mil reais. Aí um terceiro grupo com até 30 alqueires já tem trator, uma casa boa, consegue estudá os filho, mandá até pra fora. É um agricultor forte, mas a gente tem associado nesse padrão também. São pessoas com um padrão de vida muito bom. Conseguem ter carro novo de vez em quando. Esse na Habitação Rural não vai ter subsídio, mas vai ter o financiamento. Então eu vejo desse jeito. O agricultor familiar pequeno, médio e grande.<sup>259</sup>

Ele optou por uma definição técnica, partindo da quantidade de terra e da renda familiar, próxima a Lei nº 11.326/2006 da agricultura familiar e da forma como os programas do Governo Federal enquadram tais “trabalhadores” para financiamentos agrícolas, no caso específico da habitação rural. O sr. Claudio diferenciou, assim, os “maiores”, a partir da reprodução do modo de vida, ou seja, consumo e estudo, que podem garantir aos filhos. Já quanto aos assalariados, que não são parte dos produtores familiares, ele argumenta:

---

258 A Direção do STRs para a gestão 2009/2013 tem 24 membros tendo como presidente Claudio Aparecido Rodrigues. Secretário geral, José Leal Lunardi, tesoureiro Silvino Ghisleri, secretária de organização das relações sindicais, Vera Lucia Bast, secretaria de formação e cultura, Dirma Dorigon Fogaça, secretario de política agrícola, Lavino Dagostim, secretario de imprensa e comunicação, Renato Luiz Welter. Além de suplentes da diretoria, conselho fiscal, suplentes do conselho, delegados representantes junto a Federação e suplentes de delegados.

259 RODRIGUES, Claudio Aparecido. Entrevista concedida em 14 de outubro de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguau/PR.

O assalariado é aquele trabalhador rural em São Miguel do Iguaçu que trabalha com carteira assinada, que tira leite de vaca, né? Hoje [2009] tem bastantes criadores fortes de leite, nessa região. Trabalha em fazenda como tratorista, colheitadeira... É diferente do assalariado antigo, que era muito manual. Hoje [2009] não tem mais manual nas fazendas, é máquina mesmo. Então, tem bastante assalariado no município desse jeito mesmo, mexendo com gado leiteiro e mexendo com maquinário na fazenda. É a faixa de assalariados que existe hoje na área rural.<sup>260</sup>

Ele buscou, inicialmente, e da mesma forma como fez com os pequenos proprietários, um sentido legal para explicar a categoria daqueles que vivem do trabalho permanente nas propriedades de terceiros: a carteira assinada, direito garantido em lei, representa a expressão máxima, dentro de tal concepção. Junto a isso, diferenciou o trabalhador assalariado rural, a partir do referencial “antigo”, que realizava o serviço, manualmente, e o de 2009 que contava com o auxílio das máquinas, ou melhor, que auxiliava as máquinas.

Quanto aos boias-frias, o presidente os define:

O boia-fria é aquela pessoa hoje [2009] pra mim que mora nas vilas rurais. Que tão lá nas vilas rurais, lá dentro, e que trabalham nas temporadas aí, na catação de milho, limpeza de propriedades, carpindo soja, carpindo... cerca, pasto. Esse é considerado boia-fria. Porque existem pessoas que moram aí também, mas que trabalham sem carteira assinada pros outros, um mês, dois mês, esse não é boia-fria... é trabalhador irregular, né? Trabalho... informal, né? Que precisa de orientação pra recolhê o INSS [Instituto Nacional do Seguro Social], pra garantir direito...<sup>261</sup>

O boia-fria é aquele que estava fixo nas vilas rurais, característica que o diferenciava do boia-fria do passado, quando era conhecido pela rotatividade, como “volante, eventual, ocasional, aquele que voa, irresponsável, que não para em lugar nenhum”<sup>262</sup>. Ao ter um local permanente de moradia, realizava trabalho eventual, nas propriedades ao redor da vila, assim constituindo-se em trabalhador eventual rural que podiam se aposentar.

Agora, segundo o presidente do STR, caso mescle o trabalho rural com trabalhos urbanos deixava de conseguir tal direito. Pois, mesmo que o boia-fria não portasse a carteira de trabalho assinada, era diferente do trabalhador “irregular”, que também não conseguia garantir tal direito. É muito difícil entender essa sutil diferença, entre boia-fria e irregular, na vida cotidiana. Mas a heterogeneidade surge, pois o trabalhador “irregular”, não tem como provar que era boia-fria, e, portanto, não terá como se aposentar como tal.

---

260 Idem, *ibidem*.

261 Idem, *ibidem*.

262 SILVA, Maria Aparecida de Moraes., *op. cit.*, 1999. p 66-67.

Para o “irregular” não havia diferença entre rural e urbano, tudo era trabalho. Por ter uma rotatividade inconstante de tempos e de serviços, a sua condição de vida não permitia distinguir entre trabalho no campo e na cidade. Portanto, sua condição não é a mesma do boia-fria, que é um trabalhador rural. Por isso, o “irregular” tem que procurar contribuir com o INSS para conseguir garantir os direitos previdenciários, porque os trabalhistas não existem para essa categoria, pelo que se depreende da fala do sr. Claudio. É permitido pensar, com base na entrevista, que, em 2009, o boia-fria está bem mais para trabalhador irregular, devido à escassez de trabalho para diaristas no campo.

Na procura por definir a si mesmo e ao outros, os entrevistados apresentaram a complexidade dos sujeitos nas relações que vão se construindo e apontaram para diferenças e semelhanças do exercício sindical no STRs. Com relação a isso, buscou-se entender como as diferentes categorias, assalariados, arrendatários, boias-frias, parceiros e pequenos proprietários procuraram fazer-se representar politicamente no sindicato, dos anos de 1990 a 2009<sup>263</sup>; como se configuraram as disputas sindicais e quais os sentidos e significados que essas adquiriram, na vida de cada um, e, diante disso, analisou-se como “fazem a si mesmo tanto quanto foram feitos”<sup>264</sup>. Procurou-se entender, a rotina sindical, não só no limite do sindicato, mas diante dos processos vividos pelos sujeitos nas relações sociais.

Assim, os serviços, no interior do sindicato, eram realizados pelo presidente Claudio Aparecido Rodrigues e por Claudia Rodrigues, auxiliar administrativa e financeira, Maria Neli dos Reis e Thiago Macedo auxiliares administrativos e Adenilson Zanelatto, técnico responsável pelos projetos do PRONAF<sup>265</sup>. Eram esses profissionais os responsáveis pelo funcionamento da estrutura sindical, que se mantinham com a ajuda tecnológica, de seis computadores, internet, e programas específicos para tais funções, que buscavam dar “agilidade” aos serviços prestados.

---

263 Não encontrei nenhum registro em Livro Ata das atividades sindicais de 1991 a 2005.

264 RABELO, Maria Aurora de Meireles. O materialismo Histórico de Thompson e a Problemática dos Movimentos Sociais. História & Perspectivas, Uberlândia 6-67-88, Jan./Jun. 1992. p 74.

265 Como definição dos próprios organizadores do programa: O PRONAF é um programa nacional, desenvolvido junto ao Ministério da Agricultura, organizado em 1995, que visa proporcionar crédito aos mini e pequenos produtores rurais. E tem como objetivo o “fortalecimento das atividades desenvolvidas pelo produtor familiar, de forma a integrá-lo à cadeia de agronegócios, proporcionando-lhe aumento de renda e agregando valor ao produto e à propriedade, mediante a modernização do sistema produtivo, valorização do produtor rural e a profissionalização dos produtores familiares.” In: FILHO, José Brandt Silva. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>. Acesso em: 14 de nov. de 2009.

Junto a isso, uma série de convênios ampliava a estrutura sindical para além de suas portas. O STRs, de São Miguel, tinha parceria com as Clínica Médica e Ecografia, Clínica Odontoeste, CliniDent, com o Laboratório Marcon e com oftalmologistas avulsos. Tais convênios garantiam aos associados o pagamento previsto em tabela, um pouco abaixo do mercado.

Já na Clínica de Ortopedia e no Naturalista, os descontos chegavam a 50%. E ainda, de 20% a 3%, tem uma série de outros estabelecimentos, como a Casa da Lavoura, Bonavita Produtos Naturais, Clinivet assistência veterinária, Dik Dik calçados, Farmácias Bioética e São Miguel, Ótica e Relojoaria Marissol, Papelaria Delta, Stop Modas, Supermercado Manain e Trena Materiais de Construção. Estes convênios expressavam também os diferentes grupos ligados ao sindicato.

Deste modo, é na busca pelo atendimento médico que a boia-fria aposentada, sra. Iracema Lisboa, se aproximava ao STR:

Eles ali eles me ajudam. Se eu precisá assim sabe... se eu precisá de um exame das vistas... eu vô correndo lá. Daí eles me dão uma folha pra mim, daí eu pago 50 e eles 50. (...) É, assim o que a gente precisa, como um exame das vistas... Assim... as vez a gente sempre precisa... Eu uso óculos pra i na aula ali, né? Pra enxergar perto ali, assim... Se não usa óculos pra fazê uma coisa, pra enfia a linha na agulha, costurá, fica tudo atrapalhado, escuro. Então eu vô lá. Eu nunca fui pra outro lugar, sempre eu vô ali. Quando tinha ali mesmo eu fazia os exames ali mesmo. Então, daí eles me ajudam... me ajudam. Vô lá nas clínicas, vou no Santo Antônio, pra cima do hospital Santo Antônio ali, a 24, 24 horas que eles diz, daí eu pago 50 e no papel ali já arruma, né? Dá certo...<sup>266</sup>

Os convênios chamavam atenção dos sindicalizados, assim como direcionavam o consumo dos sindicalizados no comércio local. Só que um pouco mais do que ter um óculos, para a boia-fria aposentada, o sindicato não significava defesa, mas um lugar que ampara (“daí eles me ajudam... me ajudam”). A ajuda era lembrada junto ao sentido da continuidade dos afazeres cotidianos.

Mas, não foi somente a possibilidade de ter acesso à saúde com preços mais acessíveis que fez com a boia-fria buscasse a instituição. A sra. Iracema pertencia a uma categoria que por muito tempo ficou sem conseguir “fazer-se” representar no STRs enquanto categoria

---

266 LISBOA, Iracema. Entrevista concedida em 17 de julho de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência da trabalhadora, no Bairro Sagrado Coração de Jesus, em São Miguel do Iguazu/PR.

específica, e quando, na década de 1990, chegou a hora de “parar de trabalhar”, teve que recorrer ao sindicato para conseguir fazer valer seu direito de trabalhadora rural.

Foi um período problemático como afirma o sr. Claudio:

Os bóias-frias hoje [2009] têm tomado muito tempo porque eles perderam a aposentadoria, né? Mais de 200 bóias-frias perderam a aposentadoria nos últimos anos. (...) Mais de 400 [se aposentaram] (...) E a Polícia Federal não parou o trabalho ainda... tá em cima... A gente trabalha com orientação, eu procuro saber se ele era mesmo boia-fria ou não. A maioria não era boia-fria mesmo... não tem como prová. (...) Ele exerceu a atividade, é lógico. Mas o INSS não quer nem saber. Tem que ter prova, tem que provar com documento. E a maioria também houve a má fé por parte do empregador que assinou pra eles. Os empregadores começaram a falá que não foram eles que assinaram. Que na verdade as pessoas não trabalharam pra ele nada... É tudo armação da parte deles. Mas, na verdade eles assinaram sim... de livre e espontânea vontade. E na maioria das vezes as pessoas trabalharam pra eles realmente. Só que abriu-se uma brecha, né? Como começaram a cortar as aposentadorias de boia-fria. Abriu-se precedente, aí começaram a entrar nesse barco... (...) Ele [o empregador] tava tendo que pagar os direitos trabalhistas a previdência social. A previdência tava cobrando as taxas devidas daquele período que ele assinou. No caso era de 91 a 2000, 01, 02, 03, 04. Naquele período que seu José [Evaldt Raup, ex-presidente do STR] tava fazendo aposentadoria de boia-fria, né? Então, eles mexeram naquele período só, nos últimos quatro anos. Mas se fosse mexer mais pra trás aí acha mais coisas. Tem muito aposentado boia-fria. Vinha gente do Paraguai, da Argentina, gente de tudo quanto é lado. Mas, na verdade era um acerto que eles tinham com o INSS...<sup>267</sup>

Em São Miguel do Iguaçu, houve uma intensa sindicalização de boias-frias, aproximadamente 400 pessoas, segundo o relato, que buscaram o STRs, entre 1991 e 2004, na tentativa de se aposentar. Muitos desses conseguiram, mas houve muitas irregularidades nesses processos. Patrões que assinaram a documentação para aposentar e voltaram atrás, devido aos encargos trabalhistas e previdenciários, que tinham que pagar retroativo, e, outros boias-frias, que ao serem contatados pela Polícia Federal, não encontraram mais o empregador não conseguindo provar (novamente) que foi um trabalhador volante.

Assim, tanto os patrões (“Os empregadores começaram a falá que não foram eles que assinaram”) quanto o INSS (“Mas, na verdade era um acerto que eles tinham com o INSS”) aparecem com possíveis responsáveis por esses processos erráticos.

Outros desvios foram apontados pelo entrevistado sr. Eloi Faccio. Ele assinalou alguns detalhes sobre esses processos de aposentadorias dos boias-frias:

---

267 RODRIGUES, Claudio Aparecido. Entrevista concedida em 14 de outubro de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

...Tanto é que teve um presidente aqui, antes desse aqui, ele era um cara meio corrupto... (...) Ele era mais do lado dos outros do que do nosso lado. Então, sindicato tem isso infelizmente. É que nem um partido político, é que nem uma assembléia legislativa, é que nem um governo. É tudo um baseado nos outros. Só que enquanto nós tivemos o primeiro e o segundo nunca houve corrupção, aí no terceiro... ficou 15 anos aqui, pintava e bordava. Aí então complica, teve hora que a gente desanimou, tinha hora que a gente tinha vontade de vim aqui e colocar ele pra fora. Numa ocasião, faz oito pra nove anos, uma senhora com nome de Gema, ela trabalhava de zeladora. Mas, ela trabalhava de boia-fria antes. E ela tava na hora de se aposentá, e o que que esse presidente fez... exigiu seis salário dela, tá? E quando ela veio aqui e me falou: ‘E a senhora tá pegando recibo?’ ‘Tô’. Daí eu disse: ‘Então me dá aqui, que eu vou levar ao Ministério Público...’ Agora dois anos atrás veio aquela malha fina, 208 pessoas aqui em São Miguel caiu na malha fina, mas tinha uns que tinha o direito recorreram e reaveram... Mas outros não... essa é uma que não consegui mais. Aí ela veio de atrás de mim... Aí eu digo: ‘Quando eu quis defender a senhora, a senhora não acreditou em mim, não quis. Agora eu não posso fazer nada, já foi’. Aí eu comentei com outros da diretoria, ex-diretoria, isso aí se nós tivesse pego um recibo daqueles, nós comprovava... jogava ele fora daqui, daí tinha nova eleição, mas nós não conseguimos.<sup>268</sup>

O entrevistado apontou para a administração passada como aquela que se desviou do caminho correto (“ele era mais do lado dos outros do que do nosso lado”). Apresentou as circunstâncias das disputas sindicais e assumiu a posição de dualidade entre o presidente “corrupto” e o parte do movimento que tinha o anseio de mudar aquela situação vivida (“a gente tinha vontade de vim aqui e colocar ele pra fora”). Com isso, alertou para as questões, vividas pelos boias-frias, e dividiu a história do STRs em períodos, o antes e o depois do “pintar e bordar”.

Foi nesse clima de desconfiança, de saber se estava ali como um agente do governo, da Polícia Federal ou do INSS, para descobrir se realmente tinha exercido a atividade de boia-fria que a sra. Iracema colocou-se no diálogo, no momento que falava sobre o vivido.

Toda vida, quase sempre mais fui boia-fria. Depois que eu fiquei viúva, eu criei tudo os filho de boia-fria... né?! A gente saía vinha um carro buscá nós, ia lá quando terminava um serviço num lugar, vinha outro buscá ia pra outro lugar, ou aquele mesmo levava sempre era assim... era o gato que eles dizem, o gato que puxava a gente (risos). Ali ô, onde tá aquele carro ô... bem ali, sem mentira nenhuma, eu não tô falando, eu to falando um, a coisa verdade, que eu tremia de frio naquela subida ali, pra espera o ‘Antoninho pé de

---

268 FACCIO, Eloi. Entrevista concedida em 17 de abril de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguazu/PR.

bicho', agora é morto, né? Pra leva a gente pras fazenda pra trabaia. Eu saia muito cedo, de medo de perdê, né?<sup>269</sup>

Com uma voz ansiosa e com uma necessidade, quase extrema, de detalhar o modo como sobreviveu e criou os filhos, a sra. Iracema enfatizou as relações, estabelecidas, a partir do trabalho. Ela colocou-se como sujeito no processo e demarcou os tempos, antes e depois da morte do marido (“depois que eu fiquei viúva”), e os espaços, aqueles transitórios das fazendas (“terminava um serviço num lugar, vinha outro buscá, ia pra outro lugar”), e os próximos da casa dela, (“onde ta aquele carro ô”), como estratégias de convencimento sobre a veracidade de sua trajetória. Estruturou sua narrativa de forma que não se soubesse diferenciar quando começa e termina a vida particular e a profissional, o que ajudou no entendimento de que a vida era o trabalho. Sobre este trabalho da memória, Yara Aun Khoury afirma:

Lidar com significados que se elaboram na consciência das pessoas no embate de forças da dinâmica social é também um exercício de análise e compreensão dos enredos como fatos e dos *processos de visão* como elementos significativos na explicação histórica. Essa compreensão passa por estar aberto ao movimento da consciência e da memória, que se faz na experiência social diária e também no movimento da entrevista.<sup>270</sup>

A autora destacou o momento da entrevista como um fator importante para análise da memória, e avalia que os significados, atribuídos ao vivido, fazem parte dos embates, das experiências cotidianas, isso num movimento dinâmico. É possível verificar que para a Sra. Iracema, a memória também serve como uma força política, e o diálogo como o momento de posicionar-se e de convencer sobre as atitudes tomadas.

A Sra. Iracema aposentou-se e recebia dois salários mínimos. Um devido à morte do marido dela e outro como boia-fria:

Recebo. Falá a verdade, eu recebo dois. Levanto a mãos e agradeço a Deus. Deus viu que eu merecia. Eu fui uma mulher muito sofrida na vida, não parava nunca de trabaia, nunca, nunca. Agora tô com problema aqui nesse braço, aqui. Era pra operá, agora tá bem melhor. Tive até que cortar o cabelo, porque não podia nem fazia assim... com as mão pra amará por causa da bursite, ichii né? Tanta moiança que eu peguei nessas roças... Eu tenho de tudo. Pra começá, acido úrico, começo. Reumatismo, nem se fale. Osteoporose, artrose, tudo coisa de osso que me deu, se não mais... eu sou uma mulher sadia, só problema de osso... Ontem eu passei tanto remédio,

---

269 LISBOA, Iracema. Entrevista concedida em 17 de julho de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência da trabalhadora, no Bairro Sagrado Coração de Jesus, em São Miguel do Iguaçu/PR.

270 KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, Outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História. In FENELON, Déa Ribeiro. MACIEL, Laura Antunes. ALMEIDA, Paulo Roberto de. KHOURY, Y. et alli (org) Muitas Memórias Outras Histórias. SP Olho D' Água, 2004. p 137.

tem desgaste de osso aqui no joelho. Olha com ele tá aqui ô, me doía aqui i o nervo assim, de eu caminhá. Eu peguei um remédio afomentei, afomentei, bastante, bastante, pois tomei remédio pra tirá a dor i hoje aliviô. Hoje fiquei meio parada cuidando do piá aí, eu não sai, pra ela, coitada também, paga aluguel lá i precisá trabaia... Eu não sei amanhã se eu não vô precisá também. Se a gente não ajuda também os filhos...<sup>271</sup>

A entrevistada adiantou-se a qualquer iniciativa que pudesse suspender um de seus salários, elevando a conquista do direito a uma ordem superior (“Deus viu que eu merecia”). E esse merecimento deu-se dentro da ética cristã do sacrifício, que foi tanto que está enferma. Assim, os problemas de saúde, adquiridos nas longas e intensas jornadas de trabalho pelas fazendas, no interior do município, não só ajudaram na argumentação, como no convencimento de que tudo foi real. E, diante dessa insegurança, a única certeza é que “eu tô sócia ali [do sindicato] i vô fica até... que eu for viva eu vou pagá...”.

O atual presidente Claudio, recoloca a prática sindical, através do vivido:

Nesses cinco anos que estou aqui só aposentei dois bóias-frias, pra vê como a história voltou atrás. Porque eu procuro sabê se realmente exerceu a atividade... Mas, conseguimos reverter muitas... com o advogado. Só que ele vai ter despesas com o advogado, pagar os honorários.<sup>272</sup>

Ele buscou como o sr. Eloi, distanciar-se e diferenciar-se das atitudes, tomadas pela antiga gestão e a partir disso, avaliou o momento atual como de retrocesso na história desses trabalhadores, pois, o vivido, fez com que elaborasse outros critérios – diferentes daqueles do passado - para definir esse trabalhador volante, e assim encaminhar menos pedidos de aposentadorias. Cerca de 210 trabalhadores, identificados como boias-frias, no município, perderam tal direito. E como destaca o entrevistado, isso tem rendido muitas resoluções administrativas, algumas ações (e algum dinheiro) para os advogados, que trabalham na tentativa de rever tais situações.

Algumas das principais normas que regem os processos de aposentadorias, auxílios e pensões dos trabalhadores rurais, inclusive a dos bóias-frias, são as Leis nº 8.212 e nº 8.213 ambas do ano de 1991.

---

271 LISBOA, Iracema. Entrevista concedida em 17 de julho de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência da trabalhadora, no Bairro Sagrado Coração de Jesus, em São Miguel do Iguaçu/PR.

272 RODRIGUES, Claudio Aparecido. Entrevista concedida em 14 de outubro de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

A Lei nº 8.212<sup>273</sup> dispunha sobre a organização da seguridade social, que propunha benefícios a toda a sociedade que, de algum modo, seja incapaz para o trabalho. Instituiu plano de custeio e outras providências. Trata, de modo geral, da seguridade social e dos recursos necessários, inclusive para a previdência social.

A Lei nº 8.213 dispunha sobre os planos de benefícios da previdência social. Buscou regular principalmente os benefícios aos diferentes segurados e dependentes. Definia os critérios para aposentadoria, auxílio, pensões de cada categoria de trabalhador e também dos empregadores, tanto urbanos quanto rurais. Questões sobre o número de contribuições necessárias, os valores pagos, tempo de carência, idade, estão definidos nos 156 artigos da lei.

Assim, enquanto a seguridade social, que está dividida nas áreas da saúde, da previdência social e da assistencial social, tem como princípio a universalidade da seguridade aos idosos, crianças, portadores de necessidades especiais - pessoas que não puderam contribuir ao INSS - a previdência social prevê atendimento somente mediante contribuição, ou como define o Art.143 da Lei nº 8.213: o trabalhador rural, como um segurado obrigatório, podia requerer o direito mediante a comprovação da atividade rural, sem contribuição declarada.

Na legislação, essas questões, sobre a comprovação da atividade rural, estão presentes, como é possível verificar, no Art.106 da Lei nº 8.213/91:

Art. 106. Para comprovação do exercício de atividade rural será obrigatória, a partir de 16 de abril de 1994, a apresentação da Carteira de Identificação e Contribuição - CIC referida no § 3º do art. 12 da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991.

Parágrafo único. A comprovação do exercício de atividade rural referente ao período anterior a 16 de abril de 1994, observado o disposto no § 3º do art. 55 desta Lei, far-se-á alternativamente através de:

- I - contrato individual de trabalho ou Carteira de Trabalho e Previdência Social;
- II - contrato de arrendamento, parceria ou comodato rural;
- III - declaração de sindicato de trabalhadores rurais, desde que homologada pelo INSS;
- IV - comprovante de cadastro do INCRA, no caso produtores em regime de economia familiar;
- V - bloco de notas do produtor rural.<sup>274</sup>

---

273 BRASIL. Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8212cons.htm). Acesso em: 07 de agosto de 2010.

274 BRASIL. Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm). Acesso em: 07 de agosto de 2010.

A lei apontava como comprovar a atividade dos trabalhadores assalariados permanentes, com contrato individual de trabalho ou carteira de trabalho e previdência social. Os que trabalhavam em regime de arrendamento, parceria ou comodato, podiam utilizar os contratos, assinados entre ambas as partes. Os pequenos proprietários comprovavam com os dados cadastrais do INCRA e com notas de produtor rural.

Já, quanto aos boias-frias, como está na lei, a forma de comprovação ocorria através de uma declaração, emitida pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais que, contudo, precisava ser homologada pelo INSS. Os critérios, utilizados, para definir a aceitação destes pedidos de aposentadoria não são apresentados nessa legislação. Assim, a falta de objetividade com relação às regras, aplicadas aos boias-frias, que já é histórica<sup>275</sup>, pode ter ajudado nas complicações vividas pela categoria, em São Miguel do Iguçu.

Esse ponto da legislação, do trabalhador rural ter que comprovar que exerceu a atividade, é o que ocupava o advogado David Hermes Depiné, que atendia os trabalhadores rurais no STR de São Miguel do Iguçu.

Sr. David tinha 32 anos, solteiro, filho de agricultores. Em 2010, além de atender ao sindicato, trabalho que iniciou em 2005, após o convite do presidente, tinha também um escritório em Medianeira e fazia mestrado em Maringá no CESUMAR. Pesquisava sobre a área do Direito à personalidade, como ele resume: “Envolve todas as necessidades que um ser humano tem pra se desenvolver socialmente e na família, então acaba envolvendo previdência.”<sup>276</sup>

Sobre a comprovação do trabalho rural, para requerer o direito à aposentadoria, dos pequenos proprietários aos boias-frias, o advogado afirmou:

Existe uma cultura equivocada que chegava pro agricultor que precisa de 15 anos de nota fiscal pra pode se aposentar. O grande agricultor ele tem que contribuir, mas o pequeno agricultor, ele tem que comprovar que ele é um agricultor dentro da economia familiar (...) Se ele é filiado ao sindicato, se ele é filiado em associação de produtor, associação de orgânicos, ele entrega o leite no laticínio, tem nota de leite, ou ele é cadastrado no plantar fumo. Um vizinho, uma testemunha vale. A testemunha que venha corroborar com um indício de prova, é isso que a lei pede (...) São indícios que corroborando com testemunhas a gente consegue comprovar a vida desse pequeno agricultor e do boia-fria. E a gente tem conseguido êxito nesse trabalho.<sup>277</sup>

---

275 Como discutido no capítulo anterior.

276 DEPINÉ, David Hermes. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguçu/PR.

277 DEPINÉ, David Hermes. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguçu/PR.

Conforme as indicações do advogado, os pequenos proprietários e boias-frias poderiam comprovar que eram trabalhadores rurais com documentos institucionais e testemunhas. É possível perceber que o advogado amplia a interpretação da lei, para que os boias-frias possam conseguir aposentar-se.

Porém, quando buscam os patrões, como testemunhas, para provar o exercício da atividade de boia-fria, encontram dificuldades. O consultor de previdência social, João Cândido de Oliveira Neto, publicou, em 2005, dois textos no site da FAEP, orientando os grandes proprietários de como agir diante de tal pedido:

Se assinar – e descrever os períodos de trabalhador em sua propriedade data a data- o produtor nada mais estará fazendo do que reconhecer o vínculo empregatício do rural como seu empregado permanente. Num caso assim, ficará obrigado a recolher as contribuições sociais ao INSS incidentes sobre a folha de salários, além do FGTS. O produtor irá perder, por que deixará de ser considerado SEGURADO ESPECIAL (em regime de economia familiar), e passa a ser visto como empregador. A Consultoria de Previdência Social da FAEP recomenda então NÃO assinar a declaração.<sup>278</sup>

A posição da FAEP, transmitida aos Sindicatos Rurais Patronais, era a de que os proprietários rurais não devessem assinar declarações para aposentar os boias-frias. E caso decidissem testemunhar, deveriam tomar algumas precauções, como ressalta a continuidade do documento:

Se, no entanto, se decidir assinar, preste atenção: o produtor deve escrever as datas de prestação de serviço intercaladas, de acordo com os períodos efetivamente trabalhados nas fases de plantio, tratos culturais ou colheita. Assim, o trabalhador interessado terá que obter diversas declarações de produtores rurais, comprovando que atuou efetivamente como boia-fria ou volante. É para facilitar que os sindicatos de trabalhadores rurais costumam solicitar tal declaração de um único produtor, que depois acaba prejudicado seriamente. As entidades dos trabalhadores costumam pressionar que se o produtor não assinar "o boia-fria não se aposenta". É aí que o produtor se entrega e o bicho pega!<sup>279</sup>

Assim, caso os patrões testemunhasse precisavam tomar cuidado para não transformar os bóias-frias em trabalhadores assalariados temporários ou permanentes, o que resultaria em encargos trabalhistas e previdenciários ao patrão, prejudicando assim, o próprio processo de aposentadoria deles, empregadores.

---

278 NETO, João Cândido de Oliveira. Declaração de produtor para aposentar boia-fria. Disponível em: [http://www2.fae.com.br/noticias/exibe\\_noticia.php?id=931](http://www2.fae.com.br/noticias/exibe_noticia.php?id=931). Acesso em 27 de agosto de 2010.

279 Idem, ibidem.

Deste modo, as disputas, em torno da demanda dos trabalhadores volantes, ficavam mais complexa e, diante de não conseguir aposentar-se a situação vivida pela categoria continuava (e continuaria) delicada, inclusive no sindicato, como enfatiza o presidente:

...Somente o boia-fria... é muito delicado falá desse assunto porque as pessoa que tão na hora de aposentar hoje não tão conseguindo mais. Principalmente em nossa região. Se não achar o empregador, ou uma pessoa que ele trabalho, que dê essa declaração, que provê que ele trabalhô. Mas houve um avanço também pros próximos anos, né? O boia-fria tem o direito adquirido até 2010. Até o final de 2010 vai se aposentar. Ter essa dita declaração que diz... se ele achar alguma pessoa que ele trabalhou realmente. O sindicato vai dar outra declaração e vai encaminhar a aposentadoria dele. E a partir de 2010 ele vai ter que passar a contribuir com a previdência social. (...) Aí seria um trabalhador autônomo, um contribuinte normal. Só que ele tá amparado naquela lei do autônomo, que aí paga somente 11% do valor da aposentadoria, do salário normal hoje do Governo Federal. Então, também é um ganho, que não vai precisar pagar os 20%, só os 11%, hoje daria 51 reais e 15 centavos...<sup>280</sup>

O sr. Claudio diz que diante de toda essa problemática, de encontrar algum empregador capaz de declarar sobre a veracidade do exercício de tal função, a transformação na lei, quando as responsabilidades com os encargos trabalhistas passarão dos patrões para os próprios trabalhadores, como um “avanço”. O entrevistado parte de um presente conflituoso e aponta para um futuro não muito distante, em que esse trabalhador rural se igualará aos trabalhadores urbanos autônomos, tendo que contribuir ao INSS, para garantir acesso à previdência social. O sentido de melhoria (“também é um ganho, que não vai precisar pagar os 20%, só os 11%”), presente na argumentação do sindicalista, vem junto com a noção de que essa categoria tende a acabar na região:

Assalariado não tem muito não. Aqui não é uma região de muitos assalariados, é mais da agricultura familiar. Os bóias-frias também já passô a fase, também. Hoje se tiver 20 ou 30 sei lá... Não tem ideia porque não trabalha mais de boia-fria... trabalha de pedreiro, carpinteiro... né? Acabou! A monocultura da soja, milho mando pro espaço. Tem bem pouco, né? Tem as vilas rurais, as vila no interior, mas não sobrevive mais de boia-fria.<sup>281</sup>

Assim, para o atual líder do movimento sindical, duas categorias de trabalhadores rurais, os boias-frias e os assalariados, eram números reduzidos no município, devido ao processo pelo qual tem passado a agricultura nas últimas quatro décadas. Cita as intensas

---

280 RODRIGUES, Claudio Aparecido. Entrevista concedida em 14 de outubro de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguauçu/PR.

281 Idem, ibidem.

áreas de monocultura. Diante dessa negativa, São Miguel surgia como o local da pequena propriedade. Essa ênfase na agricultura familiar, aponta um pouco para a dificuldade dos outros trabalhadores, os boias-frias e assalariados, para conseguirem fazer-se representar no STRs.

A trabalhadora rural, aposentada, Terezinha Boza de Lima, 74 anos, quatro filhos adotivos, viúva, vinda de Santa Catarina em 1978, falou sobre as dificuldades de conseguir ajuda para garantir a aplicação das leis que regiam as relações de trabalho rural.

Ela associou-se ao sindicato, em 07 de agosto de 1997. Junto com o esposo trabalharam durante 20 anos de empregados assalariados num sítio, no Alto Laranjita, interior de São Miguel. E quando ela saiu da roça, em 2001, dois anos após a morte do esposo, seus direitos não foram garantidos.

Fomô trabalhar lá em baixo num mercadinho que tinha na Sanga Funda, daí não deu certo... Daí, esse tal de Gentil, que tem a garagem ali... levô nós lá pra dentro, pro sítio dele. Lá no Alto Laranjita. Daí moremos lá 20 anos. Com 20 anos que ele tava lá ele faleceu [o marido Casio de Lima] daí parei lá mais dois anos e três meses. Depois prá pode saí ele me deu essa casa nojenta... Onde que eu tinha buscado o advogado. Trabaieí, tudo o que meu marido trabaio, nunca ganhei um tostão dele... mas, nunca. Eu fazia pra ele tudo, eu cuidava das coisas dele como se fosse minha... Teve o dia que saí... ele saiu dizendo: 'A Tereza, a Terezinha é relaxada, é vadia, não prestava pra nada'. Não, eu tinha as vacas de leite dele, minha, dele também. Ele levava queijo a hora que ele queria... Coisa que queria. Mas, eu sempre trabaiaava com gosto, com amor. A minha filha até falava: 'Mãe deixa de sê boba. Fica fazendo as coisa pros outro'. Eu disse: 'Não. Quando eu saí eu quero que eles falem bem, não falem mal'. Eu só sei que agora... ele tem raiva de mim, não gosta de mim. Eu contratei um advogado... porque aqui ninguém me atendeu, porque ele comprou todo mundo. Aí eu arrumei um lá... lá na Foz, i aquele... mais sem vergonha do que esses que tão aqui, porque pelo menos esses não pegô... Agora, esse tal de (...) porque não presta mesmo. Ah! não menina já digo bem assim... Ele me usa três vez... 'Vem aí tal dia'. Eu vô me deu papel, tudo quanto é coisa... que eu podia entrá com uma ação... não sei o quê... pra podê me pagá, né? O meu direito de pará lá 20 anos trabaiaando sem ganhá um tostão, pra ele né? Mas, depois ele tiró, depois de três vez ele tiró. A última vez quem veio prá fora foi a minha filha... Vim um dia ele não tava, era uma terça-feira... daí a secretária dele disse: 'Vem amanhã, daí ele tá'. Daí eu disse: 'Então, tá'. Aí a minha filha veio ela pra fora, ela... Ele conheceu a minha filha Márcia, né? 'Diz pra tua mãe a Terezinha que eu não posso'. Dizia ele que era muito serviço, pegá... Mentira, mentira, mentira... Quem fez a cabeça dele pra ele não me ajudá foi o (...), aquele vagabundo, ele é o advogado do (...), desse cara, vagabundo. Esse o que é que diz, ele não quis. Faltó só 11 dias pra eu terminá a minha questão com ele lá. No fim, o homê veio ali pra vê a casa, não tinha foro, não tinha nada... 'Dá pra dona Terezinha bem feito, que ela merece, ela trabaio tanto tempo contigo'. E já que tu não quê dá nada, então dá a casa, dá uma coisa boa. Menina do céu, no fim sabê o que ele fez... Eu não ganhei nada, só essa podridão aqui que

todo ano tem que tá reformando, arrumando, pintando porque tem criança. Uma casa meio ruim. Eu sei que ele deu quatro mil reais para aquele meu advogado. (...) Mas, botei na mão de Deus. Digo: Deus tem mais pra me dá, do que o diabo pra tirá... Tá o dia de hoje... ele tá pagando o que me fez...<sup>282</sup>

A Sra. Terezinha apontou para o descaso com que foi tratada tanto pelo patrão, quanto pelos advogados que procurou para encaminhar uma ação, e garantir os direitos trabalhistas. Nessa procura por um profissional, o sindicato não apareceu como uma possibilidade de defesa jurídica, ou mesmo de representação para que junto ao empregador, viabilizasse suas reivindicações. Assim, enquanto trabalhadora rural, afirmou jamais ter recebido pelos serviços que realizou. E o marido, mesmo assalariado, não recebeu 13º salário e férias. Era isso que reivindicava. Mas, foram ações sem sucesso, conforme sua análise. Pois, ante um acordo, ela recebeu a casa “nojenta” que morava em 2009.

Diante do problema desta trabalhadora assalariada, o sindicato não tomou nenhuma iniciativa em defesa da classe. Isso ficou mais claro quando questionou-se a Sra. Terezinha sobre a importância do sindicato.

(...) É muito pouco pra mim precisá do sindicato. Sabe por quê? Porque as vezes... eu pagô uma consulta é 50 real, mais as vez eu não tenho esse 50. Eu termino agora no mês de maio, que faz dois anos, que eu pagava dois bancos. Esses dois bancos... na Bonavita, na Farmácia Biofarma, na Bioética, na New Roque, na Nossa Senhora Aparecida, lá no Paulinho. Sabe? Porque eu não posso ficá sem remédio. Eu sou uma pessoa doente, doente, completamente doente...<sup>283</sup>

A entrevistada, doente e sem dinheiro, expressa uma situação vivida por um aposentado rural, que recebia um salário mínimo. Assim, diante da argumentação é possível perceber que para a trabalhadora rural a referência de sindicato tem relação direta com a questão da saúde e não de trabalho, o que reforça o descaso da entidade junto a essa categoria, pois nem mesmo acesso a um profissional da área de direito lhe foi garantido.

Contudo, em 2009, advogados não faltavam. Além da parceria com advogado David Hermes Depiné, outro advogado Edson Silva da Costa, também orientava os trabalhadores. Edson recebia os interessados, normalmente em seu escritório, enquanto que David atendia no sindicato. Ali, ele realizava consultoria gratuita e recebia pelas ações que encaminhava, sobre

---

282 LIMA, Terezinha Boza de. Entrevista concedida em 17 de julho de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência da trabalhadora, em São Miguel do Iguazu/PR.

283 Idem, ibidem.

questões trabalhistas, mas, principalmente, sobre previdência social, como destaca sr. Claudio:

Aqui tem o David, que trabalha com a gente. Mas, na verdade temos quatro advogados que atendem o sindicato. Ele atende dentro do sindicato. Tem o Dr. Edson, também outro advogado que tem escritório próximo daqui. E tem mais dois em Medianeira, que são sócios do David em Medianeira que dão suporte pra nós quando nós precisamos.<sup>284</sup>

Para o sr. Claudio, o que se apresentava era a necessidade de uma assistência jurídica, e qualquer demanda específica, se possível, em última instância, teria um encaminhamento por via da lei, na forma legal. As reivindicações, teoricamente dessa condução, não teriam recusa, pois afinal eram quatro advogados dando “suporte”.

Contudo, mesmo com esse aparato, para o atual presidente resolver as demandas dos assalariados, parece que não se apresentava como ponto de pauta, como declarou sr. Claudio:

Eles não são sócios do sindicato. O trabalhador com carteira assinada hoje não tem necessidade de ser sócio do sindicato. Nós conquistamos pra eles... porque a luta é pra todos. Inclusive hoje o salário mínimo do trabalhador rural é o salário mínimo do Estado. Graças às lutas que o sindicato fez... Ele não vai receber do Governo Federal, ele vai receber o salário do Estado, mas pra isso ele tem que cumprir com 2% pra sua entidade, que é o sindicato, a Federação...

Flaviane: Então esse trabalhador assalariado não faz parte do sindicato? Faz tempo?

Claudio: Foi sempre assim. Sempre foi assim. No passado eles eram sócios pela assistência que tinha no sindicato, da saúde... Então, a maioria do trabalhador procura o sindicato pelos benefícios que ele tem. Ele não pensa pelas conquistas que está sendo pra eles...<sup>285</sup>

O sr. Claudio parece protestar pela forma utilitarista com a qual estes trabalhadores buscam o sindicato. Para ele, esses trabalhadores fazem parte do passado, embora, na interpretação do presidente, a entidade buscasse garantir benefícios para a categoria:

Depois que foi criada a lei do salário mínimo estadual, não é mais necessário mais os dissídios coletivos, mais... A gente viu que o sindicato, aonde é que tenta fazê ainda as assembléias, pra discuti a questão salarial não tá avançando, porque o empregador não qué pagá mais que o salário mínimo do Estado. E se é pra pagá menos, é melhor não fazê, porque menos não pode. Se já tem uma lei estadual que diz que o salário tem que sê tanto... não tem o porquê você querer ganhá menos...<sup>286</sup>

---

284 RODRIGUES, Claudio Aparecido. Entrevista concedida em 14 de outubro de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguazu/PR.

285 Idem, ibidem.

286 Idem, ibidem.

Para o líder sindical, a Lei nº 15.118/2006 que dispõe sobre o salário mínimo no Estado do Paraná,<sup>287</sup> ajudou a amenizar as relações de trabalho entre patrões e empregados, pois estabeleceu-se o que deveria ser pago, e, diante disso as Convenções Coletivas, feitas entre sindicatos dos trabalhadores e patrões, para regularem as relações de trabalho e salários, não ocorriam, pois, “se é pra paga menos, é melhor não fazê”. Quando se perguntou se o sindicato tomava ações, principalmente, no sentido da agricultura familiar, e deixava as demandas dos assalariados e boias-frias, o sr. Claudio argumentou:

Também... pode ser... É que no passado existia muito arrendamento de terra. Naquela história do meu pai, que veio de uma fazenda que era arrendatário, né? E que prestava serviço pra fazenda também. Hoje não... Hoje existe mais pequeno... médio. E tem o assalariado ainda... E se fala pra você que não existe briga ainda... Mas, é uma briga consenso, porque quando vem uma pessoa fazê acerto aqui comigo, que não tem carteira assinada, eu exijo todos os direitos trabalhistas pra aquela pessoa. Mas, o próprio patronal tá sabendo que isso é direito... nada, além disso. E no passado tinha muita negociata também... né? Fechava-se as portas e negociava-se, né? E coitado do empregado que às vezes levava ferro. Hoje não tem essas coisas. (...) Amadurecimento das pessoas, né? E a questão de cumprimento de lei. Hoje o empregador sabê realmente qual é o dever dele. Acabô aquela lei do coronel, né? Do coronel, do coronelismo, né? Que eles queriam fazê o que eles achava que era dever dele fazê, né? Direito dele, né? Hoje não. Sê cumpre a lei.<sup>288</sup>

Na construção da narrativa, articula passado e presente, e destaca as relações, vividas no passado, como algo que se transformou. Afirma que as “brigas” entre patrões e empregados continuam, mas as formas são distintas daquelas do passado. No presente, a base das resoluções trabalhistas é o “consenso”. A lei foi colocada como imparcial, acima de qualquer situação, inclusive da corrupção que foi superada. Nesse momento, os coronéis, capazes antes de ditar o que deveria ser feito, não existem mais.

A posição, assumida pelo presidente do STRs, parece diferenciar-se do que era manifestado pela FETAEP. O Informativo da FETAEP, de janeiro/fevereiro de 2007, divulgou um Seminário Estadual com os trabalhadores assalariados. O “evento vai [iria] discutir questões relativas aos assalariados rurais”. O objetivo era debater os direitos trabalhistas, convenções e acordos coletivos de trabalho, flexibilização e terceirização das leis trabalhistas, previdência social, reforma agrária, crédito fundiário e autoestima.

---

287 O valor do salário mínimo regional em 2006 era R\$ 427,00 e o salário nacional era de R\$ 350,00.

288 Idem, *ibidem*.

A matéria, publicada no jornal institucional, apresentou a posição do vice-presidente e diretor de políticas sociais e de assalariados rurais da FETAEP, Antônio Zarantonello:

‘A realização desse encontro de assalariados rurais quase que inédito na capital do Estado é um passo importante para que esses trabalhadores sintam-se valorizados e reconhecidos pelo movimento sindical’, afirma o vice-presidente e diretor de políticas sociais e de assalariados rurais da FETAEP, Antônio Zarantonello.

Ainda de acordo com ele, o objetivo é sensibilizar os assalariados sobre sua importante contribuição para o desenvolvimento da economia do País, através de sua força de trabalho, e, ao mesmo tempo, incentivá-los a se organizar e desempenhar um papel mais ativo na defesa dos seus próprios direitos. ‘Há muitos desafios a serem enfrentados, mas é necessário que eles tenham uma vida mais participativa para que a categoria possa crescer, seja no processo de negociação de seus salários, ou na conquista de outros benefícios’, completa Zarantonello.<sup>289</sup>

Enfatizou o fato de ser uma das primeiras vezes em que os assalariados iriam à capital do Estado, discutir a situação da categoria. Zarantonello destacou a necessidade deles organizarem-se para garantir os direitos trabalhistas, previdenciários e outros que ainda precisavam ser conquistados.

Além dessas questões sobre o trabalho assalariado, na mesma página o jornal institucional traz uma matéria intitulada: “Assembléia aprova pauta da convenção coletiva de trabalho”, quando definiam as reivindicações da convenção coletiva de trabalho, de 2007, como “uma das principais mudanças em relação a pauta do ano passado [2006] refere-se ao piso salarial cujo valor foi atualizado para R\$ 517,00”<sup>290</sup>.

Ainda, na mesma edição do jornal, o secretário estadual da agricultura, Valter Bianchini, ao assumir o mandato, destacava a necessidade de intermediação da Secretaria Estadual de Agricultura e Abastecimento (SEAB), no cumprimento dos direitos trabalhistas pelos empregadores rurais. Ele dissera, no jornal, aos assalariados: “Contem conosco para ajudar a intermediar as negociações”<sup>291</sup>. Ainda que o presidente do STR, Claudio, afirmasse que eram poucos os trabalhadores rurais assalariados, o que se apresenta é que no debate, a FETAEP, parece reconhecer as dificuldades dos assalariados rurais. Embora pareça que há

---

289 EVENTO vai [ir]ia discutir questões relativas aos assalariados rurais. Informativo da FETAEP. Curitiba, janeiro/fevereiro de 2007. p 04.

290 ASSEMBLEIA aprova pauta da convenção coletiva de trabalho. Informativo da FETAEP. Curitiba, janeiro/fevereiro de 2007. p 04.

291 BIANCHINI assume Agricultura disposto a dialogar com todas as instituições. Informativo da FETAEP. Curitiba, janeiro/fevereiro de 2007. p 05.

posições distintas, entre sindicato e a federação, as demandas dos assalariados rurais permanentes ainda são problemáticas para o movimento sindical.

A partir da experiência, sr. André Izalino Cardoso, que era assalariado permanente nas terras do empresário sr. Cavalca, explicita os processos, vividos por esses trabalhadores. Avalia o processo produtivo da fazenda, na produção de gado, em 1985 e em 2008, quando passaram a plantar soja:

Hoje tem menos [trabalhador assalariado] porque a máquina tiro né? Não tem mais. Na fazenda que nós tava lá contando na realidade, ela tava com 18 funcionários fichados, tem mais uns 10, 12 por dia, diarista. Hoje tem trabalhando na fazenda 4, 5 pessoas. (...) Hoje tá difícil, serviço braçal hoje quase não tem mais serviço assim, tá pouco por aqui. Tá pouco.<sup>292</sup>

Apesar de apontar para a diminuição do número de trabalhadores rurais, devido à utilização de máquinas que substituíram o trabalho manual, os assalariados continuavam a existir no município.

E, conforme o advogado do sindicato, sr. David, no nível local, a situação dos assalariados ainda estava difícil.

Existe bastante [assalariado], até pela rentabilidade do agricultor sendo que um médio, grande agricultor até mesmo um pequeno agricultor. Hoje em dia [2010] a agricultura é uma atividade que não está mais no vermelho, digamos assim. Então, com isso, muitos agricultores estão contratando empregados como parceiros como têm chamado, com esse problema de não assinar carteira e acaba se incomodando mais pra frente. A questão dos aviários, hoje em dia que é bastante lucrativo, a gente tem várias cooperativas que trabalham no ramo, empresas que trabalham no ramo aqui na região, e esse tipo de atividade requer muita mão-de-obra, e só a família não vem dando conta de fazê isso. Então existe bastante contratação, principalmente pra trabalhar em granja de porco e em aviários. E muitos agricultores também pela renda abandonam um pouco o trabalho manual. Médio e grande produtor, que não é familiar, contratam assalariado pra fazê todo tipo de serviço. Já gerenciam o trabalho. E a gente tem bastante agricultor aqui na nossa região com poder aquisitivo alto, então, se você for percorrer as propriedades rurais que não são de economia familiar, muito pequena, você vai encontrar pessoas lá que deveriam tá com a carteira assinada, mas não está, tá como parceiro, meeiro, arrendatário, só que na verdade não é. É um empregado que deveria tá com a carteira assinada.<sup>293</sup>

---

292 CARDOSO, André Izalino. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

293 DEPINÉ, David Hermes. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

Os assalariados existiam e alguns eram contratados como parceiros, meeiros, arrendatários, de maneira que os patrões, não necessitassem garantir os direitos trabalhistas e previdenciários, previstos em lei. Assim, os assalariados estavam localizados, principalmente, nas granjas de frangos e de porcos, e vários deles estavam irregulares, segundo o advogado, pois deveriam estar com a carteira assinada.

A falta de aplicação das leis vinha, para o advogado, dos grandes, mas também de médios e pequenos proprietários que repetiam o modelo de exploração. Sobretudo porque as leis que regulamentavam essas situações poderiam dificultar a vida dos pequenos proprietários, uma vez que ao contratarem trabalhadores assalariados rurais passavam, automaticamente, a categoria de patrões e tinham seus direitos previdenciários, de segurados especiais, negados. Isso, porque deixavam de produzir em economia familiar e tornavam-se empregadores, como está no Artigo 11, da Lei 8.213, que versava sobre os segurados obrigatórios da previdência, e que, diante disso, só tinha direito a aposentadoria quem produzisse em economia familiar, como no parágrafo primeiro: “Entende-se como regime de economia familiar a atividade em que o trabalho dos membros da família é indispensável à própria subsistência e é exercido em condições de mútua dependência e colaboração, sem a utilização de empregados”<sup>294</sup>. Ou seja, não registrar empregado era ter assegurada a aposentadoria como pequeno produtor, isso até mesmo para os grandes proprietários, já que o que definia a diferença entre trabalhador e empregador rural, segundo a mesma lei, era o registro dos trabalhadores assalariados.

O advogado, sr. David, explicou o que essa prática de contratar trabalhadores como arrendatários, meeiros e parceiros provocava no cotidiano:

Na verdade não seria uma estratégia, seria uma cultura. Não tô dizendo que o agricultor tá agindo de má fé. Até o próprio empregado que tá lá entende aquilo como legítimo. Até muita gente sai e não procura a justiça do trabalho porque entende aquilo como legítimo. Só que o que tu tá fazendo não assinado a carteira do funcionário? Tu tá afastando ele de todas as garantias trabalhistas, como te disse, fundo de garantia, seguro desemprego, essas pessoas geralmente não ganham 13 salário, são garantias trabalhistas. E o principal na minha opinião é que está afastando ela das garantias previdenciárias. Essa pessoa não está assegurada contra um acidente, contra uma doença que pode surgir o INSS está aí pra isso. A família dela não vai ter uma garantia futura caso venha a falecer, se a pessoa tiver acidente de trabalho, ou qualquer acidente que não tem relação com o trabalho ela tá assegurada junto ao INSS, se tiver a carteira de trabalho assinada. Tudo isso

---

294 Lei 8.213.

tu tá afastando a pessoa e se tu for observar também não é tão alta a contribuição, i tu não tá anotando a carteira de trabalho tu tá jogando essa pessoa na informalidade, digamos assim. O que pode gerar no futuro um problema não só pro empregado. Hoje em dia a informação corre. Tem empregado aí que trabalha 10 anos em uma propriedade aí, sem carteira assinada, tão entrando na justiça i tão levando valores razoáveis porque é direito deles. Não recebeu o salário.”<sup>295</sup>

Segundo a fala do advogado, socialmente, esse trabalhador assalariado não era reconhecido, a ponto de ele mesmo entender como legítima a situação de exploração de seu trabalho sem direitos.

Ainda, sr. David, sobre as relações de trabalho, comenta:

... Eu queria ter um monte de funcionários trabalhando pra mim, mas eu não posso. E essa regra vale pro agricultor também, você não pode querer que uma pessoa trabalhe 12 horas por dia pra ti, é ilegal. A menos que você faça um contrato. Não to dizendo que todos os contratos de parceria estão errados, tem parceria que estão corretas. Pra tu vê se a parceria tá correta tu vê nas porcentagens, elas tem que ser parecidas pro dono e pro empregado. Se for uma porcentagem de 10% já não é parceria. Parceria é digamos, tu tirou o líquido, o lucro líquido, tem que mais ou menos aproximar e a metade cada um. 10% em 90% nesse caso, isso não é parceira. Arrendatário o arrendatário arrenda e paga uma porcentagem ao dono da terra bem menor do que o lucro dele, isso é arrendar e parceria é mais ou menos meia a meio. Agora 10% e o cara tá fazendo esforço isso não é parceria, isso é relação de trabalho. I se eu fosse agricultor eu anotaria a carteira de trabalho que é muito mais seguro, que tanto como a pessoa pode não entra na justiça, o correto seria entrar que vai receber, que vai ganhar, se comprovar vai ganhar. I comprovar não é tão difícil.<sup>296</sup>

Na prática, o que ocorria é que os contratos eram assinados como se fossem parcerias e arrendamentos, mas os valores pagos em tais sistemas, cerca de 10% da produção ficavam para esse trabalhador, o que demonstrava as desigualdades na apropriação do lucro, e a aproximação desses com o regime de assalariamento.

A questão previdenciária e trabalhista são também alguns dos principais elementos de análise que norteavam os motivos que levavam os pequenos produtores rurais a buscar o sindicato. Para o pequeno proprietário, sr. Bacilio Pelenz, o sindicato ajudou e continua a ajudar. Quando perguntado se o sindicato o auxiliou a se aposentar, ele analisou:

É parece que a gente se obriga a chegar lá, e eles dão por escrito alguma coisa, que ajuda a gente, de repente. Até hoje tem que passar no sindicato,

---

295 Idem, ibidem.

296 DEPINÉ, David Hermes. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguçu/PR.

não sei o que eles fazem lá... alguma coisa. (...) Eu vou e de vez em quando eles ajudam, por exemplo, ITR [Imposto Territorial Rural], eles me fazem de graça e o particular ele cobra.(...) ITR é o INCRA, tem o outro, o CCIR [Comprovante de Cadastro de Imóvel Rural] também é um documento que a gente precisa. E isso a gente vai simplesmente no sindicato entrega o do ano passado e eles fazem sem custo. Então, sempre tem alguma coisa que eles ajudam, fazem.<sup>297</sup>

O entrevistado descreveu as situações em que procurou o sindicato. Ele diferenciou o sindicato da iniciativa privada, e argumentou “eles me fazem de graça e o particular ele cobra”. Mesmo tendo que pagar a mensalidade, imposto sindical e a contribuição confederativa, o sindicato, ainda assim, tinha diferença para o pequeno agricultor, a de não ter uma relação mediada pelo dinheiro imediato (“eles fazem sem custo”).

Os associados ao STRs contribuía, mensalmente, com 2% do salário mínimo regional, cerca de R\$ 9,30. Já os que não eram associados ao STRs, mas faziam parte da categoria de “trabalhadores rurais” deviam pagar igualmente a Contribuição Sindical, R\$ 21 e a Contribuição Confederativa, R\$ 49 como “disposto nos artigos 580, I e II e 610 da CLT; Decreto Lei 1.166/71; e, Lei 9.071/98”<sup>298</sup>. Esses valores eram cobrados juntamente com o boleto bancário, totalizando R\$ 70 anuais. Isso, para os agricultores familiares, para os assalariados, o valor da Contribuição Sindical, era uma diária por ano, e a Contribuição Confederativa referia-se a 2% do salário.

A contribuição dos assalariados, de acordo com o artigo 580 da CLT, era responsabilidade do patrão. “O empregador está obrigado a descontar o valor correspondente do salário de seus empregados e a repassá-lo para o sindicato da categoria”<sup>299</sup>, ou seja, o trabalhador com carteira assinada logo teria descontado de seu salário, diretamente pelo empresário rural, tal contribuição. Ficava aparente que, ao tirar essa “responsabilidade” do trabalhador para a pessoa a qual o empregava, primeiramente, distanciava esse assalariado do sindicato e, segundo, colocava como “financiador” da luta dos trabalhadores os próprios patrões.

---

297 PELENZ, Bacilio. Entrevista concedida em 24 de julho de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências da propriedade dele na linha Santa Cruz do Ocoí, em São Miguel do Iguaçu/PR.

298 CONTRIBUIÇÃO Sindical Rural. Panfleto de divulgação distribuído pela FETAEP.

299 GUIA de pagamento da contribuição sindical. Disponível em: [www.contag.org.br](http://www.contag.org.br). Acesso em 12 de setembro de 2009.

Como o sindicato continuava filiado, desde a década de 1970, a FETAEP<sup>300</sup> e a CONTAG<sup>301</sup>, de acordo com informativo, distribuído pela FETAEP, os valores arrecadados eram distribuídos entre as entidades. Ficava 5% com a CONTAG, 15% para a FETAEP, 60% para o STR e 20% era direcionado para o Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT).<sup>302</sup>

O sr. Miguel Isolar Sávio não relatou sobre como o movimento se mantém, mas apontou diferentemente para algumas conquistas sindicais que estão ativas no sindicato.

Aí veio o movimento o Grito pela Terra, da FETAEP. Aí começou o movimento pela linha de financiamento específica pra agricultura familiar, que hoje é o PRONAF. Aí começou os programas estaduais voltados pra agricultura familiar. Aí hoje, eles já se entendem mais, já começam a ver que agricultura não é uma só, que os interesses são diferentes. (...) Tanto que hoje no país, o Governo Federal, os recursos destinados pra PRONAF cresceram muito. Tava em dois bilhões e 400 milhões em 2003 e hoje está atingindo 10. Parece que é bastante. E é bastante. Cresceu bastante. Mas, se nós olhá o que o orçamento nacional reserva pra agricultura do país, que são mais de 50 bilhões, aí tu vai ver que que 40 bilhões de reais são gastos com outra agricultura. Então, os grandes produtores é que abocanham grande parte dos financiamentos do Governo Federal. E nós não temos ainda, uma força política pra peitar isso, por causa da falta de consciência e organização da agricultura familiar.<sup>303</sup>

Sr. Sávio, ao argumentar sobre a conquista de linhas de financiamento para a agricultura familiar, buscou demarcar o início de uma nova fase, a do movimento ser reconhecido como diferente dos grandes proprietários, quando o assunto era financiamento agrícola, pois, os latifundiários sempre tiveram acesso a uma parte superior do dinheiro destinado à agricultura. Então, a luta por mais crédito foi conquistada dentro da correlação de forças com a classe dominante agrária. Na visão do sr. Sávio o PRONAF ajudou a agricultura familiar.

O sr. Benedito Rodrigues também falou sobre o PRONAF.

Quando tinha financiamento o pequeno sempre foi sacrificado pelo financiamento. Hoje não, já tem esse... Tudo a luta do sindicato conseguiu esse PRONAF, né? Isso foi uma grande luta do sindicato. Foi difícil isso aí

---

300 A FETAEP representa aproximadamente no Paraná 1,2 milhões de trabalhadores e trabalhadoras rurais. Desses, 780 mil são agricultores familiares e 420 mil assalariados. Possui 299 sindicatos de trabalhadores rurais filiados, dentre os 331 existentes.

301 A CONTAG com sede em Brasília/DF integra aproximadamente 25 milhões de trabalhadores e trabalhadoras em todo o país, organizados em mais de quatro mil sindicatos de trabalhadores rurais.

302 CONTRIBUIÇÃO Sindical Rural. Panfleto de divulgação distribuído pela FETAEP.

303 SÁVIO, Miguel Isolar. Entrevista concedida em 08 de junho de 2007. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçú/

viu esse PRONAF aí. Foi muito difícil. Isso aí foi o sindicato que conseguiu isso aí, e tá conseguindo, né?<sup>304</sup>

Como o sr. Sávio, o sr. Benedito também vê as melhorias no sindicato como conquistas do movimento sindical. Assim, vê a implementação do PRONAF, garantido através das ações da década, de 1980 e viabilizado no Grito da Terra, de 1995, como “uma grande luta do sindicato”. Foi esse movimento que permitiu à parcela dos trabalhadores, aqueles que são pequenos produtores, beneficiarem-se com os financiamentos.

O PRONAF não atendia todas as categorias pertencentes ao sindicato. E mesmo entre aquelas que podiam financiar, ainda assim, não era do interesse de todos. Mas, o programa destacou-se no STR de São Miguel do Iguçu, como declarou o presidente:

O PRONAF é o carro chefe do sindicato hoje. É um programa que tem engrandecido muito o sindicato, né? Todo ano nós vamô no interior fazê reuniões de lançamento do plano safra. Divulgar a linha de crédito que saiu, as taxa de juro i o trabalho do sindicato... Então, hoje o carro chefe do sindicato realmente ta envolvido com o PRONAF. [...] O PRONAF é um pouco diferente, nem todo sócio do sindicato, nem todo sócio ele tem PRONAF porque nós temos muitos aposentados que param de trabalhar. Que não acessa mais financiamento em bancos. Mas cadastrados no PRONAF hoje nos temos em torno de 800 agricultores, 800 agricultores cadastrados no PRONAF. A cartinha do PRONAF ela tem validade por cinco anos, então nem todo ano essas pessoas voltam pro sindicato pra ta financiando, renovando porque tem outras empresas que fazem serviço de projetos.<sup>305</sup>

A articulação feita pelo entrevistado, da elevação do PRONAF a “carro chefe” do STR, acabou por reforçar a orientação que o sindicalismo rural tem tomado. Se o programa não atende trabalhadores assalariados e nem boias-frias, exprime que são os pequenos proprietários, parceiros e arrendatários, ou seja, aqueles que desenvolvem a agricultura familiar, que se colocaram como os grandes beneficiários desse programa.

O PRONAF era um programa do Governo Federal, destinado a dar apoio financeiro às atividades agropecuárias e não-agropecuárias, exploradas mediante emprego direto da força de trabalho do produtor rural e de sua família.<sup>306</sup>

O PRONAF é também viabilizado via STR, inclusive o de São Miguel do Iguçu, que possibilita acesso a financiamento aos “agricultores familiares, remanescentes de quilombos,

---

304 RODRIGUES, Benedito. Entrevista concedida em 08 de junho de 2007. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguçu/PR.

305 Idem, ibidem.

306 O QUE É O PRONAF? Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/pronaf.asp#14](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/pronaf.asp#14). Acesso em 12 de setembro de 2009.

trabalhadores rurais e indígenas”<sup>307</sup>. Mesmo o programa tendo apontado como possíveis beneficiários os “trabalhadores rurais”, nesse caso específico, os pequenos proprietários, posseiros, arrendatários, parceiros ou aqueles que participam do Programa Nacional de Reforma Agrária, ou seja, agricultores familiares.

Em São Miguel do Iguçu, todas essas situações são vivenciadas, inclusive os quilombolas e indígenas, que também estão inclusos entre os trabalhadores que podiam financiar, e que, do mesmo modo, produziram através da organização familiar. Índios e quilombolas podiam requer uma pequena parcela de crédito, desde que se enquadrem nos grupos “A”, “B”, “C”, “D”<sup>308</sup>, e assim poderiam financiar individualmente no mínimo de R\$ 500 ao máximo R\$18 mil. Já o grupo “E” era para agricultores que possuíssem uma renda maior, e podiam financiar valores superiores aos outros grupos.

No caso do PRONAF Mais Alimentos<sup>309</sup>, uma das linhas mais recentes, os valores para custeio da produção variavam de R\$ 5 mil a R\$ 30 mil. Já para investimento para a produção variavam de R\$ 7 mil reais a R\$ 36 mil. Nesse caso, as taxas de juro variam de um a cinco por cento ao ano. Essa linha visava a compra “de máquinas, implementos, irrigação, informática, armazenamento, beneficiamento e processamento da produção, instalação para vacas de leite, pomares e hortas”<sup>310</sup>. O crédito é direcionado para os agricultores familiares, pequenos proprietários, arrendatários, posseiros e assentados produzir alimentos.<sup>311</sup> É possível identificar diante, dessa iniciativa o Estado, através da SEAB, da EMATER e do Ministério de Desenvolvimento Agrário, a organização na forma de produzir desses pequenos produtores, pois não estava dando somente a possibilidade do financiamento, mas planejando, a priori, como ser investido.

---

307 Idem, ibidem.

308 O grupo “A” pode financiar até R\$ 13.500, com juro 1,15% ao ano, tendo até 10 anos para pagar com até cinco anos de carência. O grupo “B” pode financiar R\$ 1.000, com juro de 1% ao ano, com até dois anos para pagar, sendo com até um ano carência. O grupo “C” tem alternativa de financiar R\$ 500 a R\$ 3.000 ou R\$ 1.500 a R\$ 6.000, com juro de 4% ao ano, sendo no primeiro caso até dois anos para pagar e no segundo até oito anos, com até cinco anos carência. O grupo “D” é de R\$ 6.000 a R\$ 18.000, juro de 4% ao ano, com até dois anos para pagar, no primeiro caso e no segundo, até oito anos com até cinco anos carência. O grupo “E” possui valores mais elevados como de R\$ 28.000 a R\$ 36.000, com juro de 7,25% ao ano, com até oito anos para pagar, sendo até três anos carência.

309 Linha do PRONAF, de 2008/2009, exclusiva para investimentos na produção de alimentos. Ou seja, conforme divulgação é um “crédito especial para estimular a produção de cinco alimentos básicos da mesa dos brasileiros – arroz, feijão, mandioca, milho e trigo. Os agricultores terão 30% a mais de crédito para a produção dessas culturas.”

310 MAIS ALIMENTO. Panfleto de divulgação da linha de crédito do PRONAF.

311 Idem, ibidem.

Quanto aos quilombolas, cerca de seis famílias que residem na comunidade Apepu, área rural e região próxima à Vila Guanabara, acessam o grupo “B”, até R\$ 6 mil, para investimento. O custeio, para plantar, conseguiam até mil reais.

Já os indígenas, que residiam na região do Ocoí em São Miguel, não procuravam os financiamentos no sindicato, pois, segundo o presidente do STR, “a Itaipu Binacional os atendia”<sup>312</sup>.

É através da experiência, no arrendamento de terra, que a Sra. Marlene Aparecida de Oliveira explica a utilidade do PRONAF na agricultura familiar.

Encontrou-se a Sra. Marlene Aparecida de Oliveira, 57 anos, na lida dos afazeres domésticos em sua casa, na área urbana do município de São Miguel do Iguaçu, local em que residia, desde 1999, quando deixou o meio rural, mudou-se para a cidade com a família.

Apesar de morar na cidade, a trajetória de vida da Sra. Marlene, com seis filhos, viúva, e que estudou até o segundo ano primário, foi construída em meio a terra. Primeiramente, foi assalariada rural permanente e, mais tarde, arrendatária. Associou-se ao STRs na década de 1970.

Na infância viveu em Pradópolis, São Paulo. Quando ainda jovem mudou-se com a família para o norte do Paraná, primeiramente para São Pedro do Ivaí, quatro anos depois para Bandeirantes, aonde trabalhou como assalariada rural permanente, na fazenda Santa Rosa, de José Mario Junqueira:

Era assalariado. Boia-fria era os que vinham de fora. É que nós morava numa fazenda, sabe? Então, a gente morava na fazenda, a gente era assalariado. Porque, vamos supor, quando não tinha cana pra cortá, a gente trabalhava por dia. A gente carpia, roçava pasto. Era o serviço que tinha na fazenda a gente fazia. Carpia carreador. As berradas do carreador, né? Lá não chamava estrada. Chamava carreador. Então, carpia as berradas. Era assalariado por causa disso, porque quando a gente não trabalhava assim, a gente... Porque na época que a gente cortava cana, a gente ganhava mais cortando por metro do que por dia. Porque se ele colocasse você trabalhá por dia você ia cortá 50 metros de cana. 50 metros de cana, você ganhou o dia, né? Então, ele jogava por metro. Porque a gente se esforçava, aquele que cortava mais ganhava mais. Aquele que cortava menos ganhava menos. Era assim que funcionava. E os bóias-fria então, era aqueles que eles traziam de fora da cidade. Que na época do corte de cana era muita gente pra cortá, né? Quanto mais cana cortava melhor era pro fazendeiro. E daí os bóias-fria era

---

312 RODRIGUES, Claudio Aparecido. Entrevista concedida em 14 de outubro de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

esses, aqueles que vinham de manhã e iam embora de tarde. Agora a gente que morava na fazenda era assalariado.<sup>313</sup>

Em 1970, saiu do norte com destino ao oeste do Paraná, para a Linha Marfim, em São Miguel do Iguaçu. Já casada com João Aparecido Moreira de Oliveira, que também era assalariado permanente da fazenda Santa Rosa, arrendaram terra para plantar: “A gente chegamos aqui, com bastante dificuldade. Viemos como diz: ‘Com a cara e a coragem’. E chegamos ali derrubamos o mato e começamos a plantar quatro alqueires de terra.”<sup>314</sup>

Diante das dificuldades vividas, o caminho para a sobrevivência foi o arrendamento de terra. Sra. Marlene Aparecida de Oliveira buscou sintetizar essa experiência:

Toda a vida nós fomos arrendatários de terra, o pedacinho que a gente tem, essa data aqui [lote na cidade]. Toda a vida fomos arrendatário, nós... Tá com 43 anos que eu moro aqui em Foz do Iguaçu... [São Miguel do Iguaçu] tá com 11 anos que eu moro aqui [na cidade], o resto da época destes 43 anos, nós toda a vida fomos arrendatário. Tivemos três patrões nesses anos todos. O primeiro patrão nosso foi Ângelo Colombari. O segundo Alfredo de Souza Pinto. E o último patrão, como arrendatário, foi José Itamar da Silva. Foi os nossos patrões, que nós arrendamos terras com eles. (...) Até esqueci de falar para você, quando a gente morava com Rosalino Da Rold, eu falei que era três. Não, esse Rosalino Da Rold também foi um patrão bom pra nós. Era nos Bandeirantes [interior de São Miguel do Iguaçu]. A gente plantava fumo e tirava leite. Mexia com leite também.<sup>315</sup>

A entrevistada, Sra. Marlene, apresentou os problemas, enfrentados com o sistema de arrendamento, que não estavam ligados diretamente aos proprietários das terras, que são reconhecidos como “bons”, mas vinculam-se à instabilidade desse modo de vida, por meio do aluguel da terra de outra pessoa. E assim, a narrativa desenrolou-se em torno dos nomes dos proprietários, ou seja, ao elencar os “patrões” a Sra. Marlene apontou como sair de uma terra e chegar a outra foi uma constante.

Diante desse vivido, o PRONAF garantiu mais independência na produção:

... Em 95 a gente tava... foi financiado sim. Ajudou muito, [o PRONAF] foi nessa época que meu esposo conseguiu comprar bomba de veneno, porque nessa época a gente ainda pagava pra passar veneno, né? Que a gente não tinha bomba de veneno. E ele conseguiu comprar a bomba de veneno e a gente conseguiu pagar com a maior facilidade. (...) Conseguimos comprar uma plantadeira melhor, mais grande, que a gente tinha uma plantadeira bem pequeninha. A gente comprou uma plantadeira mais grande, trocamos o

---

313 OLIVEIRA, Marlene Aparecida de. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência da trabalhadora, na cidade de São Miguel do Iguaçu/PR.

314 Idem, *ibidem*.

315 Idem, *ibidem*.

nosso trator também. Que nós tinha um trator pequenininho e daí compramos um Valmet. A gente tinha um Fordinho e daí compramos um Valmet. Ajudou, ajudou bastante.<sup>316</sup>

Na memória da entrevistada a compra de equipamentos novos e outros mais potentes, ajudaram nas atividades cotidianas no sítio. Contudo, o PRONAF não resolveu todos os problemas daqueles que viviam do arrendamento e da pequena propriedade, nas comunidades de Marfim e de Bandeirantes, interior de São Miguel, como relata Sra. Marlene:

...Na época que nós morava na Bandeirantes, nós era em 39 famílias. Todos que tinham terra e que arrendavam terra. Tinha pessoas que tinha quatro alqueires de terra, outros tinha três alqueires de terra, outros cinco e outros já era 10. Mas, era uma comunidade de pequenos agricultores. E hoje, lá na Marfim [é na Bandeirantes], tem pra dizê pra você, que o sítio mais pequeno, acho que tem é três. Que é o da minha mãe, que é uso e desfruto nosso, né? Que tem seis alqueires de terra, e mais dois. Que um parece que tem quatro [alqueires] e outro me parece que tem cinco. O resto está tudo na mão de dois, três. (...) E lá na Marfim é a mesma coisa. Hoje lá na Marfim se tivé... Quem tem a terra mesmo lá é uns quatro. E a Marfim é grande.

Ela aproximou o arrendamento da pequena propriedade, afirmou que antes, logo que chegou à região, o número de propriedades era maior. Porém, houve a concentração da terra entre alguns poucos proprietários, e, com isso, a diminuição da possibilidade de arrendamento e da permanência na terra. A Sra. Marlene destacou que tomaram algumas iniciativas para permanecer na terra, mas que foram sem sucesso:

As pessoas preferiam arrendar, aqueles que vinham pra cidade e não vendiam a terra preferiam arrendar pras pessoas que tinham bastante terra, do que pros pequenos. A gente tentou. Nossa, o que a gente tentou pra não vim pra cidade, pra arrendar terra, mas não conseguia de jeito nenhum. (...) A única coisa que meu esposo falava era que era a ganância do que tinha mais. A ganância do que tinha mais. E assim, sei lá eu, uma ignorância do que tinha menos, que preferia arrendar pros grande.<sup>317</sup>

O arrendamento existiu em São Miguel do Iguazu e continuava a existir, mas mudou, segundo a experiência da entrevistada, quando os proprietários pararam de arrendar para os pequenos e passaram a arrendar para os grandes proprietários. Diante desse processo, a explicação que ganhou sentido era o da busca por acúmulo de riqueza dos que “tinham mais”. A Sra. Marlene descreveu como foi viver essa experiência de ter que deixar o meio rural:

---

316 Idem, ibidem.

317 Idem, ibidem.

Então a gente saiu da agricultura assim... Que nem a gente tocava essa terra desse Itamar José da Silva, ele era empregado da Furnas, da energia ali. E ele se aposentou, i esse sítio dele lá, não é um sítio grande e como ele se aposentou novo ele também tinha que ter uma ocupação, aí ele resolveu ele vim tocar as terras. E aqui na verdade, falá pra vocês, os pequenos agricultores, eles conseguiram ficar na roça aquelas famílias que tinham mais assim... força pra tocá. Porque muito agricultor vendeu o que tinha. Porque olha a Linha Marfim, onde nós morava, lá por último. Ela era uma comunidade de pequenos agricultores. Hoje três toma conta de tudo. Então, foram... como diz? Os pequenos foram ficando espremido, espremido<sup>318</sup>.

O processo de saída da terra dos pequenos produtores ocorreu também porque estavam sendo “espremidos”, pelos maiores proprietários.

O sr. André Izalino Cardoso descreve uma atitude parecida que ele viu acontecer:

É a fazenda mesmo lá em baixo, lá tinha um colono naquele tempo era colono, e até hoje tinha um sítio no meio lá, pois foram apertando, apertando até que ele teve que saí. (...) Ah, vão encostando dum lado, encostando do outro a pessoa não aguenta, né? Eles [os grandes proprietários] vão comprando e vão fechando daí tu fica no meio e faz que acaba vendendo. (...) É e daí a pessoa é fraquinha e acaba é entregando aos outros, aí é mais barato saí. É muita pressão em cima.<sup>319</sup>

O pequeno proprietário, em meio às fazendas, foi ficando “apertado”, devido às atitudes dos grandes proprietários que foram pressionando até que o pequeno vendesse a terra.

Para ambos os entrevistados, a força aparece, ora como sinônimo de resistência (“força pra tocá”), uma força eficaz, que garante a manutenção dos modos de vida, e ora como antônimo, os fracos que saem (“a pessoa é fraquinha e acaba é entregando”), mas após pressão dos fortes que compravam as terras.

O vivido pela família da Sra. Marlene de ter que sair da terra, pois o dono queria voltar para tocar a propriedade parece uma experiência única, mas não, outras experiências de saída do meio rural, como aqueles que viviam nas comunidades do interior e, ainda, como no caso do assalariado rural, sr. André Izalino Cardoso, que deixou o trabalho na fazenda do sr. Cavalca, quando trocaram a produção de gado para a plantação de soja, em 2008<sup>320</sup>. O sr. André diz que não continuou no trabalho com a soja, pois “eu não gosto é do veneno, é muito veneno”. Assim, apontam que a saída do meio rural não são experiências individuais, mas

---

318 Idem, *ibidem*.

319 CARDOSO, André Izalino. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguazu/PR.

320 Idem, *ibidem*.

coletivas, que continuaram a existir entre os anos 1990 e 2000. No caso dos agricultores familiares, o PRONAF ajudou, mas não garantiu a permanência dessas famílias no meio rural.

Contudo, o crédito agrícola no STR de São Miguel do Iguazu não é restrito somente ao Estado e ao PRONAF. A Cooperativa de Crédito Rural com Interação Solidária (CRESOL), que tem como “missão de atuar no fortalecimento e estímulo da interação solidária entre estes agricultores familiares e suas organizações”<sup>321</sup>, é uma das novidades no STR, implantada, em 2008, que se colocou como alternativa aos agricultores familiares do município, e surgiu como melhoria para alguns sindicalizados.

Para o sr. Acelino Nienow, a situação do sindicato, nos últimos anos estava difícil e, agora, com as novas iniciativas tem mudado.

Era umas épocas bem difícil [período de 1991 a 2005, que foi presidido pelo José Evaldt Raupp]. O povo naquela época era em desacreditado do sindicato, porque muitos achavam que o sindicato não conseguia nada. Porque o sindicato não ajudava... Porque não sei o que... Mas num lado eles estavam errados porque pra melhorar o sindicato tem que participar da assembleia. A diretoria tem que participar direto. E nada acontecia dessas coisas, aí ficamos numa fase bem ruim. [...] E agora com o Claudio o sindicato tá se erguendo. Ele fez parceria com os bancos, né? Nós que financiar, nós faz tudo ali. Agora ele trouxe a Cresol ali dentro.<sup>322</sup>

O entrevistado está demarcando tempos, antes e depois com o Claudio. Remete ao período anterior como o das dificuldades, do desacreditar que o sindicato fosse capaz de encaminhar as demandas dos sindicalizados. Muito parecida com a interpretação que sr. Eloi e o sr. Claudio tiveram sobre tal processo.

Contudo, sr. Acelino alerta que o sindicato são os sujeitos, e que, então, para o STR existir é necessário a participação dos sindicalizados. Diante desse passado, e da consciência de que um sindicato é feito pelos homens, como também o faz o sr. Eloi, ele aponta para um presente em que as condições são melhores. Um dos avanços do movimento sindical, que o sr. Acelino via, era a presença da CRESOL, dentro do espaço físico do sindicato. O sistema CRESOL atendia a um grupo específico, conforme informações do programa:

São cooperativas de primeiro grau que atuam diretamente com o público alvo do Sistema CRESOL, os agricultores e agricultoras familiares. Têm como objetivo facilitar o acesso ao crédito rural e a serviços financeiros,

---

321 HISTÓRIA. Disponível em: <http://www.cresol.com.br/site/?pagina=31&modulo=Sistema%20Cresol>. Acesso em 12 de setembro de 2009.

322 NIENOW, Acelino. Entrevista concedida em 17 de abril de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguazu/PR.

buscando a viabilização da agricultura familiar e contribuindo para um projeto de desenvolvimento local sustentável.<sup>323</sup>

É um sistema promovido, desde 1995, pela Fundação Rureco, em Guarapuava, e pela Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Assesoar), em Francisco Beltrão, e visava enquadrar, via crédito, pessoas que, até então, tinham dificuldades de realizar financiamentos. Mas, mesmo ampliando o sistema de crédito, ele continuava direcionado para o desenvolvimento da agricultura familiar, bem como o PRONAF.

Até mesmo o Crédito Fundiário, programa nacional do Ministério do Desenvolvimento Agrário<sup>324</sup>, atendido via STR, que possibilitava acesso à terra para aqueles que não eram proprietários, como os assalariados, diaristas, sem-terra, posseiros, arrendatários, parceiros, meeiros, acabava não atendendo a todas essas categorias em São Miguel do Iguaçu.

Solicitamô junto ao Governo Federal uma linha de crédito, né? Pra que fosse comprado terra pra aquelas pessoas que quisessem realmente morá na terra. Aí foi conquistado o Banco da Terra, né? Em 2003. Começou muito tímido, muita burocracia realmente, muitas dificuldades, i ele se fortaleceu, agora com governo Lula que se tornou a chama crédito fundiário. Então, na época do Fernando Henrique era Banco da Terra, depois passo a Crédito Fundiário... um programa muito bom. Pra nossa região os valores são um pouco baixo. Hoje [2009] se financia 40 mil reais pra pessoa paga em 17 anos, dois anos de carência, mais 15 anos pra paga, pra ela comprá um pedacinho de terra. Na nossa região a gente percebeu que não avanço muito, né? Os únicos sete, é pelo sindicato, é pela minha gestão, consegui assentar sete família pelo crédito fundiário... (...) Em São Miguel não compra nenhum alqueire de terra, né? Mas, enfim, é um bom programa, um ótimo programa de crédito fundiário...<sup>325</sup>

O sr. Claudio constrói a narrativa e apresentou as contradições do programa, pois apesar de criar possibilidade de acesso à terra, na região de São Miguel do Iguaçu, não tinha funcionado, devido ao preço da terra. O número de sindicalizados que buscavam comprar terra, via Crédito Fundiário era pequeno. Esse programa, criado com o objetivo de complementar a reforma agrária, para aqueles trabalhadores rurais sem-terra, ou com pouca terra, não tinha atendido a demanda desses sujeitos.

---

323 HISTÓRIA. Disponível em: <http://www.cresol.com.br/site/?pagina=31&modulo=Sistema%20Cresol>. Acesso em 12 de setembro de 2009.

324 O Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) criado em 2003 pelo Governo Federal. Substituiu o programa anterior denominado “Banco da Terra”. O PNCF tem como objetivo desenvolver a agricultura familiar, e reduzir a pobreza melhorar a qualidade de vida daqueles que vivem no meio rural.

325 RODRIGUES, Claudio Aparecido. Entrevista concedida em 14 de outubro de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

Mesmo assim, contrapõe o crédito fundiário aos outros movimentos que lutam por reforma agrária (“consegui assentar sete família pelo crédito fundiário”). Mesmo como uma alternativa dentro do sindicato para essas categorias, o objetivo último era transformá-los em pequenos proprietários, categoria mais assistida pela entidade.

Diante da dificuldade de comprar uma propriedade, esses trabalhadores não podiam participar do Programa de Habitação Rural, que também era direcionado, via sindicato, aos pequenos e médios proprietários.

O que se apresentava era que para as categorias daqueles que desenvolviam a agricultura familiar, não faltavam alternativas no STR, o que acabou, também, por redimensionar a luta, quando os grandes proprietários rurais, organizados no Sindicato Rural Patronal, deixaram de ser declaradamente a oposição de classe, passaram, em alguns casos há parceiros<sup>326</sup>, como por exemplo, na aplicação dos cursos de formação profissional rural realizado pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR), que tem convênio com a FAEP e com a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária (CNA), ambas entidades patronais.

Assim, o STR passou a reivindicar que a atual administração municipal, olhasse as necessidades dos homens do campo. Sr. Eloi apontou algumas questões sobre as dificuldades de relacionamento entre o sindicato e os poderes municipais.

Só que se você falá pra certos tipos de autoridade, que nem aqui nós convidava o prefeito pra vim aqui, esse que tá aí vinha nas reunião, os outros nenhum. Pior que uma vez nós convidamos um médico pra vim aqui ele arranco fogo com nós ichii. Ele disse... ele era prefeito... Ele disse ‘que tinha que cuidar da saúde, mas de outro jeito e não cuida do sindicato’. Respondeu pra nós. Aí nós abrimô o olho, né? Eu mesmo tenho título de eleitor nunca elegi um vereador em São Miguel, não. Eu não acredito nesse tipo de coisa, pode ter um bom no meio de cem, mas é pouco... a maior parte é corrupto. Aí tenho essa minha propriedade, tenho a escritura há 38 anos já. Nunca foi nenhuma patrola, vai até pertinho desde... desvia 100 metros que tem uns buracos. No ano passado eu tava tirando fumo lá com o tratorzinho... tava carregado de fumo e folha em pé. Tava com uma carga bem boa... quando nós tava vindo embora tombemos a carreta e vai que tombemos o trator também, dia de barro. Nós levá sempre um cabo junto, daí deu pra puxa na terra do vizinho assim, aí tiremô e viemô embora, mas não tem estrada, nós arrumá de picareta e enxada.<sup>327</sup>

---

326 O STRs tem parceria com várias outras instituições, como a Emater, o Banco do Brasil e a Cooperativa Cresol.

327 FACCIO, Eloi. Entrevista concedida em 17 de abril de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguazu/PR.

Posiciona-se contra os poderes, executivo e legislativo. Essa oposição, surge, diante das experiências de lutas, em que se envolveu nos anos de 1980, no próprio sindicato e no Mastro<sup>328</sup>. O vivido fez com que desacreditasse na política oficial. Não restou, assim, a esperança de que a estrada, que ligava o sítio dele à cidade, e que utilizava para escoar a produção, fosse nivelada. Enfatizou uma experiência individual, mas não deslocou da situação vivida pelo sindicato. Pois, diante de casos específicos, ambos acabaram por não conseguir estabelecer relação com a administração pública local.

A experiência do presidente do sindicato não se distanciou, quando o assunto era a prefeitura. Apesar do desenvolvimento que acredita ter provocado através da relação sindicato/agricultores, para o sr. Claudio, ainda faltava incentivos:

São Miguel do Iguazu melhorou muito. Nós pregamô muito a diversificação. Eu luto muito pela diversificação... Eu vejo pelo nosso sistema de financiamento aqui... A gente incentivô muito as pessoa a mudá a propriedade, a mexê com vaca de leite, colocá uma horta, algo mais... agregá renda... agregá renda da propriedade também, que contribui bastante. É uma luta nossa para que o município nosso aqui agro industrialize, né? As pessoas colhê a fruta lá, i lá prepara lá na propriedade, né? Só que a gente precisá uma ajuda do poder público também. Sozinho as pessoas não conseguem. Tem que ter poder público, agricultor e sindicato falando a mesmo língua. Mas, infelizmente quem é o poder hoje não tem muita visão de área rural, não. As pessoas é deixado meio de lado. Não pensa em voltá as pessoas pra área rural, qué tirá da área rural. (...) Mas, esse lado de tentá assegurá o agricultor no campo não é uma preocupação da prefeitura, não...<sup>329</sup>

Ele apontou para um contraste de ações. O sindicato, que acabou na fala personificado pelo presidente, que incentivava os pequenos agricultores a permanecerem na terra, e a administração municipal, que era vista através do descaso de não atender e nem se preocupar com a continuidade da vida na roça. Ele continua:

A área rural é muito mal atendida pela prefeitura. É estrada, é maquinário que não vai. É poço, poço artesiano que não funciona... é reserva, enfim... são muitas cobranças. É falta de pedra no entorno dos aviários, né? O pessoal que mexe com vaca de leite. Enfim, a gente tem bastante problema. E a gente é intermediário deles pra resolvê esses assuntos.<sup>330</sup>

---

328 Como analisei no Capítulo II.

329 RODRIGUES, Claudio Aparecido. Entrevista concedida em 14 de outubro de 2009. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguazu/PR.

330 Idem, ibidem.

O entrevistado visualizou uma fronteira de difícil transposição, entre o sindicato e a prefeitura, uma vez que os projetos de desenvolvimento eram vistos como distintos, e as ações para benefícios dos pequenos produtores não eram resolvidas pelo poder público, que não possibilitou o mínimo de estrutura para que a agricultura familiar pudesse ser ampliada.

Assim, o STR não buscou somente dar assistência jurídica, ou garantir acesso à previdência social, com salário maternidade, auxílio doença, auxílio acidente de trabalho, auxílio reclusão, pensão por morte de qualquer conjugue, e aposentadoria, mas atendeu, também, de forma quase igualitária a todas as categorias, quando a preocupação era a saúde e o acesso aos convênios, com empresas locais, uma vez que cada categoria tinha suas especificidades, que as diferenciavam entre si, então, em relação aos convênios essas diferenças não existiam, pois de boia-fria, passando pelos assalariados, arrendatários, pequenos proprietários, parceiros todos necessitavam ter acesso à saúde. Diante disso, surgiu a possibilidade de conseguir descontos.

Era também uma maneira de fazer com que os aposentados se sentissem participantes do sindicato, pois continuavam a contribuir mensalmente. Não dava para negar, a importância dos convênios para as empresas, uma vez que elas tinham, entre os sócios, um mercado consumidor em potencial.

Contudo, a conquista de créditos via PRONAF, CRESOL ou Habitação Rural estavam relacionadas fundamentalmente àqueles que possuem propriedade ou àqueles que são arrendatários ou parceiros, e que possuem, mesmo que temporariamente, a posse da terra.

Já o crédito fundiário, política que possibilitava aos trabalhadores a compra de um pedaço de terra, não tinha funcionalidade em São Miguel, pois poucos trabalhadores se enquadravam, devido ao crédito ser inferior ao preço das terras no município.

Diante disso, o STR continuava sendo um lugar em que as diferentes categorias buscavam expressar suas demandas, ainda que, na correlação de forças, essas eram expressas de maneiras distintas pelos sujeitos e/no sindicato.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caminhos já trilhados pela historiografia, têm deixado cada vez mais no passado, a história dos fatos, clássica do positivo, enfatizada por Langlois e Seignobos, e leituras estruturalistas do marxismo, incentivadas por Althusser, que também produziram interpretações reducionistas e economicistas da história.

No presente, é possível deparar-se com uma história dialética, que destaca os sentidos que os próprios sujeitos têm dado ao vivido, seja no trabalho, na escola, no sindicato, na vida cotidiana. Muitas das sistematizações, conquistadas com a pesquisa do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu, que foram apresentadas durante todo o texto da dissertação, destacam essa perspectiva, de que os homens são sujeitos da história, e, assim, são capazes de posicionar-se e organizar-se como classe.

Assim, vale apontar e repetir outras considerações da pesquisa, que enfatizam essa perspectiva, como a noção do desenvolvimento contraditório da História das sociedades. Se a princípio partiu-se de uma noção limitada de processo histórico contraditório, apenas percebendo a dialética nos contrários, como o abandono da noção de sindicato combativo e/ou pelego, fixadas na perspectiva de assistencialista e classista, após iniciada a pesquisa, percebeu-se que, mesmo nos processos que aparentemente se unem, com uma noção que os agrega e os sustenta, estão em conflito, em disputa. Por exemplo, na década de 1980, quando da luta pela terra e as disputas eleitorais, quando distintos projetos sindicais se tornavam mais visíveis.

Outra conclusão, foi que a disputa entre Igreja Católica e Partido Comunista, apontada por outros estudos sobre o sindicalismo rural, como o elemento que norteia a formação dos sindicatos, não se concretiza no caso específico estudado. Primeiro que a participação da igreja está em disputa apenas com ideia de comunismo, ou com a remota possibilidade de algo se desenvolver e não com um partido concreto em disputa. Em São Miguel do Iguçu, não havia, naquele momento, na década de 1970, outra possibilidade de organização sindical dos trabalhadores. De tal modo, o PCB não apresentava-se com outro projeto de STR.

Mesmo assim, a Igreja Católica entrou no processo como se a disputa fosse importante e necessária, com formação, reunião e uma mobilização pastoral. Para apreender esse processo, é preciso entender os indícios, de que havia organização da igreja, uma vez que sua noção de cooperativismo e socialismo cristão procurava preparar condições para o avanço

do capitalismo no campo, que provocava (e provocaria) ainda mais contradições, como a expulsão das famílias do campo, a precarização da sua vida, com a desvalorização da força de trabalho e dos produtos. Por isso, é possível perceber a aproximação do Sindicato Rural Patronal, e a filiação do primeiro presidente do STR, naquela instituição patronal.

Já, na década de 1990, com a aprovação de novas leis previdenciárias, os processos de aposentadoria dos boias-frias, tomaram vulto, até então inexistente no sindicato. Os trabalhadores volantes buscaram, na associação, força para conquistar tal direito e conseguiram. Mas, as irregularidades, vistas pelo movimento, através dos mais diferentes personagens (presidente, patrões, INSS e leis) fez com que perdessem os ganhos mensais, e essa problemática manteve-se no movimento da história sindical. Diante da perda da aposentadoria, os boias-frias continuaram (e continuam) lutando por uma velhice mais digna e pelo reconhecimento do trabalho que realizaram durante a vida.

A categoria dos assalariados permanentes também disputou espaço na luta sindical, queriam a aplicação dos direitos trabalhistas. Porém, é no desenvolvimento da diversificação da agricultura familiar que o sindicato efetivou mais ações. Os pequenos produtores buscaram no STR programas de financiamentos para custeio da produção, para habitação rural, pagamento de impostos e até aperfeiçoamento profissional. Os convênios com empresas de saúde, para atendimento médico - sem qualquer relação com o Estado como era no passado, através do Funrural e do Inamps -, não são somente uma forma de chamar atenção para a associação, mas uma maneira de aglutinar as diversas categorias. Pois, acesso à saúde todos sindicalizados necessitam.

Porém, esses processos, de 1970 a 2009, adquiriram sentidos diversos na vida dos trabalhadores. São as diferentes trajetórias e memórias que possibilitaram olhar e entender para além das “estruturas” sindicais. A cada entrevista, o sindicato ganhava vida. E o vivido por cada sindicalizado, gerava significados que se entrelaçavam, com outras experiências. Nesse caminho, o sindicato ia constituindo-se, a partir de relatos individuais e de referências coletivas.

Esse sindicato entendido através das experiências, não está isolado. Por isso, vale destacar outras possibilidades de pesquisa, que podem partir desse estudo de caso. O STR de São Miguel do Iguaçu foi fundado em 1972. Outros sindicatos foram fundados nesse mesmo período. Segundo um levantamento rápido, ocorreu a fundação do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Turneiras do Oeste, em 1969, o de Medianeira em 1970, o de Toledo também, em 1970, o de Matelândia, em 1973. O Sindicato dos Trabalhadores Rurais de

Jesuítas foi fundado em 1981, o de Vera Cruz do Oeste, em 1982, e o de Tupãssi foi fundado em 1984. Ao que se apresenta, a organização sindical dos trabalhadores do oeste do Paraná corresponde a dois momentos específicos, um, do início da década de 1970 e outro, do início da década de 1980. Assim, problematizar esses diferentes processos de fundação dos STRs apresenta-se como uma nova possibilidade de estudo da temática na região.

## FONTES

### FONTES ESCRITAS

ADAMANTE e a Eleição para o Sindicato. Jornal O Paraná, Cascavel, 09 de jul. de 1983.

A LUTA por um Sindicato. Jornal O Paraná, Cascavel, 21 de mai. de 1976.

ANÁLISE da situação fundiária do Paraná. Boletim Informativo FETAEP, Curitiba, jun. de 1985.

AOS AMIGOS de todo o Brasil. Comissão Pastoral da Terra. Goiânia, 03 de jul. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu.

ASSEMBLEIA aprova pauta da convenção coletiva de trabalho. Informativo da FETAEP. Curitiba, janeiro/fevereiro de 2007.

ATA da assembleia de fundação. Sindicato dos Trabalhadores Rurais, São Miguel do Iguaçu, 09 de abr. de 1972. Arquivada no STRs.

ATA da segunda reunião do Mastro, setembro de 1981. Arquivada no STRs.

ATA do Sindicato Rural Patronal. São Miguel do Iguaçu, 16 de mai. de 1971. Arquivada no Sindicato Patronal.

ATA do Sindicato dos Trabalhadores Rurais. São Miguel do Iguaçu, 12 de julh. de 1977. Arquivada no STRs.

\_\_\_\_\_. São Miguel do Iguaçu, 17 de jan. de 1976. Arquivada no STRs.

\_\_\_\_\_. São Miguel do Iguaçu, 23 de abr. de 1976. Arquivada no STRs.

\_\_\_\_\_. São Miguel do Iguaçu, 11 de set. de 1977. Arquivada no STRs.

\_\_\_\_\_. São Miguel do Iguaçu, 08 de fev. de 1975. Arquivada no STRs.

\_\_\_\_\_. São Miguel do Iguaçu, 24 de nov. de 1979. Arquivada no STRs.

\_\_\_\_\_. São Miguel do Iguaçu, 17 de mar. de 1979. Arquivada no STRs.

\_\_\_\_\_. São Miguel do Iguaçu, 20 de julh. de 1981. Arquivada no STRs.

BRASIL. Decretos do Parque Nacional do Iguaçu. Arquivado no INCRA de Cascavel.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.212 de 24 de julho de 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8212cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8212cons.htm). Acesso em: 07 de agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 8.213 de 24 de julho de 1991. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L8213cons.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8213cons.htm). Acesso em: 07 de agosto de 2010.

\_\_\_\_\_. Lei nº 11.326 de julho de 2006. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm). Acesso em: 14 de nov. de 2009.

BIANCHINI assume Agricultura disposto a dialogar com todas as instituições. Informativo da FETAEP. Curitiba, janeiro/fevereiro de 2007.

CADASTRO de Produtores Rurais. FETAEP, Curitiba, 25 de agost. de 2009. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu.

CARTA. Escrita por Ijair Varmerlatti enviada ao presidente do STR. Caxias do Sul, 04 de agost. de 1986. Arquivada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu.

\_\_\_\_\_. Sensibiliza governador que reafirma seu apoio a agricultura. O Paraná Rural, suplemento do Jornal O Paraná. Cascavel, 31 de jul. de 1983. Ano VII, nº 244. Arquivada na Biblioteca Municipal de Cascavel.

\_\_\_\_\_. Enviada pelo presidente do STR, Miguel Isolar Sávio, ao Bispo Diocesano de Chapecó, SC, Dom José Gomes, 22 de agost. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu.

CONTRIBUIÇÃO Sindical Rural. Panfleto de divulgação distribuído pela FETAEP.

DECLARAÇÃO. Enviada à Supervisora da Medicina Social, do Inamps, Dra. Sandra Hajak. Arquivada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguaçu.

\_\_\_\_\_. Sr. Avelino Nienov sobre atendimento do Hospital São Miguel. São Miguel do Iguaçu, 08 de mar. de 1989. Arquivada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

DIRETRIZES básicas do Projeto Iguaçu de Cooperativismo. Curitiba, 19 de dezembro de 1970. In: MARIN, Roberto. Lar na História: os 40 anos da Cooperativa Agroindustrial Lar. Cascavel: Gráfica Tuicial, 2005. p 53-57.

EVENTO vai [iria] discutir questões relativas aos assalariados rurais. Informativo da FETAEP. Curitiba, janeiro/fevereiro de 2007.

FILHO, José Brandt Silva. Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Disponível em: <http://www.ceplac.gov.br/radar/Artigos/artigo26.htm>. Acesso em: 14 de nov. de 2009.

GUIA de pagamento da contribuição sindical. Disponível em: [www.contag.org.br](http://www.contag.org.br). Acesso em 12 de setembro de 2009.

HISTÓRIA. Disponível em: <http://www.cresol.com.br/site/?pagina=31&modulo=Sistema%20Cresol>. Acesso em 12 de setembro de 2009.

HISTÓRIA FETAEP. Disponível em: [http://www.fetaep.org.br/?pg=con\\_menu&id\\_menu=3](http://www.fetaep.org.br/?pg=con_menu&id_menu=3). Acesso em: 16 de julho de 2009.

IBGE. Censo Agropecuário 2006. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

\_\_\_\_\_. Produção da Pecuária Municipal 2008. Rio de Janeiro: IBGE, 2009.

INCRA. Relação de certificado de cadastro de imóveis rurais do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MBA) e Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) 2003/2004/2005. Documento com 188 páginas, arquivado no INCRA de São Miguel do Iguçu.

LEVANTAMENTO dos Agricultores Sem-Terra, s/d. Arquivado no STRs.

LIVRO Tombo 1, do ano de 1958 à 2000. Paróquia São Miguel, de São Miguel do Iguçu.

MAIS ALIMENTO. Panfleto de divulgação da linha de crédito do PRONAF.

NETO, João Cândido de Oliveira. Declaração de produtor para aposentar boia-fria. Disponível em: [http://www2.faep.com.br/noticias/exibe\\_noticia.php?id=931](http://www2.faep.com.br/noticias/exibe_noticia.php?id=931). Acesso em 27 de agosto de 2010.

NOSSA Igreja, Nossa Caminhada. Disponível em: [http://diocesechapeco.org.br/index.php?link=servico&menu=secretariado&id\\_servico=](http://diocesechapeco.org.br/index.php?link=servico&menu=secretariado&id_servico=). Acesso em 02 de outubro de 2010.

NÚMERO de Propriedades Vendidas no ano de 1984, na região oeste do Paraná. Registro de Imóveis da Secretaria da Agricultura (SEAG). Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu.

OFÍCIO N°-AJ/2565/8. Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura para o presidente da República, José Sarney. Brasília, 29 de out. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu.

OFÍCIO. Ministério da Agricultura para as Cooperativas, Sindicatos e Associações do Extremo Oeste Paranaense. Brasília, 09 de agost. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu.

\_\_\_\_\_. Enviado pelo STR à Curitiba. São Miguel do Iguçu, 18 de out. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais.

\_\_\_\_\_. Enviado aos Sindicatos de Trabalhadores Rurais pelo presidente do FETAEP, Antenor Beni. Curitiba, 13 de set. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu.

\_\_\_\_\_. Enviado ao Coordenador Regional do INCRA. São Miguel do Iguçu, 05 de set. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu.

O QUE É O PRONAF? Disponível em: [http://www.bcb.gov.br/pre/bc\\_atende/port/pronaf.asp#14](http://www.bcb.gov.br/pre/bc_atende/port/pronaf.asp#14). Acesso em 12 de setembro de 2009.

PARTIDO dos Trabalhadores de SMI comemora seus 30 anos empossando nova Diretoria. Disponível em: <http://www.jornalofarol.com.br/ver-noticia.asp?codigo=4104>. Acesso em 28 de agosto de 2010.

PODER Legislativo: 40 anos. Revista Informativa do Poder Legislativo, São Miguel do Iguçu, ano 2002.

PROPOSTA de Reforma Agrária. São Miguel do Iguçu, set. de 1985. Arquivada no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu.

RELAÇÃO de Fazendas cujos Proprietários não moram em São Miguel do Iguçu, s/d. Arquivado no STRs.

RELATÓRIO produzido durante Encontro de Coordenadores de Grupos de Sem-Terra. São Miguel do Iguçu, 29 de agost. de 1985. Arquivado no Sindicato dos Trabalhadores Rurais de São Miguel do Iguçu.

RODRIGUES, Claudio Aparecido. Slides para palestras nas localidades do interior. São Miguel do Iguçu, 2008.

SÃO MIGUEL DO IGUAÇU. Serviço Registral de Imóveis. Arquivado no Cartório de Registro de Imóveis, em São Miguel do Iguçu.

\_\_\_\_\_. Requerimento nº 09/81 de 29 de abr. de 1981. Arquivado na Câmara Municipal de São Miguel do Iguçu/PR.

\_\_\_\_\_. Parecer da Comissão de Justiça, Redação e Legislação da Câmara Municipal de 12 de maio de 1981, assinado pelo vereador Liberato Civiero e pelo relator Waldomiro F. Klos. Arquivado na Câmara Municipal de São Miguel do Iguçu/PR.

## **FONTES ORAIS**

ABREU, Carlito dos Santos. Entrevista concedida em 12 de junho de 2009. Pequeno proprietário que conquistou terra no Mastro. Realizada por Leozil Ribeiro de Moraes Junior, no Assentamento Miguel Isolar Sávio, em São Miguel do Iguaçu/PR.

ADAMANTE, Ivo. Entrevista concedida em 09 de junho de 2007. Foi o primeiro presidente do STR. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência dele na Rua Getúlio Vargas, em São Miguel do Iguaçu/PR.

ANTONIO, Otomar José Felipe. Entrevista concedida em 11 de junho de 2009. Pequeno proprietário que conquistou terra no Mastro. Realizada por Leozil Ribeiro de Moraes Junior, no Assentamento Miguel Isolar Sávio, em São Miguel do Iguaçu/PR.

BARROS, Maria Madalena. Entrevista concedida em 17 de maio de 2010. Boia-fria aposentada associada ao STR. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências da residência da trabalhadora, na Vila Guanabara, São Miguel do Iguaçu/PR.

CARDOSO, André Izalino. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Foi parceiro, trabalhador rural assalariado permanente, em 2010, estava desempregado. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

DEPINÉ, David Hermes. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Advogado do STR. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

FACCIO, Eloi. Entrevista concedida em 17 de abril de 2009. Pequeno proprietário e boia-fria filiado ao sindicato dos trabalhadores desde 1980. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

FUCHS, Werner. Entrevista concedida em 29 de janeiro de 2010. Pastor atuou na CPT. Realizada por Flaviane Mônica Christ e a Leozil Ribeiro de Moraes Júnior, na residência dele em Curitiba/PR.

JESUS, Orestes Vieira; JESUS, Santa de. Entrevista concedida em 17 de maio de 2010. Bóias-frias associados ao STR. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências da residência do casal, na Vila Guanabara, São Miguel do Iguaçu/PR.

LIMA, Terezinha Boza de. Entrevista concedida em 17 de julho de 2009. Trabalhadora rural aposentada, sócia do sindicato. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência da trabalhadora, em São Miguel do Iguaçu/PR.

LISBOA, Iracema. Entrevista concedida em 17 de julho de 2009. Boia-fria aposentada filiada ao STR. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência da trabalhadora, no Bairro Sagrado Coração de Jesus, em São Miguel do Iguaçu/PR.

MOTA, Francisco Machado. Entrevista concedida em 17 de abril de 2009. Pequeno proprietário, vereador e sócio do sindicato. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

NIENOW, Acelino. Entrevista concedida em 17 de abril de 2009. Pequeno proprietário associado ao STR. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

OLIVEIRA, Marlene Aparecida de. Entrevista concedida em 21 de junho de 2010. Foi trabalhadora rural permanente, arrendatária e em 2010, dona de casa. Realizada por Flaviane Mônica Christ na residência da trabalhadora, na cidade de São Miguel do Iguaçu/PR.

PELENZ, Bacilio. Entrevista concedida em 24 de julho de 2009. Pequeno proprietário aposentado filiado ao STR. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências da propriedade dele na linha Santa Cruz do Ocoí, em São Miguel do Iguaçu/PR.

RODRIGUES, Benedito. Entrevista concedida em 08 de junho de 2007. Pequeno proprietário aposentado filiado ao STR. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

RODRIGUES, Claudio Aparecido. Entrevista concedida em 14 de outubro de 2009. Presidente do STR desde 2005. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

SÁVIO, Miguel Isolar. Entrevista concedida em 08 de junho de 2007. Foi o primeiro secretário e presidente do STR, em 2007 trabalhava como Técnico da Divisão de Ação Ambiental na Itaipu Binacional. Realizada por Flaviane Mônica Christ nas dependências do Sindicato, Rua Vânio Ghellere, em São Miguel do Iguaçu/PR.

WEBER, Aloiso José. Entrevista concedida em 24 de julho de 2009. Padre da Ordem Religiosa dos Jesuítas trabalhava na diocese de Foz do Iguaçu, atendia aos hospitais do município e a paróquia da comunidade de Três Lagoas. Realizou cursos de formação sindical em São Miguel do Iguaçu em 1971. Realizada por Flaviane Mônica Christ em de Foz do Iguaçu/PR.

\_\_\_\_\_. Entrevista concedida em 18 de setembro 2009. Padre da Ordem Religiosa dos Jesuítas trabalhava na diocese de Foz do Iguaçu, atendia aos hospitais do município e a paróquia da comunidade de Três Lagoas. Realizou cursos de formação sindical em São Miguel do Iguaçu em 1971. Realizada por Flaviane Mônica Christ, em Foz do Iguaçu/PR.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. Encantos e desencantos da cidade: Trajetórias, cultura e memória de trabalhadores pobres de Uberlândia – 1970-2000. In: et alli (org) FENELON, Déa, MACIEL, Laura Antunes, ALMEIDA, Paulo Roberto de, KHOURY, Yara & PEIXOTO. **Muitas Memórias Outras Histórias**. SP. Olho D' Água, 2004.

BELTRÃO, Kaizô Iwakami; PINHEIRO, Sonoê Sugahara; OLIVEIRA, Francisco Eduardo Barreto de. **A população rural e a previdência social no Brasil: uma análise com ênfase nas mudanças constitucionais**. Rio de Janeiro, 2000. Disponível em <[http://www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td\\_0759.pdf](http://www.ipea.gov.br/pub/td/2000/td_0759.pdf)>. Acessado em 15/09/2010.

BIER, Hebert. **Política social do sindicato dos trabalhadores rurais de Marechal Cândido Rondon no período de 1988 e 1994**. Trabalho de conclusão de Curso. Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Curso de História. Marechal Cândido Rondon, 1994.

CASTANHO, Sandra Maria. **Políticas e lutas sociais no campo**. Dissertação de Mestrado. Universidade Estadual de Maringá – Curso de História. Maringá, 2006.

COSTA, Luiz Flávio Carvalho. **Sindicalismo rural brasileiro em construção**. Rio de Janeiro: Florense Universitária/Ed.UFRRJ, 1996.

FENELON, Déa, CRUZ, Heloisa, KHOURY, Yara & PEIXOTO, Maria do Rosário. “Introdução”. In: KHOURY, Y. et alli (org) **Outras Histórias: memórias e linguagens**. SP Olho D' Água, 2006.

HISATUGO, Paula Sobral. **Trabalhadores rurais e sindicato em Marechal Cândido Rondon**. Trabalho de Iniciação Científica (PIBIC). Universidade Estadual do Oeste do Paraná/CCHEL – Colegiado História – Marechal Cândido Rondon – PR, 2007.

SCHMITT, Judite Veranisa. **Os atingidos por Itaipu: história e memória. Oeste do Paraná, décadas de 1970 a 2000**. Dissertação de Mestrado. Marechal Cândido Rondon, 2008.

KHOURY, Yara Aun. Muitas Memórias, Outras Histórias: Cultura e o Sujeito na História. In: FENELON, Déa Ribeiro. MACIEL, Laura Antunes. ALMEIDA, Paulo Roberto de. KHOURY, Y. et alli (org) **Muitas Memórias Outras Histórias**. SP Olho D' Água, 2004.

MARIN, Roberto. **Lar na História: os 40 anos da Cooperativa Agroindustrial Lar**. Cascavel: Gráfica Tuicial, 2005.

MEZZOMO, Frank Antonio. **Memória dos Movimentos Sociais no Oeste do Paraná: Gernote Kirinus, Adriano van de Ven, Werner Fuchs**. Campo Mourão: Ed. Da FECILCAM, 2009.

PAGOT, Ferdinando Felice. **São Miguel do Iguçu: Estórias e Histórias**. Projeto Memória São Miguel do Iguçu. Secretaria Municipal de Cultura e Esportes, 2000.

PORTELLI, Alessandro. Forma e Significado da Representação Histórica. A Batalha de Evarts e a Batalha de Crummies (Kentucky: 1931- 1941). In: **História & Perspectivas**; Uberlândia, Jul/Dez. 2008.

\_\_\_\_\_. “O momento da minha vida”: funções do tempo na história oral. In: FENELON, Déa; MACIEL, Laura Antunes; ALMEIDA, Paulo Roberto de; KHOURY, Yara Aun; PEIXOTO, Maria do Rosário (org). **Muitas Memórias Outras Histórias**. SP: Olho D’Água, 2004.

RABELO, Maria Aurora de Meireles. O materialismo Histórico de Thompson e a Problemática dos Movimentos Sociais. In: **História & Perspectivas**; Uberlândia, Jan./Jun. 1992.

RICCI, Rudá. **Terra de Ninguém: Representação sindical rural no Brasil**. São Paulo: Editora Unicamp, 1999.

SEPULCRI, Odilio. **Estratégias e Trajetórias Institucionais da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Paraná (Emater-PR)**. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Paraná. Curitiba, 2005.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Errantes do Fim do Século**. São Paulo: Fundação Editora da Unesp, 1999.

SILVA, Osvaldo Heller da. **A foice e a cruz: comunistas e católicos na história do sindicalismo dos trabalhadores rurais do Paraná**. Curitiba: Rosa de Bassi Gráfica e Editora, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. O termo ausente: experiência. In: **A Miséria da Teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

VIEZZER, Moema L. **Círculos de aprendizagem para a sustentabilidade: caminhada do coletivo educador da Bacia do Paraná III e Encontro do Parque Nacional do Iguaçu**. Foz do Iguaçu, Itaipu Binacional; Ministério do Meio Ambiente, 2007.